

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



© INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

Presidente: Getúlio Marcos Pereira Neves

Vice-Presidente: Paulo Stuck Moraes

2º Vice-Presidente: José Paulo Calmon Nogueira da Gama

3º Vice-Presidente: Gelson Loiola

4º Vice-Presidente: Fernando Antonio de Moraes Achiamé

Secretário Geral: Adriana Pereira Campos

Secretário Adjunto: Vinicius Muline dos Santos

Tesoureiro Geral: Walter de Aguiar Filho

Tesoureiro Adjunto: Manoel Goes da Silva Neto

Conselho Fiscal: Anaximandro Oliveira Santos Amorim, Assunta Baliana Zamprognó, Rogério Zanon da Silveira, Marcus Benatti Antonini Rangel Pimentel, Ricardo Brunow Costa, Sylvio Silva Vitali

Conselho Editorial: Getúlio Marcos Pereira Neves, Francisco Aurélio Ribeiro, Karulliny Silverol Siqueira Vianna, Eliana Barbosa de Souza.

Jornalista Responsável: Álvaro José dos Santos Silva.

Projeto gráfico e editoração: Priscila Guarnier

Revisão dos textos: pelos autores dos artigos.

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

R454 Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo / Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. – N. 1 (1917)- . - Vitória, ES : O Instituto, 1917-
v. : il.

Anual; inicialmente irregular.

ISSN 1981-9528

1. Espírito Santo (Estado) - História - Periódicos. 2. Espírito Santo (Estado) - Geografia - Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

CDU: 94(815.2)(05)

IHGES

Av. República, 374, ed. Domingos Martins, Parque Moscoso

Vitória-ES • CEP: 29.018-310

Contato: (27) 3223-5934 • e-mail: secretaria.ihges@gmail.com

EDITORIAL

Discurso de posse na presidência do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo em junho de 2017

Estamos, uma vez mais, numa ocasião de posse da Diretoria eleita em Assembleia Geral. Num momento histórico conturbado, em que as instituições vêm sendo postas abaixo tenazmente, com maior ou menor razão, devemos dizer que para nós a reeleição para a Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo se trata da possibilidade da continuação de um trabalho.

De fato, em carta que remetemos aos associados, externamos nossa preocupação com projetos, e com problemas, que estavam pendentes — não por incúria da Diretoria, mas pelo desenrolar de agendas que não dependem exclusivamente de nós. Desses problemas, conseguimos equacionar alguns, mas consideramos que não seria justo, nem seria razoável, deixar a outros associados o desincumbir-se de tarefas que exigem uma pronta atuação, de parte de quem já estivesse inteirado das situações que ocorrem no dia-a-dia da administração.

Com essa motivação foi que a Assembleia Geral revigorou mais uma vez o mandato dos Diretores eleitos, o que só temos a agradecer. Já a renovação, sempre salutar, entre os associados que já prestaram seus serviços à instituição e aqueles que se dispõem a prestá-los, se fez hoje no quadro dos Diretores nomeados. Assim, teremos uma nova Secretária Geral e novos Tesoureiros Geral e Adjunto, todos associados com excelentes serviços prestados à cultura do Espírito Santo, e em especial ao próprio Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Todos associados com boas ideias e com grande força de trabalho, o que nos leva a acreditar que continuaremos trilhando com sucesso os caminhos traçados para a nossa Casa neste seu segundo século de existência.

Há nove anos iniciávamos, juntamente com os associados mais presentes no nosso dia-a-dia, os trabalhos para manter o alto nível de atuação do nosso Instituto, o que vinha das gestões anteriores de Léa Brígida, Sebastião Sobreira e Leonardo Monjardim. Recordo-me ainda da motivação dos associados, da força de trabalho que transparecia da expressão de cada um por ocasião da sessão solene de posse naquele junho de 2008.

Durante esses anos passamos todos nós por muitos e muitos problemas, a nível pessoal, a nível profissional, no nosso estado e no nosso país. Particularmente, meu segundo mandato o iniciei um mês após o falecimento do meu pai, inspirado em palavras dele, escritas aos dezesseis anos para o Boletim do Ginásio do Espírito Santo, que por coincidência me veio ter às mãos. Mais recentemente, tínhamos o desafio de fazer a nossa Casa chegar condignamente ao seu centenário de fundação, o que, com a ajuda de todos e a simpatia e o reconhecimento da sociedade e das instituições, de fato conseguimos.

O ano de 2017 é então o primeiro ano do nosso Instituto Histórico e Geográfico como casa centenária. Neste ano relembramos os duzentos anos da morte do nosso patrono, cujo exemplo vimos sempre evocar, e os cem anos de publicação da nossa revista, repositório de nossa história e do histórico de nosso ânimo e de nossas realizações.

Muitas foram as realizações nesses três mandatos que exercemos juntos. Da regularização dos bens, móveis e imóveis, à reorganização dos quadros de associados; das atividades culturais às publicações; da participação em órgãos públicos a negociações para nos mantermos em funcionamento. Sempre com o apoio dos associados, e felizmente sob o clima favorável de uma opinião pública simpática à nossa causa.

Esta nova gestão que hoje se inicia tem um significado especial por ser a primeira do segundo centenário de existência do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Felizmente, chegamos até

aqui com uma diversidade muito grande, no que diz respeito ao quadro social. Contamos, aqui dentro, com profissionais de variadas áreas de atuação, dentro das nossas áreas de interesse; dentre estes, estudiosos e pesquisadores com diversa formação e diversos modos de atuação. Isto, esta visão plural que conseguimos cultivar aqui dentro, é uma vantagem muito grande que ostentamos, porque nos dá a capacidade de apreender os fenômenos históricos e sociais e de dissecá-los, analisá-los e explicá-los, sem compromisso cerrado com corrente de pensamento específica ou com ideologias filosóficas ou políticas predeterminadas. Essa diversidade interna de percepções, de visões e de sentimentos é o que prezamos, é o que pretendemos incentivar e conservar. É um ativo importantíssimo, em tempos tão surpreendentes como são os atuais.

De fato, são hoje em dia inúmeras as formas de organização da sociedade, da construção de relacionamentos pessoais, da produção, difusão e consumo de cultura. São inúmeros os encargos estatais, são cada vez maiores as exigências do público nesse sentido; é cada vez menor a vontade de ignorar a falta de ética generalizada no trato da coisa pública. Então, tendo em vista esse quadro que se nos apresenta, é de nos perguntarmos: Que contribuição as nossas casas, os Institutos Históricos e Geográficos, Brasil afora, podem agregar à tarefa de entender esses novos tempos? Especificamente, que contribuição o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo pode vir somar, de maneira concreta, à tarefa diária de construção do que vem a ser o Espírito Santo?

A beleza intrínseca ao trabalho que realizamos reside no fato de que estamos justamente em busca da resposta; diariamente, em cada atividade aqui dentro pensada, planejada, executada; de cada vez que esse auditório se enche de pessoas interessadas em dados e em reflexões; de cada vez que uma publicação nossa é utilizada como fonte de informação e faz girar a roda da produção do co-

nhecimento, a cada vez que realizamos, a resposta está mais próxima. Não se obtém uma resposta satisfatória a não ser procurando por ela. É durante o processo de procura pela resposta que muitas vezes sem nos darmos conta produzimos — explicando, checando, analisando, respondendo, criando. Agregando frutos à árvore do conhecimento, irrigando-a e testemunhando seu crescimento. Portanto, não temos de ter uma resposta pronta para a pergunta “como podemos contribuir”; temos é a tarefa de buscar diariamente a resposta, que a cada quadra da História de nosso desenvolvimento como povo e como nação há de ser expressa de maneira diferente.

Estamos conscientes de nosso papel nesse processo. Lembra-mo-nos diariamente da responsabilidade assumida pelos nossos fundadores; a cada passo que damos usamos o seu “caderno de intenções” como norte de nossos esforços. Cultivamos aqui dentro a noção de pertencimento, nos orgulhamos de fazer parte de uma ideia que é maior do que nós mesmos.

Creio que é dessa maneira que estamos equipados para fazer frente às expectativas que a partir de agora com mais intensidade recairá sobre a nossa casa, esta casa centenária e, por isto mesmo, um pouco mais respeitável. Portanto, é com essa responsabilidade acrescida que iniciamos a nova gestão. Que possamos levá-la a bom termo, a despeito das dificuldades, mas revigorados pelo entusiasmo de associados, amigos e o público consumidor das nossas atividades, é o que desejo a todos os companheiros que ora se empossam.

Muito obrigado a todos.

Getúlio Marcos Pereira Neves

Presidente do IHGES

SUMÁRIO

ARTIGOS

Índios Tapuia na Capitania do Espírito Santo: os Macro Jê nos documentos | 13

Henrique Antônio Valadares Costa

O discurso ficcional e o histórico no primeiro século da colonização portuguesa: a figura de Vasco Fernandes Coutinho | 27

Francisco Aurelio Ribeiro

Revolução Republicana de 1817 – Breve História | 41

Ramon Alvarado

A Conjuntura Capixaba ao tempo da viagem de Pedro II ao Espírito Santo | 55

Gabriel Bittencourt

A Secretaria da Casa Militar do Governo do Estado do Espírito Santo | 75

Gelson Loiola

O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo e a Cultura: um breve histórico de muitas realizações | 105

Anaximandro Amorim

Um bairro de Vitória: Mata da Praia, uma visão histórico-geográfica | 125

Ricardo Brunow Costa

O versátil coronel Barroca. Ah, também folclórico! | 145

Aldo Barroca

Primeira Paróquia do Estado do Espírito Santo | 153

Roberto Brochado Abreu

Sobre Ivan Borgo: até onde as palavras possam | 157

Pedro J. Nunes

Homenagem aos associados falecidos em 2015 e 2016 | 163

Paulo Stuck Moraes

DISCURSOS

Discurso de Posse | 169

José Roberto Santos Neves

Discurso de Posse | 177

Rogério Borges de Oliveira

ARTIGOS

ÍNDIOS TAPUIA NA CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO: OS MACRO JÊ NOS DOCUMENTOS

*Henrique Antônio Valadares Costa**

Resumo: Um dos grandes problemas na leitura de textos coloniais está na identificação dos grupos indígenas. Esse artigo busca auxiliar, minimamente, a leitura de textos sobre populações indígenas definidas como Tapuia e atualmente relacionadas aos Macro Jê no Espírito Santo colonial. Centrando-se por meio dos dados da linguística comparativa na identificação histórica e cultural de grupos indígenas indicados na etnografia produzida na época colonial. **Palavras chaves:** Tapuia no Espírito Santo, História indígena, Macro Jê.

Introdução

O que pretendemos nesse artigo é apresentar uma classificação cultural, ordenada pela linguística histórica, capaz de indicar na documentação etnográfica colonial do Espírito Santo qual a filiação cultural que as populações relacionadas aos Tapuia tem entre si, e como foram representadas ao longo do período. Para isso, será usado como exemplo os principais cronistas como Gabriel Soares de Sousa (1587), Pedro Gandavo (1576), Jácome Monteiro (1610), Maximiliano Wied-Newed (1815), Saint-Hilarie (1818), como as fontes mais representativas, quanto a problemática de identificações dessas populações no Espírito Santo.

O estudo sobre as sociedades indígenas na historiografia apresenta dois problemas gerais são identificados, sendo que ambos retroalimentam-se: 1) as políticas de inviabilização que essas socie-

* Mestre e Doutorando em arqueologia pelo programa de pós-graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Sócio efetivo do IHGES onde dirige a Seção de Arqueologia e Diretor Técnico Científico do Instituto de Pesquisa Arqueológica e Etnográfica – Adam Orsich (IPAE).

dades sofreram e a; 2) falta de especialistas voltados a elaboração de uma história cultural indígena.

As políticas de invisibilização tiveram seu início na historiografia brasileira fundamentando-se, dentre outras coisas, na exclusão de grupos considerados fora da ascendência europeia. Esse ambiente foi reforçado pela tese de Francisco A. Wanhagem, de que as sociedades indígenas eram a-históricas, como “fósseis vivos” do surgimento da humanidade, incapazes, congelados no tempo, carentes de desenvolvimento cultural.

Esse discurso torna-se mais forte no final do século XIX, quando pressupostos evolucionistas das ciências naturais da época, eram aplicados nas populações negras e indígenas (SCHWARCZ, 1993; GOULD, 1991). Nas últimas décadas do XIX, os índios eram ligados mais como um problema das ciências naturais, esvaindo-se de estudos sobre a complexidade culturais dessas populações (NOELLI; MENEZES, 2007).

Essa questão relaciona-se ao acelerado processo de conquistas de seus territórios, motivadas pela expansão agrícola das monoculturas do açúcar e do café. Essas estratégias de conquista passaram não apenas pela guerra direta nas áreas de floresta, mas também pela política de inviabilização desses na sociedade nacional. A desqualificação desses grupos como humanos e a ocultação histórica e territorial foram fundamentais a legitimação da guerra de conquista contra os indígenas.

Em relação ao segundo problema, a integração entre as disciplinas de Antropologia, Arqueologia, Linguística e História apresenta-se como a melhor estratégia para um desempenho mais efetivo. Apesar do grande movimento de melhora nas últimas décadas, no presente ainda verificamos problemas de tratamento histórico desses grupos. O avanço nas pesquisas sobre essas populações é enriquecido pelo avanço da arqueologia no Brasil das últimas décadas e na maior capacitação dos pesquisadores.

Como brevemente exposto sobre as sociedades indígenas, de maneira geral sofreram um amplo processo de invisibilização. E seus efeitos são mais marcantes entre as sociedades ditas Tapuias, onde decorrem-se sobre eles uma maior dispersão de informação e um plano maior de generalizações e vulgarizações que resultaram em uma maior confusão entro da etnografia colonial.

Quem foram os Tapuia?

Os primeiros contatos bem-sucedidos para implantação do projeto colonialista português nos trópicos é realizado, inicialmente, através dos grupos falantes do tronco linguístico Tupi-guarani. Essa integração estabelece uma hierarquia entre os definidos como Tupi e não Tupi¹. A categoria Tapuia é um termo Tupi, de sentido etnocêntrico, que categorizava a todos os outros indígenas que não fossem tupi-guarani pelos Tupinambá (NAVARRO, 2013, p. 464).

Com a gradativa integração de grupos Tupi-guarani (forçada ou negociada), ocorre uma reprodução do etnocentrismo Tupi sobre os Tapuia pelos portugueses. Os Tapuia foram sofrendo atribuições cada vez mais pejorativas, como o primeiro sendo os Tupi mais “civilizado” e os Tapuia mais “bárbaro” (MONTEIRO, 2001).

Dentro da categoria Tapuia havia vários subgrupos apresentados como diferentes entre si e representados por etnônimos também de origem Tupi. Por exemplo, definidos por termos Tupi, como “Aimore” ou “Guaimuré”, significando “Inimigos do Sertão” e “Goitacá” como “Povo Veloz”, não eram o registro da auto definição dos

¹A hierquização não garantia aos falantes da língua Tupi-guarani uma posição de prestígio em relação aos demais. Tanto Tupis como Tapuia sofreram com o processo de colonização, no entanto, havia em algumas lideranças Tupi acordos que lhes renderam posição de destaque na emergente sociedade colonial.

Na definição de Tapuia incluíam diversas tribos que foram sofrendo modificações em suas nomenclaturas, suscitando discussões sobre a correlação entre eles ao longo da história (Tabela 1). Esse debate é ainda inconclusivo, havendo dúvidas sobre a filiação dos grupos entre si. No entanto, com o desenvolvimento da linguística comparativa, grandes avanços se estabeleceram e sendo possível apresentar alguns modelos mais concretos.

Como podemos distinguir na documentação etnográfica as populações ditas como Tapuias? Como estabelecer de maneira “palpável”, a ordenação verificável nas documentações deixadas nos períodos Colonial e Império? Como mencionado, a melhor maneira para se começar a discutir e propor os primeiros modelos, é através dos dados disponibilizados pela linguística comparativa e histórica. Há uma grande confusão quando ordenamos os documentos em termos das nomenclaturas das etnias.

Um determinado grupo recorrentemente mencionado no século XVI deixa de ser mencionado no XVII e começa a emergir novos termos. Seriam a extinção de um e a emergência de outros? Seriam um determinado grupo renomeado diferente décadas depois? Muitas situações são prováveis. No entanto, apesar dos Tapuia apresentarem uma maior variabilidade étnica, pelo menos em relação aos Tupi-Guarani, foram reduzidos a simplificações grosseiras, sendo inferiorizados em relação aos Tupi³. Na medida em que a estrutura colonialista se estabelecia no Brasil, as informações sobre eles se ampliou. Todavia, o interesse era desproporcional entre os grupos. Alguns desses, são apenas mencionados com poucos registros linguísticos e a maioria dessas línguas seguiu a extinção.

No desenvolvimento da disciplina linguística, a partir do século XIX, os grupos tradicionalmente relacionados aos Tapuia foram

³ Os Tupi-Guarani da costa possuíam mais semelhanças do que diferenças tanto do ponto de vista linguístico quanto do sociológico. (BROCHADO, 1989).

sendo reclassificados como “Gê” e posteriormente como Macro Jê (BORMIDA, 1967; RIBEIRO 2009).

Tabela 1: Representação das sociedades relacionadas como Tapuia ao na Capitania do Espírito Santo

Etnônimos para os Tapuia (ES)	Século	Fontes
Cataguá, Goitacá, Pori, Puri.	XVI	Gabriel Soares de Sousa (1587); Antonio Knivet (15xx)
Aymoré, Guerem, Goitacá (Goiatacámopi, Goiatacaguaçu, Goiatacajacoritó), Maromomis, Patachó, Atuanis, Puri.	XVII	Jácome Monteiro (1610); Simão de Vasconcelos (1663)
Botocudo, Aymoré, Purí, Coroado, Coropó, Cropó.	XIX	Maximiliano (1815), August Saint-Hilarie (1818); Francisco Alberto Rubim (1812)

Alguns linguistas, argumentaram que a dispersão dos Macro Jê teria se iniciado entre 6000 a 5000 anos AP. Com origem provável, em algum ponto da “parte leste central do Brasil, desde o Rio de Janeiro até a Bahia” (URBAN, 2009, p. 91). Alguns arqueólogos propõem que os prováveis pontos de origens dessas populações estariam entre o Centro Oeste e Sudeste brasileiro. (SOARES, 2013; PROUS, 1992).

A hipótese de maior antiguidade é corroborada também pela etnografia, considerando a maior variabilidade étnica que os Macro jê distribuíam pelo território do interior à costa (BORMIDA, 1965). Sendo esses, pelo registro arqueológico, as primeiras populações ceramistas a chegarem no Sudeste brasileiro (PROUS, 1992).

Tabela 2. Hipótese de classificação geral do tronco linguístico Macro Jê proposto por Eduardo R. Ribeiro (2009)

	Língua	Grupos
1	Jê.	†Jeikó Jê do Norte: Paraná, Suyá, Kaiapó, Timbira (Parkatêjê, Pykobjê, etc.), Apinajé. Jê Central: Xavánte, Xeránte, Akroá-Mirim, Xakriabá. Jê do Sul: Kaingáng, Xoklêng, Ingaín
2	Kamakã	†Kamakã, †Mongoyó, †Menién, †Kotoxó, †Masakará.
3	Maxacalí	Maxacalí, Pataxó, Kapoxó, Monoxó, Makoní, Malalí.
4	Krenák	Krenák (Botocudo, Borúm)
5	Purí	†Coroado, †Purí, †Koropó
6	Ofayé	Ofayé
7	Rikbaktsá	Rikbaktsá
8	Boróro	Boróro, Umutína, Otúke
9	Karajá	Karajá (incluindo quatro dialetos, Karajá do sul, Karajá do norte, Javaé e Xambioá).
10	Karirí	Kipeá, Dzubukuá, Pedra Branca, Sabuyá
11	Jabutí	Djeoromitxi (Jabutí) Arikapú
12	Yatê	Yatê
13	Guató	Guató
14	Chiquitano	Chiquitano (Besiro)
15	Otí	Otí (Eo-Xavánte)

† Línguas extintas.

Os Tapuia no Espírito Santo

O primeiro contato dos portugueses com indígenas no Espírito Santo foi com os Goitacá, um grupo indicado como Tapuia pelos primeiros cronistas (TEIXEIRA, 2008; SALLETTO, 1998). Em seus relatos, Gabriel Soares de Souza (1587) identifica os Goitacazes, estabelecidos entre os atuais centro e sul do Espírito Santo e norte do Rio de Janeiro, com distribuição nos territórios do interior e da

costa. Mais ao norte, apesar de não registrar ainda sua presença na Capitania, estavam os Aimorés, no vale do rio Jequitinhonha, sul da Bahia (SOUSA [1587], 2010). Antonio Knivet quando esteve no norte do atual Rio de Janeiro, identifica a presença de Poris e Goitacas (KNIVET, 1878)

No século XVII, destacamos Jácome Monteiro (1610) e Simão de Vasconcelos (1668). Jácome Monteiro relata a presença de Aimoré na foz do rio Doce, onde já havia padres jesuítas com falantes desse idioma. Nesse relato, ele questiona o uso do termo Aimoré dizendo que os mesmos não se referiam assim sobre eles, indicando o etnônimo “Guerem Guerem” como geral, um termo escrito a partir dos próprios falantes. Simão de Vasconcelos relata ainda a presença no sul, de Purí e Goitacas (dividindo em três subgrupos Goiatacá-mopi, Goiatacaguaçu, Goiatacajacoritó). Simão de Vasconcelos faz uso do termo Guamuré e identifica a presença de Patachós no norte do Espírito Santo e de Goitacá no sul do Estado.

No século XVIII, as fontes se tornam rarefeitas, porém, o historiador jesuíta Serafim Leite (2000) indica a presença de índios Guarulhos e Maromomins, próximos do antigo aldeamento de Reritiba (atual Anchieta-ES). No século XIX, as fontes ficam mais abundantes, sendo que a abertura dos portos as nações amigas, com a vinda da família real portuguesa, possibilita a entrada de vários naturalistas, de onde extraímos boa parte dos relatos. Nesse contexto, não há mais Tupinambá vivendo segundo os antigos sistema cultural, sendo transfigurados nos índios aldeados pelos jesuítas (LEITE, 2000).

Sobre este período, destacamos os relatos do príncipe alemão Maximiliano (1815). Apesar da ênfase dada aos Botocudo do norte do Espírito Santo e sul da Bahia, Maximiliano indica os Pataxó, os Malali, os Maxacali e, no sul do Espírito Santo, indica a presença dos Purí. Sobre os Purí, o príncipe afirma um domínio territorial

maior na porção capixaba. Nesse contexto os Tupi já se encontravam integrados dentro do sistema colonial como força produtiva e nas florestas, ao que as fontes indicam, apresenta um horizonte cultural predominante de Macro Jês.

Os dados etnográficos existentes até o momento, não permitem formular uma distinção mais acurada entre os grupos Tapuia/Macro Jê. Os aspectos mais diagnósticos de distinção, a organização social, modelo de ocupação, cosmologias, entre outros, estão de maneira dispersa na documentação. Necessitando ainda de trabalhos para organizar dados capazes de propor esses elementos diagnósticos e sistematizados tal como foi realizado com os Tupinambá (FERNANDES, 196x, 2010). Todavia, a linguística comparativa oferece um potencial de distinção étnica, aonde a filiação entre grupos pode ser verificada e correlacionada com a cartografia histórica. Esses dados podem ser cruzados com a arqueologia e a etnografia e assim estabelecer um modelo social para a presença Macro Jê na região sudeste brasileira.

Nesses termos, o que podemos dizer sobre os Macro Jê que ocuparam a região do Espírito Santo e vizinhança? Os estudos de comparação linguística ordenaram os Macro jê presentes na história do Espírito Santo como “Macro Jês Orientais”³. Essa proposta de organização vem inicialmente de A. Metraux e Plotz (1929) sendo atualizada com o incremento de outros grupos do Nordeste por E. Ribeiro (2009).

Tabela 3 – Classificação Linguística dos Macro Jê Orientais

Língua	Grupos Falantes	Distribuição histórica por Estado/ Região
1. Kamakã	†Kamakã, †Mongoyó, †Menién, †Kotoxó, †Masakarã	Sul da Bahia

³ Dentre da classificação linguística há entre os Macro jê uma divisão regional como Jê do Sul (Kaingang e Xoklen) entre outros. No caso dos Macro Jê orientais haveria uma maior similaridade entre os mesmos em relação aos demais.

2. Maxacalí	Maxacalí, Pataxó, Kapoxó, Monoxó, Makoní, Malalí	Espírito Santo , Bahia, Minas Gerais
3. Krenák	Krenák (Botocudo, Borúm)	Espírito Santo , Bahia, Minas Gerais
4. Purí (Coroado)	†Coroado, †Purí, †Koropó ⁴	Espírito Santo , Rio de Janeiro, Minas Gerais
5. Kariri	Kipeá, Dzubukuá, Pedra Branca, Sabuyá	Pernambuco, Ceará, Alagoas, Sergipe, Bahia.
6. Iatê	Yatê	Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba e Sergipe

† Línguas extintas. Fonte: RIBEIRO, 2009.

Nesses termos, propomos que, agrupando as nomenclaturas indicadas pela etnografia sobre os Macro Jê, representaria certa uniformidade cultural entre alguns etnônimos (tabela 4).

Tabela 4: com proposta de classificação e correlação dos falantes e grupos historicamente descritos nos textos coloniais

Língua	Etnias segundo grafia atual	Correlatos históricos
Maxacalí	Maxacalí, Pataxó, Kapoxó, Monoxó, Makoní, Malali.	Patachó, Machacalí, Malalí
Krenák	Krenák, Botocudo (Borúm).	Aimoré, Guaimuré, Guerém, Botocudo.
Purí	Coroado, Purí, Koropó.	Purí, Purí-coroado, Coroados, Pori, Goitacá (Goiatacámopi, Goiatacaguaçu, Goiatacajacoritó), Guaitacá, Maromomins, Maromurins, Guarulhos.

⁴ Em relação aos Koropó há uma discussão sobre eles não serem filiados linguisticamente aos Purí. Para melhor discussão recomendamos o artigo: RAMIREZ, H.; VEGINI, V.; FRANÇA, M. C. V. Koropó, puri, kamakã e outras línguas do Leste brasileiro: revisão e proposta de nova classificação. *LIA-MES15* (2): 223-277 – Campinas, Jul./Dez. 2015.

Em suma podemos dizer que as populações tradicionalmente vinculadas aos Tapuia, onde se integram os Goitacá, os Purí, os Pataxó, Aymoré, os Botocudo são do tronco linguístico Macro jê, e mais específicos “Macro Jê Oriental”. E que, existiu além dos falantes do Tupi-Guarani no Espírito Santo colonial, mais três grupos línguas Macro Jê (Maxacalí, Krenák e Purí). Esperamos que possa esse pequeno ensaio contribuir um pouco para que pelo menos iniciados ou curiosos no estudo da história indígena do Espírito Santo possam se instrumentalizar melhor.

Agradecimento: gostaria de agradecer a arqueóloga Dionne Miranda pela leitura de revisão desse artigo.

Referências

BÓRMIDA, M. Los Gê, panomara etnológico. *Revista del Instituto de Antropologia de la Universidad Nacional de Cordoba*, 2-3:135-176, Cordoba, 1965.

BROCHADO, J. P. *A expansão Tupi e da cerâmica da tradição policrômica amazônica*. *Dédalo*, São Paulo, 27:65-82, 1989.

FERNANDES, F. *Organização social dos Tupinambá*. São Paulo: Difusão europeia do Livro, 1963.

_____. *A função da guerra na sociedade Tupinambá*. São Paulo: Editora Globo, 2006).

GANDAVO, P. M. *História da Província de Santa Cruz*. Organização Ricardo Martins Valle. São Paulo: Hebra, 2008.

MONTEIRO, J. Relação da Província do Brasil, 1610. In: LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil. Livros II, III e VIII*. BH/RJ: Itatiaia, 2000.

GOULD, S. J. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martin Fontes, 1991.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese apresentada ao concurso de

livre docência no Departamento de Antropologia na Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

METREAU, Alfred; PLOETZ, Hermann. La civilization matérielle et la vie sociale et religieuse des indiens zè du Brésil meridional et oriental. In: *Revista del Instituto de Etnologia de la Universidad Nacional de Tucumán*. Tomo I. Tucumán, 1929.

NAVARRO, E. A. *Tupi antigo a língua indígena clássica do Brasil*.

Vocabulário português-tupi e dicionário tupi-português. Etimologias de topônimos e antropônimos de origem tupi. São Paulo: Global, 2013.

NIMUENDAJÚ, C. *Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendajú*. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia. Rio de Janeiro, 1982.

NOELLI, F. S.; MENEZES, L. A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira. *História, Ciências e Saúde*. Rio de Janeiro, v. 14, n 4, p. 1239-1264, set.-dez. 2007.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do estado do Espírito Santo*. Vitória:

Secul-ES, 2008.

PROUS, A. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: EdUnB, 1992.

RAMIREZ, H.; VEGINI, V.; FRANÇA, M. C. V. Koropó, puri, kamakã e outras línguas do Leste brasileiro: revisão e proposta de nova classificação. *LIAMES15* (2): 223-277 – Campinas, Jul./Dez. 2015.

RIBEIRO, E. R. Tapuya connections: language contact in eastern Brazil. *LIAMES* 9: 66-76, primavera de 2009a

RIBEIRO, E. R. *Macro-Jê*. In: Keith Brown, (Editor-in-Chief) *Encyclopedia of Language & Linguistics*. Second Edition, volume 7, Oxford: Elsevier, 2006. pp. 422-426.

SOUSA, G. S. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Organização Fernanda Trindade Luciani. São Paulo: Hebra, 2010.

SOARES, J. Discutindo a tradição Aratu: proposta de um modelo de dispersão e implantação nas zonas de tensão ecológica. *R. Museu. Arq. Etn.*, São Paulo, n. 23, p. 61-77, 2013.

SALETTTO, Nara. *Donatários, colonos, índios e jesuítas: o início da colonização no Espírito Santo*. 2. ed. - Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

URBAN, G. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CARNEIRO, M. C. (org). *História dos Índios no Brasil*. 2ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 2009

VASCONCELOS, S. *Noticias curiosas, e necessárias das cousas do Brasil*. Lisboa: Officina de Ioam da Costa, 1668.

WIED-NEUWIED, M. *Viagem ao Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1940.

KNIVET, A. Notavel viagem que, no anno de 1591 e seguintes, fez Antonio Knivet, da Inglaterra ao mar do sul, em companhia de Thomas Candish. Traduzido do holandês e anotado por J. H. Duarte Pereira. *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brazil*, tomo XLI, parte I, p. 183.-272. Rio de Janeiro: Typ. de Pinnheiro & C, 1878.

O DISCURSO FICCIONAL E O HISTÓRICO NO PRIMEIRO SÉCULO DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA: A FIGURA DE VASCO FERNANDES COUTINHO

*Francisco Aurelio Ribeiro**

História e Literatura são irmãs, pois ambas são narração de fatos das vidas dos povos, dos indivíduos, das sociedades, tiveram sua origem na oralidade, são frutos do imaginário e articulam-se pela linguagem e pela memória. Segundo Foucault, a História é a primeira e a mãe de todas as ciências do homem, tão velha quanto a memória humana. Para ele, desde os confins da idade grega, exerceu na cultura ocidental funções como: memória, mito, transmissão da Palavra e do Exemplo, veículo da tradição, consciência crítica do presente, decifração do destino da humanidade, antecipação do futuro ou promessa de um retorno.

Foucault reconhece, ainda, duas concepções de História: uma, predominante até o século XIX, em que se concebia uma grande História plana, uniforme, que teria arrastado, num mesmo fluir, numa mesma queda ou ascensão, todos os homens, animais e coisas. A partir do século XX, essa unidade é fraturada, pela descoberta de uma historicidade própria à natureza; pôde-se mostrar que atividades tão singularmente humanas como o trabalho ou a linguagem detinham uma historicidade que não podia encontrar seu lugar na grande narrativa comum às coisas e aos homens. Passou-se a dar atenção à história humana, abandonando-se a ideia de uma ordem ou de um plano contínuo do tempo, ao se reconhecer que o ser humano não tem uma história única; porque fala, trabalha e vive, acha-se imbricado em histórias.

* Sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e membro da Academia Espírito-Santense de Letras.

A partir do século XX, cessou a pura crônica de acontecimentos, a simples memória de um passado povoado somente de indivíduos e de acidentes, buscando-se as leis gerais do devir. O que vem à luz é uma forma nua da historicidade humana- o fato de que o homem está exposto ao conhecimento e à subjetividade. O homem histórico é o que vive, trabalha, fala, e todo conteúdo da História concerne à psicologia, à sociologia ou às ciências da linguagem. Michel de Certeau afirma: “A História não é científica. [...] É uma mistura, é ficção científica, em que a narrativa apenas tem a aparência do raciocínio, mas que também não é menos circunscrita por controles e possibilidades de falsificação”.

História e Literatura se mesclam, pois ambas são narração de vidas humanas, originaram-se com a oralidade, são fruto da memória e da linguagem. História é “conjunto de conhecimentos adquiridos através da tradição e ou por meio de documentos, relativos ao passado da humanidade” e Literatura “conjunto de obras, em prosa e verso, de reconhecido valor estético”. Textos literários podem ser vistos como fonte histórica, bem como textos históricos podem ser ficção. Vejamos como se apresenta a figura histórica de Vasco Fernandes Coutinho, o primeiro donatário da Capitania do Espírito Santo, no discurso histórico que se faz sobre ele e nas diversas criações literárias da segunda metade do século XX que o têm como personagem.

Em 23 de maio de 1535, Vasco Fernandes Coutinho aporta a sua caravela “Glória”, com cerca de 60 pessoas, na região onde fundaria a vila do Espírito Santo, que se tornaria a freguesia mais antiga do Brasil ao sul da Bahia. Em 1540, a Capitania do Espírito Santo prosperava com alguns engenhos de açúcar, não se contentando com a simples exploração do pau-brasil. Com o aparecimento das primeiras riquezas, a corte começou a nomear seus funcionários: em 1546, vieram Belchior Correia, para escrivão da Câmara e Rui

Fernando, para provedor e contador das rendas e direitos da Capitania. Dez anos após a vinda de Coutinho, em 1545, foi instituída a freguesia do Espírito Santo, com a vinda de um capelão. Em torno de 1549, Vasco Coutinho transferiu a sede da capitania para a ilha de Duarte de Lemos, que passou a se chamar a Vila Nova do Espírito Santo, em oposição à Vila Velha, fundada em 1535. A cidade começou no alto da colina, onde os jesuítas, vindos com Tomé de Souza, em 1549, estabeleceram sua residência. Dois eram os principais inimigos dos portugueses: os índios que não se aliaram a eles e os invasores vindos pelo mar. Tomé de Souza pôde constatar que o Espírito Santo, pela posição privilegiada, terras, água e clima, era a melhor capitania: no entanto, era, também, a mais arruinada.

Leonardo Nunes foi o primeiro jesuíta a doutrinar os índios escravos, em 1549, seguido pelo padre Pero de Souto, por Afonso Brás e Simão Gonçalves. Este apregoava ser a terra do Espírito Santo “a melhor e a mais fértil de todo o Brasil”. Os jesuítas, liderados por Padre Manoel da Nóbrega, foram os iniciadores da literatura brasileira. Nóbrega, com seu *Diálogo sobre a conversão do gentio*, escrito em 1557, numa forma literária clássica, inicia a literatura brasileira, ainda que nela predominasse um interesse catequético, religioso ou informativo. Como superior dos jesuítas, Nóbrega visitou o Espírito Santo, deixando suas impressões:

E partiu, visitando algumas capitanias da costa até chegar ao Espírito Santo, capitania de Vasco Fernandes Coutinho, onde achou uma pouca de gente em grande perigo de serem comidos dos índios e tomados dos Franceses (...). Esta capitania se tem por a melhor cousa do Brasil depois do Rio de Janeiro: nela temos uma casa, onde se faz fruto com Cristãos e com escravos, e com uma geração de índios, que ali está que se chamam de Gato, que aí mandou vir Vasco Fernandes do Rio de Janeiro; entendeu-se também com

alguns Tupiniquins, e se Nosso Senhor der tão boa mão ao Governador a tornada como lhe deu em todas as outras partes, que as ponha a todos em sujeição e obediência, poder-se-á fazer muito fruto, porque este é o melhor meio que pode haver para a sua conversão.

No texto histórico mais antigo sobre a História do Brasil, *o Tratado da Terra do Brasil*, escrito por Pero de Magalhães Gandavo, amigo de Camões, em 1576, a referência sobre a Capitania do Espírito Santo e seu donatário é sucinta:

A Capitania do Espírito Santo está cinquenta léguas de Porto Seguro, em vinte graus, da qual é Capitão e governador Vasco Fernandes Coutinho. Tem um engenho somente, tira-se dele o melhor açúcar que há em todo o Brasil. Pode ter até cento e oitenta vizinhos. Há dentro da povoação um mosteiro de padres da Companhia de Jesus. Tem um rio mui grande, onde os navios entram, no qual se acham mais peixes bois que noutro nenhum rio desta Costa. No mar junto desta Capitania matam grande cópia de peixes grandes e de toda maneira, e também no mesmo rio há muita abundância deles, Nesta Capitania há muitas terras e mui largas onde os moradores vivem muito abastados assim de mantimentos da terra, como de fazendas. E quando se tomou a fortaleza do Rio de Janeiro desta mesma Capitania do Espírito Santo sustentaram toda a gente e proveram sempre de mantimentos necessários enquanto estiveram na terra os que defendiam.

Na *História da Província Santa Cruz*, de 1576, também afirma sobre a nossa capitania: “E assim é esta a mais fértil Capitania, e melhor provida de todos os mantimentos da terra que entre algumas que haja na costa”.

Apenas onze anos depois, Gabriel Soares de Sousa publicou seu *Tratado Descritivo do Brasil* em 1587, que assim descreve nossa Capitania e seu donatário:

Razão tinha Vasco Fernandes Coutinho de se contentar com os grandes e heroicos feitos que tinha com as armas acabado nas partes da Índia, onde nos primeiros tempos de sua conquista se achou, no que gastou o melhor de sua idade; e passando-se para estes reinos em busca do galardão de seus trabalhos, pediu em satisfação deles a S.A. licença para entrar em outros maiores, pedindo que lhe fizesse mercê de uma capitania na costa do Brasil, porque a queria ir povoar, e conquistar o sertão dela, a cujo requerimento El-rei D. João III de Portugal satisfez fazendo-lhe mercê de cinquenta léguas de terra ao longo da costa no dito Estado, começando onde acabasse Pedro do Campo, capitão de Porto Seguro. Contento este fidalgo com a mercê que pediu, para satisfazer à grandeza de seus pensamentos, ordenou à sua custa uma frota de navios mui provida de moradores e das munições de guerra necessárias, com tudo o que mais convinha a esta empresa, na qual se embarcaram, entre fidalgos e criados del-rei, sessenta pessoas, entre as quais foi D. Jorge de Menezes, o de Maluco, e D. Simão de Castelo Branco, que por mandado de S.A. iam cumprir suas penitências a estas partes. Embarcado este valoroso capitão com sua gente na frota que estava prestes, partiu do porto de Lisboa com bom tempo, e fez sua viagem para o Brasil onde chegou a salvamento, à sua capitania, na qual desembarcou e povoou a Vila de Nossa Senhora da Vitória, a que agora chamam a Vila Velha, onde se logo fortificou, a qual em breve tempo se fez uma nobre vila para aquelas partes. De redor desta vila se fizeram logo quatro engenhos de açúcar mui bem providos e acabados, os quais começaram de lavar açúcar, como tiveram ca-

nas para isso, que se na terra deram muito bem. Nestes primeiros tempos teve Vasco Fernandes Coutinho algumas escaramuças com o gentio seu vizinho, com a qual se houve de feição que, entendendo estes índios que não podiam ficar bem do partido, se afastaram da vizinhança do mar por aquela parte, por escusarem brigas que da vizinhança se seguiam. A esse gentio chamam goitacases, de quem diremos adiante.

Como Vasco Fernandes viu o gentio quieto, e a sua capitania tanto avante, e em termos de florescer de bem em melhor, ordenou de vir para Portugal a se fazer prestes do necessário (para ir conquistando a terra pelo sertão até descobrir ouro e prata) e a outros negócios que lhe convinhavam; e concertando suas coisas, como relevava, se partiu, e deixou a D. Jorge de Menezes para em sua ausência a governar, ao qual os tupiniquins, de uma banda, e os goitacases, da outra, fizeram tão crua guerra, que lhe queimaram os engenhos e muitas fazendas, o desbarataram e mataram a flechadas; o que também fizeram depois a D. Simão de Castelo Branco, que lhe sucedeu na capitania, e a outra muita gente, e puseram a vila em cerco e em tal aperto que, não podendo os moradores dela resistir ao poder do gentio, a despovoaram de todo e se passaram à ilha de Duarte de Lemos, onde ainda estão; a qual ilha se fasta da terra firme um tiro de berço.

Esta vila se povoou de novo com título do Espírito Santo, e muitos dos moradores, não se havendo ali por seguros do gentio, se passaram a outras capitancias. E tornando-se Vasco Fernandes para a sua capitania, vendo-a tão desbaratada, trabalhou todo o possível por tomar satisfação deste gentio, o que não foi em sua mão, por estar impossibilitado de gente e munições de guerra, e o gentio mui soberbo com as vitórias que tinha alcançado; antes viveu muitos anos afrontado dele naquela ilha, onde, a seu requerimento, o mandou socorrer Mem de Sá, que naquele

tempo governava este Estado; o qual ordenou na Bahia uma armada bem fornecida de gente e armas, que era de navios da costa, mareáveis, da qual mandou por capitão a seu filho Fernão de Sá, que com ela foi entrar no rio de Cricaré, onde ajuntou com ele a gente do Espírito Santo, que lhe mandou Vasco Fernandes Coutinho; e sendo a gente toda junta, desembarcou Fernão de Sá em terra, e deu sobre o gentio de maneira, que o pôs logo em desbarate nos primeiros encontros, o qual gentio se reformou e ajuntou logo, e apertou com Fernão de Sá, de maneira que o fez recolher para o mar, o que fez com tamanha desordem dos seus que, antes de poder chegar às embarcações, mataram a Fernão de Sá, com muita da sua gente, ao embarcar; mas, já agora, esta capitania está reformada, com duas vilas, numa das quais está um mosteiro dos padres da companhia, e tem seus engenhos de açúcar e outras muitas fazendas. No povoar desta capitania gastou Vasco Fernandes Coutinho muitos mil cruzados, que adquiriu na Índia, e todo o patrimônio que tinha em Portugal, que todo para isso vendeu, o qual acabou nela tão pobrememente, que chegou a darem-lhe de comer por amor de Deus, e não sei se teve um lençol seu, em que o amortalhassem. E seu filho, do mesmo nome, vive hoje na mesma capitania, tão necessitado que não tem mais de seu o título de capitão e governador dela.

Esse impressionante relato histórico de Gabriel Soares de Sousa, considerado por Varnhagem, no século XIX, a obra mais admirável do século XVI, por seu caráter enciclopédico, está cheio de imprecisões e de contradições. No entanto, foi abonado por dezenas de historiadores como Frei Vicente do Salvador, no século XVII, a Maria Stela de Novaes, no século XX. Por exemplo: Vasco Coutinho não teve uma “frota de navios”, mas apenas um, a “Glória”. A Vila de Nossa Senhora da Vitória nunca foi a Vila Velha. Ambas tiveram

o nome de Vila do Espírito Santo. Só mais tarde, talvez a partir da década de 1570, com a vitória dos cristãos sobre os turcos otomanos, na batalha de Lepanto, em outubro de 1571, o Papa V, vencedor da batalha, recomendou que fosse dado o nome de Nossa Senhora da Vitória a cidades católicas do mundo. Quem primeiro registrou essa mudança de nome foi Anchieta, no Auto “Quando no Espírito Santo se recebeu uma relíquia das Onze mil Virgens”, encenada no adro da Igreja de S. Tiago, em 1585:

Da Senhora da Vitória, /Vitória sou nomeada. /
E, pois sou de vós amada, / d'onze mil virgens na
glória/ espero ser coroada./Por vós sou alevanta-
da/ mais do que nunca subi,/, para que, subindo
assim,/ não seja mais derrubada,/ pois que ter-
-vos mereci.

O final do relato, todavia, é o que mais fortemente a história registrou: a condição de miséria do donatário, ao final da vida, sem ter o que comer e lençol para se cobrir. É evidente a subjetividade do relato ao afirmar “Não sei se...”. Pesquisas históricas desenvolvidas pelos professores João Eurípedes Franklin Leal, Estilaque Ferreira, Luiz Claudio Ribeiro, sobretudo em arquivos portugueses, comprovaram a inveracidade desses fatos, sobretudo após a descoberta do testamento de Vasco Fernandes Coutinho. A capitania do Espírito Santo foi, no século XVI, a mais bem sucedida, ao sul de São Salvador. A família Coutinho foi proprietária da mesma até 1675, quando foi vendida a Francisco Gil de Araújo por Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, que foi Vice-Rei da Índia e 29º Governador-Geral do Brasil (1690-4).

Em torno desse personagem histórico fabuloso, cheio de contradições, nobre e aventureiro, cruel e diplomata, religioso, devoto do Espírito Santo, pois em suas terras foi construída a primeira igreja dedicada à terceira pessoa da Santíssima Trindade, mas, por

adotar hábitos pagãos como o de “beber fumo”, enfrentou a ira do bispo Sardinha, que o excomungou, toda uma mitologia foi gerada e uma vasta literatura foi construída: do pai fundador, do herói destemido, do homem contraditório de um século de mudanças da Idade Média para o Renascimento, do homem que viveu as glórias das conquistas portuguesas, levando até o extremo oriente as quinças de Portugal e terminou sua vida derrotado e enterrado nas terras capixabas de seu sonho do “Vilão Farto”. A história não lhe fez justiça, mas a literatura assim. Várias obras ficcionais foram escritas sobre ele, numa tentativa de compreender e, absurdamente, explicar esse personagem, que só pode ser sentido e recriado.

Assim, recriaram o fundador do Espírito Santo e sua época, Renato Pacheco, em *Vilão Farto*, 1992; Luiz Guilherme Santos Neves, *Escrivão da Frota*, 1997, *O Capitão do Fim*, 1999 e *Crônicas da Insólita Fortuna*, 1998; Alvarito Mendes Filho, *Vasco Fernandes Coutinho*, biografia romanceada, 2006; Cláudio Lacchini. *Vasco. O precursor da globalização*, 2007; Jovany Sales Rey, *O Donatário. A saga da colonização do Espírito Santo*, 2014; Bernadette Lyra, *A Capitoa*, 2013; Rubens Vieira de Oliveira. *O dono do território capixaba*. 2014.

Nessas obras, Vasco Coutinho e sua época são recriados conforme a imaginação de cada autor. A Literatura, como todas as Artes, encenam o real, mais que a mimetizam, reinventando vidas, como a do nosso Vasco, que se tornam arquétipos da memória coletiva. Nelas, diferente da História, não há pessoas, mas “personas”, máscaras. Essas interpretam suas histórias, no palco da vida e, como nas mil e uma noites, “duram mais que os homens”. Os textos literários dialogam com todas as possibilidades de se contar/ouvir histórias, na atualidade. O leitor, virtual ou real, torna-se um preso nos encantamentos do texto e na narrativa, espelho que nos reflete e o mundo em que estamos. O que é o real? Tudo é ficcional, Literatura. Tudo são histó-

rias. Somos personagens de um mundo absurdo, posto que sonhado. “O único animal fantástico é o homem”, nos diz Sartre. A Literatura é o sonho fantástico desse homem como o Espírito Santo foi o sonho de Vasco Fernandes Coutinho, nosso nunca derrotado donatário.

Referências

- ANCHIETA, José de. *Poesias*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989.
- BARRENTO, João.(Org.) *História Literária- problemas e perspectivas*- Lisboa:apaginastantas, 1986.
- CARDIM, Fernão. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.
- ESPÍRITO SANTO. *De Capitania a Estado*. Vila Velha: Casa da memória/IHGVV, 2016.
- FREIRE, Mário A. *A Capitania do Espírito Santo*. Crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores (1535-1820). Vitória: Of. da “Vida Capichaba”, 1945.
- GANDAVO, Pero de M. *Tratado da Terra do Brasil*. História da Província de Santa Cruz. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.
- LACCHINI, Cláudio. *Vasco*. O precursor da globalização. Vitória: Instituto Sincades, 2007.
- LEAL, João Eurípedes F. *Espírito Santo: documentos coloniais*. Vol. 1 e 2. Vitória: Fundação Jones dos Santos Neves, 1978.
- LITERATURA E HISTÓRIA. *Tempo Brasileiro 81*. Rio de Janeiro. Abril-Junho de 1985.
- LYRA, Bernadette. *A Capitoa*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.
- MENDES Fº, Alvarito. *Vasco Fernandes Coutinho*. Biografia Romanceada. Vitória: Pro Texto, 2006.
- NEVES, Luiz Guilherme S. *Escrivão da Frota*. Vitória: IHGES/Cultural, 1997.
- _____. *Crônicas da Insólita Fortuna*. Vitória: IHGES/Cultural, 1998.

- _____. *O Capitão do Fim*. Vitória: IHGES/Cultural. 1999.
- NÓBREGA, Manoel de. *Cartas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.
- NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo. s/d.
- OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 2ed. Vitória. s/Ed. 1975.
- OLIVEIRA, Rubens Vieira de. *O dono do território capixaba*. Vila Velha: Arttheatrum, 2014.
- REY, Jovany Sales. *O Donatário. A saga da colonização do Espírito Santo*. Vitória: Secult, 2014.
- RIBEIRO, Francisco Aurelio. *A Literatura do Espírito Santo. Uma marginalidade periférica*. Vitória: Nemar, 1995.
- SALETTTO, Nara. *Donatários, Colonos, Índios e Jesuítas. O início da colonização do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. 2011.
- SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. 5ed. São Paulo: Nacional, 1987.

Anexo

Às vezes sim, às vezes não

Luiz Guilherme Santos Neves (publicado IN Tertúlia Capixaba)

Quando o então capitão Vasco Coutinho, afundado em sua rede de embiras, deu a primeira tragada para beber o fumo da erva maldita que lhe custaria mais tarde a excomunhão deitada com mão de ferro pelo bispo Fernandes Sardinha, exclamou em êxtase:

— O Espírito Santo está cada vez melhor!

Era a frase predileta do governador, cacoete verbal de quem acreditava na cria em formação — a capitania do Espírito Santo — estivesse sóbrio ou embalado pelo fumo amargo e malcheiroso, quando a proferia.

Uma frase sem dúvida otimista, que às vezes calhava às circunstâncias, às vezes não.

Exemplos?

Quando Duarte de Lemos arribou ao Espírito Santo com armas, bagagens e novos colonos de lambuja, o governador o recebeu com efusões de amigo, contando com sua ajuda para superar as aperturas da colonização ainda de gatinhas. Ao abraçá-lo contra o peito, debaixo de sorriso largo e satisfeito, segredou-lhe ao ouvido, procurando ser convincente:

— O Espírito Santo está cada vez melhor!

E para começo de trabalho próspero e duradouro, doou a Lemos a grande ilha de Santo Antônio sem a obrigação do pagamento de um dízimo sequer de mel coado, salvo um bem pesado pão de açúcar a ser anualmente fabricado nas moendas que Duarte de Lemos pusesse a funcionar na ilha.

Era assim o governador — tendia ao exagero das palavras e aos excessos magnânimos.

Mais tarde, ele e Duarte se estranhariam.

Foi briga feia, de fidalgos emproados, com delações e menosprezos de parte a parte, a amizade esperançosa dos primeiros tem-

pos diluindo-se no vinagre a tal ponto que Lemos abandonou a grande ilha que já tinha o seu nome e uma luzidia capelinha nela edificada, voltando desgostoso para Portugal.

O governador saboreou a partida do ex-amigo com longa bafo-rada de fumaça que lhe encheu as bochechas e umedeceu os olhos. E do fundo da rede de embiras, repetiu a frase predileta:

— O Espírito Santo está cada vez melhor!

Repetiu-a novamente quando fundou a vila de Nossa Senhora da Vitória na mesma ilha que coubera a Duarte de Lemos, em ocasião a que não faltou a bênção dos padres jesuítas, já então com as cruzeiras da catequese fincadas nas terras capixabas.

Em 1555, pouco no ar mais uma vez o refrão governamental, na chegada ao Espírito Santo dos temiminós de Gato Grande, o Maracaiaguaçu indígena, transportados em quatro caravelões que os livraram do terrível assédio dos tamoios, na baía de Guanabara.

Ainda mal refeitos dos enjoos da viagem pelo mar, a saudação alvissareira deu-lhes a certeza de que em melhores plagas não podiam ter baixado. E aqui fundaram aldeias e geraram curumins, para gáudio dos sotainas de Jesus.

Houve vezes também em que a frase foi pronunciada fora do Espírito Santo, quando o governador pôs-se a arrebanhar desorelhados e homiziados em outras freguesias da costa brasileira.

Contam os que lhe traçaram a biografia que, nesses arrastões errantes, era graças à sentença exclamativa que ele se abastecia da brava e indomável gente de que necessitava para trabalhar no seu Vilão Farto.

Claro que nem sempre o resultado era o desejado por faltar aos arrebanhados a operosidade pretendida pelo governador, mas o apelo do seu sonoro fraseado funcionava como isca eficiente para encher a capitania de braços e de bocas.

Em 1560, quem reproduziu a expressão foi Mem de Sá, que deve tê-la ouvido a Vasco Fernandes em alguma ocasião em que estiveram juntos. Ela aparece *ipsis literis* na missiva que o terceiro

governador do Brasil mandou ao rei de Portugal, dando conta do estrago que as armas lusitanas causaram aos índios do Cricaré.

O trecho é conhecido, e diz o seguinte: saiba Vossa Alteza que carregaram os nossos sobre os gentios com tal estropício que ficaram mui castigados, mortos tantos e tão principais que parece não alevantarão a cabeça tão cedo. E concluiu consagrador: o Espírito Santo está cada vez melhor!

Outro que teria repetido o dito, que se tornara de uso corrente na capitania, foi frei Pedro Palácios, na festa de inauguração da ermida das Palmeiras, no píncaro da Penha.

É bem verdade que daí decorreu uma polêmica transcendental: para os historiadores, ao dizer que o Espírito Santo estava cada vez melhor, e ao dizê-lo em espanhol, frei Pedro referiu-se à terra capixaba, ao rincão farto do capitão-mor; para os místicos, no entanto, o frei se dirigia ao Espírito Santo propriamente dito, excelso e supremo. Até hoje a questão está mal resolvida.

Amiúde, porém, a frase preferida de Vasco Fernandes nem sempre se adequava ao caos social e às dificuldades de todos os gêneros que reinavam no Espírito Santo.

Índios assaltavam os colonos em suas casas e lavouras, e o governador dizia a frase; a maledicência, a jogatina e as discórdias campeavam na capitania, e o governador dizia a frase; a saúde da população ruía em pandarecos com os doentes morrendo de maleita e de bexigas sem que a extrema-unção chegasse a todos pelos sais dos jesuítas, e o governador, ignorando a mortandade coletiva, soltava a frase ressonante, afundado em sua rede de embiras.

Durou isso o tempo de vida do governador à frente do seu senhorio.

Depois que ele se foi para as páginas da história, todos que a ele sucederam na governança da terra capixaba encamparam a frase retumbante, ainda que não inebriados pelas brumas das fumaças, mas com a mesma empolgação do seu autor.

E tal como ocorria com Vasco Fernandes, às vezes a apologia exortativa se adequava à realidade do Espírito Santo. O mais das vezes, não.

REVOLUÇÃO REPUBLICANA DE 1817 – BREVE HISTÓRIA

Ramon Alvarado*

*Meus ternos pensamentos, que sagrados
Me fostes quasi a par da Liberdade;
Em vós não tem poder a Iniquidade,
A' esposa voai, narraí meus fados.*

*Dizei-lhe que nos transe apertados,
Ao passar desta vida á Eternidade,
Ella d'alma reinava na metade,
E com a Patria partia-lhe os cuidados.*

*A Patria foi o meu numen primeiro,
A esposa depois o mais querido
Objecto do desvelo verdadeiro.*

*E na morte entre ambos repartido,
Será de uma o suspiro derradeiro,
Será da outra o ultimo gemido.*

Domingos José Martins

O evento também conhecido como “Revolução dos Padres”, tem pouco destaque na historiografia brasileira ou, quando tratado, é explorado com menosprezo. Isto se deve ao incômodo que até hoje o espírito do levante provoca na hegemonia do nosso pensamento histórico, majoritariamente centro-sulista, de feição aristocrática.

A aristocracia, malgrado a República, persiste na nossa história. Fez a Independência, reagindo ao avanço constitucionalista de Portugal, consolidou o Império e alojou-se na proclamação de Deodoro. Na fase imperial foi atingida por uma abolição da escravatu-

* Cineasta e escritor. Nasceu em Recife e foi criado em Vitória, cidade para onde retornou na maturidade

ra que resultou mais na deposição do imperador do que na efetiva mudança das relações de produção. Impôs-se então, na década de 30, com ideias modernizantes, uma “revolução” que, por ser filha da oligarquia — ser uma dissidência desta e não um movimento popular — pouco alterou o poder.

Portanto, não houve revolução. A sua proposta, qual seja, “modernizar”, mantém-se nos dias atuais: mudar tudo para tudo continuar na mesma, na sustentação da elite. E a nossa história, a história oficial, é a versão dessa elite, o ponto de vista dos vencedores, que apaga ou desqualifica os feitos dos vencidos.

Entre estes, encontra-se essa Revolução que, por ter início em Recife, é também chamada de Pernambucana. Nascida da insatisfação dos brasileiros com a opressão e a rapina do governo monárquico-absolutista, quando da estada de D. João VI (então príncipe regente D. João) e sua corte no Brasil, ela logrou vitória. Tendo a participação armada do povo, expulsou o governador de Pernambuco, instituiu a república e tornou independentes a província e quase todo o nordeste. Também criou uma lei orgânica que previa a assembleia constituinte e a eleição de um presidente, como ainda planejou a abolição da escravatura. Para conduzir o governo, provisório, compôs uma junta formada de cinco membros, representando a agricultura, o comércio, a defesa, a magistratura e a religião (à qual, na época, estavam associadas a educação e a cultura).

Foi longamente preparada a revolução, com data marcada para acontecer, o domingo de páscoa de 1817, quando o príncipe regente seria aclamado rei no Rio de Janeiro. Porém estourou antes, no dia 6 de março, por fatos inesperados e a bravura de um dos rebeldes.

A república que se instituiu em seguida, por outro lado, só durou 75 dias (dois meses e meio), pois, tão logo tiveram notícia dos acontecimentos o conde dos Arcos (governador da Bahia e fiel vassalo de D. João) e o próprio príncipe (que adiou a sua coroação),

o combate ao novo governo veio violento. O primeiro aprontou e expediu por terra um exército em direção a Pernambuco, enviando também para lá uma pequena frota naval, de guerra, e o segundo compôs uma esquadra, com tropa embarcada, para bloquear o porto de Recife e atacar a cidade.

Razões econômicas, sociais, ideológicas e militares motivaram o movimento pernambucano. Com a vinda da família real portuguesa e sua corte para o Brasil, e a criação da Companhia de Comércio de Pernambuco — uma concessão monopolista a um grupo de ricos comerciantes portugueses e ingleses, que, com juros altíssimos, emprestava dinheiro aos proprietários rurais da região, tendo a produção deles como garantia — os citados proprietários, na maioria senhores de engenho, sem suportarem aquelas taxas, se sentiram explorados, vale dizer, escravizados por aquela companhia. O comércio varejista estava na mão dos portugueses, pejorativamente chamados pelos brasileiros de “marinheiros pés de chumbo”. A cada dia surgia um novo imposto, cujo único propósito era a sustentação do luxo da corte; e a população de trabalhadores livres (artesãos e vendedores ambulantes, mulatos e pretos forros na maioria), que morava em mocambos, amargava a miséria. Fora estes fatos, grande era a ocorrência, em Recife, de assaltos e homicídios, tendo o próprio governador sido vítima dos primeiros.

Após a “abertura dos portos às nações amigas”, a cidade passou a receber mercadorias europeias e, junto com elas, as ideias iluministas, mais particularmente a dos enciclopedistas franceses. Ligada às segundas, a Maçonaria se fez presente com duas lojas na urbe, onde, com idêntica ligação, também se fundaram academias literárias. O seminário de Olinda, que era administrado pelos padres oratorianos e que, com a sua criação em 1800, havia revolucionado o ensino brasileiro da época, ministrava uma educação fundamental e religiosa francamente iluminista. Consistia a mesma na subs-

tituição da teologia justificadora do absolutismo monárquico por um cristianismo terreno e humanista, que preparava o aluno para as necessidades objetivas da vida, como também lhe despertava o espírito crítico.

Militarmente, a capitania que se orgulhava de ter expulsado da terra os holandeses — com o empenho dos pernambucanos e não das tropas portuguesas — vivia submetida ao comando e à arrogância dos generais e brigadeiros vindos de além-mar. Aos brasileiros não cabia patente superior à de capitão e baixíssimo era o soldo desses oficiais, assim como a paga para os demais elementos da tropa. Frequentemente ocorria quebra de hierarquia e indisciplina da parte dos Henriques, um batalhão formado de negros em homenagem a um dos heróis da reconquista pernambucana, Henrique Dias.

A bravura antecipadora da Revolução, acima referida, ocorreu num quartel, o de artilharia. O governador de Pernambuco, capitão-general Caetano Pinto de Miranda Montenegro, que de militar só tinha a patente e a espada que lhe pendia da cinta — pois tivera formação jurídica em Coimbra e era dado à criação poética e literária —, vinha acompanhando a agitação política da província, os “banquetes brasileiros” (forma de reunião e propaganda revolucionária, onde o vinho era substituído pela cachaça), mas não acreditava no seu sucesso. Tolerava a agitação e até mesmo dela zombava. Isso, até lhe chegarem cartas do paço real do Rio de Janeiro, exigindo diligência sobre certos atos “insultantes” praticados nas câmaras de algumas comarcas, e aumentarem as denúncias de conspiração e iminente insurgência.

Ele reúne então o seu estado-maior em conselho e, após ouvir sugestões como a de que os principais envolvidos pelas denúncias deveriam ser atraídos a palácio e assassinados (envenenados), decide pela prisão dos mesmos, pois acreditava que com essa medida a sedição abortaria. Em seguida, designa o marechal José Roberto

a prender os líderes civis, o que leva o oficial a encarcerar logo Domingos José Martins e buscar Padre João Ribeiro, Cruz Cabugá e outros dois conspiradores. Aos comandantes dos regimentos militares, ordena a prisão dos conjurados de cada unidade.

Chegando ao quartel de artilharia, e prendendo sem dificuldade o capitão Domingos Teotônio Jorge, o brigadeiro Manuel Barbosa de Castro, dirigindo-se ofensivamente a outro capitão, José de Barros Lima (o Leão Coroado), para também prendê-lo, ouve da parte dele: —“Pois morre miserável!”, frase acompanhada de um golpe de espada que somado a outros desferidos pelo tenente José Mariano, põe fim à sua vida. O ato tem o apoio da tropa e quando, enviado pelo governador, outro militar português chega ao quartel, o mesmo militar, sendo recebido por balas, também é morto.

Assim, estoura a revolução que ganha a rua com 800 homens, dentre eles o padre João Ribeiro. Caetano Pinto, informado do sucesso, refugia-se na fortaleza do Brum, deixando o marechal José Roberto no palácio do governo, para garantir não só a casa como o erário. A marcha revolucionária, seguindo pelas artérias do Recife, e passando a contar com mais de 3000 homens armados, se dirige de imediato à cadeia pública, para libertar Domingos Martins. Com igual propósito libertador, vai também à fortaleza das Cinco Pontas, para onde fora levado Domingos Teotônio Jorge. Exitosa nas duas ações, ela parte em seguida para atacar o palácio, formando para isso duas colunas, que percorrem trajetos diferentes.

Encontrando-se na outra margem do rio que corta a cidade (rio Capibaribe), localização também do bairro portuário, a Fortaleza do Brum serve de base para o governador organizar a resistência. Dali, ele manda derrubar a ponte que ligava o citado bairro ao do palácio, pede reforços a Olinda e arma alguns portugueses. Estes, por sua vez, quando iniciavam o trabalho de demolição, são vistos, da margem oposta do rio, pelos revolucionários.

Mais exatamente, pelo tenente Antônio Henriques que, disposto de uma peça de artilharia, não hesita em fazer uso da mesma. Com dois tiros certos, ele bota para correr os lusitanos e, dessa maneira, os rebeldes conseguem entrar na área do porto.

Contando somente com 300 homens quando as duas colunas chegam ao palácio, José Roberto, o marechal, não tem como garanti-lo. Se rende e, por esse ato, lhe é permitido juntar-se na fortaleza ao governador. Caetano, mesmo disposto do efetivo vindo de Olinda, no dia seguinte também capitula. Os revolucionários, procurando então livrar Pernambuco do símbolo da monarquia, três dias depois, o embarcam numa sumaca e o enviam para o Rio de Janeiro.

Tal êxito militar, no entanto, não se repetiu no posterior confronto da república com o exército enviado pelo Conde dos Arcos. Depois da prisão, sumário julgamento e execução, em Salvador, do padre Roma — na verdade, ex-sacerdote, que, como emissário, lá fora buscar a adesão de baianos eminentes —, os revolucionários caíram em depressão. Amarras servis e aristocráticas de muitos espíritos, e o fantasma da punição real, os fizeram superestimar as forças que marchavam para Recife. Acovardaram-se diante delas e assim foram perdendo batalha após batalha, melhor dizendo, foram batendo em retirada desde a cidade alagoana de Penedo, que já haviam conquistado. Em certo momento da guerra, para aumentar a crise da república, o comando do seu exército foi passado ao capitão-mor e senhor de engenho Francisco de Paula Cavalcanti que, perdendo o ardor revolucionário, já cogitava negociar a rendição.

Sem aceitar esta proposta, Domingos Martins, o representante do comércio na junta governativa, que pouca experiência tinha das armas, resolve então deixar a sua função administrativa e organizar um segundo exército, partindo com o mesmo para a frente de combate. Recife fica governado por João Ribeiro e pelo titular

da defesa, Domingos Teotônio Jorge. Com aquela decisão, Martins fazia uma última tentativa de salvar a “pátria” (assim os revolucionários chamavam a república, chamando-se também patriotas), da mesma maneira que faziam alguns padres, os quais, baseando-se na experiência bem sucedida da luta dos pernambucanos contra os holandeses, organizaram guerrilhas.

O general improvisado, junto com João Ribeiro, foi das maiores lideranças da revolução. Nascido na capitania do Espírito Santo, no distrito de Itapemirim (sítio Caxangá) transferiu-se jovem para Salvador, a fim de trabalhar no comércio, e dali seguiu para Portugal e Londres, onde tornou-se sócio de uma empresa importadora de açúcar e algodão do Brasil. Na capital inglesa, fez amizade com Hipólito José da Costa (o jornalista-editor do *Correio Brasiliense*) e com o maçom e libertador latino-americano Francisco de Miranda. Vindo sempre a Recife, em razão da atividade profissional, conheceu Maria Teodora da Costa — a filha do mais rico comerciante da cidade, fiel vassalo de D. João — e por ela se apaixonou. O pai de Maria Teodora não lhe cedia a mão da moça nem mesmo com a intercessão do padre João Ribeiro, mestre do seminário de Olinda e por todos respeitado na urbe pela bonomia e vastas luzes.

A vitória da revolução, no entanto, mudou a posição de Bento José da Costa, o pai, e os dois amantes puderam se casar numa cerimônia que foi o acontecimento social da república, da sua fase inicial. Esta fase caracterizou-se pela pacificação dos ânimos entre pernambucanos e portugueses, para a qual foi fundamental a proclamação redigida pelo potiguar, secretário de estado, Miguel Joaquim de Almeida Castro, o padre Miguelinho. E definiu-se também por um programa de governo que, além de estabelecer a igualdade de tratamento (Excelência foi substituído por Vós), aboliu as regalias e os impostos abusivos, como decretou livre a religião, o pensamento e a imprensa (o próprio governo montou a primeira gráfica

do nordeste, sendo o primeiro documento impresso o famoso “Preciso”, escrito pelo jurista e representante da magistratura na junta governativa, José Luiz de Mendonça). O programa estimulava ainda a indústria (proibida no Brasil pelo príncipe regente) e preparava a abolição da escravatura.

Defendida por Martins e João Ribeiro, a abolição, porém, não foi bem recebida pelos senhores de engenho “republicanos”, por considerarem os escravos suas propriedades. Chegou mesmo a criar uma crise no governo, levando os dois membros da junta a recuarem e redigirem uma proclamação, na qual lamentavam a impossibilidade de pô-la em prática e a postergavam. A perspectiva abolicionista foi talvez a razão do enfraquecimento militar acima referido, já que muitos oficiais provinham da classe dos donos de terra, ou por ela eram influenciados. Da mesma classe, fazia parte um dos membros do conselho consultivo da república, Antônio Carlos de Andrade, irmão de José Bonifácio, o que posteriormente veio a ser o “patriarca da independência”.

Além do padre Roma (José Ignácio Ribeiro de Abreu e Lima, pai do capitão, e depois general do exército bolivariano, José Ignácio de Abreu e Lima), outros voluntários se ofereceram para estender as fronteiras da revolução, destacando-se o subdiácono José Martiniano de Alencar (pai de José de Alencar, o escritor), que seguiu para a sua terra de origem, o Ceará, e o padre Damasceno que foi para o Rio Grande do Norte. A Paraíba, que participara com filhos do processo conspiratório de Recife, aderiu quase que imediatamente à revolução, valendo-se da liderança de Manoel Clemente Cavalcanti, de Amaro Gomes Coutinho e do arrojo e talento militar do jovem tenente José Peregrino de Carvalho. E a república, precisando reconhecimento internacional, como também adquirir armamentos para uma futura guerra com a monarquia portuguesa, enviou, como embaixador, para os Estados Unidos, o comerciante Antônio

Gonçalves da Cruz, o Cruz Cabugá, despachando ainda para a Argentina (recém liberta do domínio espanhol) outro emissário.

O otimismo da fase inicial, entretanto, ia se transformando em medo à medida que avançavam as tropas do conde dos Arcos, comandadas pelo marechal Cogominho de Lacerda; e se aproximava de Recife a esquadra do almirante Rodrigo Lobo, enviada por D. João. Estas forças, ninguém conseguia deter. O exército de Domingos Martins foi derrotado — numa emboscada realista às margens do Rio Merepe, caindo o seu chefe prisioneiro — e Francisco de Paula Cavalcanti, estacionado com o seu efetivo em Ipojuca, ao se defrontar com a “superioridade numérica do exército inimigo”, ordenou a dispersão e a fuga dos seus comandados. Penetrando nas vilas e vilarejos do interior alagoano, como também do pernambucano, e impondo o terror, Cogominho de Lacerda engrossava as suas fileiras pelo alistamento compulsório dos matutos, inclusive índios.

Em Recife, Paula Cavalcanti consegue recompor parte do seu exército, mas estando a tropa sem condições de lutar, e ainda — sob a mira dos canhões de Rodrigo Lobo — a cidade em pânico, ele tenta uma capitulação honrosa com o almirante. Envia-lhe mensagens, com a concordância dos dois últimos governadores ativos (João Ribeiro e Domingos Teotônio), porém, do oficial português, não recebe mais do que esta resposta: “rendição incondicional”. Tornando ditador pelo estado de guerra, Domingos Teotônio expede então, para Rodrigo Lobo, um ultimato, ameaçando matar todos os portugueses da cidade se, até às 8 horas da manhã do dia seguinte, o almirante não revise a sua posição.

Homem de elevados princípios, Teotônio não iria cometer aquela atrocidade e como, esgotado o prazo dado, não veio resposta do chefe da esquadra, e já se encontrava às portas do Recife o exército de Cogominho, os republicanos reúnem então o que sobrou do seu efetivo e marcham para o interior, pelo caminho de Olinda.

Alimentam ainda o sonho de erguer no espaço citado a “república dos lavradores”, no entanto, ao estacionarem em Paulista, sem terem mais ânimo de prosseguir, decidem se desmobilizar, para se refugiar nas matas. Vendo baldados todos os esforços, João Ribeiro põe fim a própria vida.

A repressão que se seguiu à entrada das forças portuguesas em Recife foi terrível. Lares foram devassados pelos agentes da monarquia, na busca dos envolvidos com a revolução, não sendo poupados, para a obtenção de pistas, seus familiares, que receberam torturas. Domingos Martins, José Luís de Mendonça e frei Miguelinho foram os primeiros, após a queda da república, a pagarem com a vida a aventura revolucionária. Enviados para Salvador num brigue, lá foram julgados por uma comissão militar, condenados à morte, e arcabuzados no Campo da Pólvora. A repressão fez também cerca de mil prisioneiros políticos, dos quais 117 (entre eles, Antônio Carlos de Andrade, José Martiniano de Alencar e frei Caneca, que havia atuado como capitão de guerrilha) foram igualmente enviados para Salvador, para as masmorras daquela cidade, pois Rodrigo Lobo, na condição de governador, temia que a presença daqueles prisioneiros em Pernambuco despertasse nova revolta.

O que pode ser considerado mais cruel, porém, aconteceu no próprio Recife, visando escarmentar a população. Com o propósito de controlar melhor Pernambuco, D. João para lá enviou, com o título de governador efetivo, o brigadeiro Luiz do Rego Barreto, que passou a presidir a comissão de julgamento dos últimos aprisionados. Com aparato de festa cívica, em dias alternados e em grupo de três, Luiz do Rego levou à forca Domingos Teotônio Jorge, José de Barros Lima (o Leão Coroado), Pedro de Souza Tenório, Amaro Gomes Coutinho, José Peregrino de Carvalho, Antônio Henriques Rebello, Francisco José da Silveira, padre Antônio Pereira e Ignácio de Albuquerque Maranhão.

Os enforcamentos, entretanto, assim como a restauração monárquica, não devolveram ao príncipe e a seus fidalgos, o sono. Ameaçando mais pessoas, surtiam o efeito contrário ao pretendido, transformando Pernambuco num barril de pólvora prestes a novamente explodir. Recebendo denúncias de abusos cometidos pela comissão militar, o monarca acabou substituindo-a por uma Alçada. Este tribunal civil não foi menos perverso, mas também não levou ninguém ao patíbulo, devido ao desentendimento entre os desembargadores e do seu presidente (Bernardo Teixeira de Carvalho) com o governador (Luiz do Rego). Ao se coroar em 1818, D. João, tornado D. João VI, mandou suspender todas as devassas e novas prisões, mantendo porém no cárcere, respondendo processo, os que lá já se encontravam. Gradualmente, foi baixando outras medidas de “misericórdia”.

A Revolução Republicana, na fase que antecedeu a nossa Independência, apesar de vencida, permanecia viva na mente dos brasileiros, estimulando o processo emancipatório. As ideias liberais que ela pôs em prática mostravam o absurdo do absolutismo, mas ninguém ousava contrariar o rei. Exceto em Portugal, pois, em 1820, lá estoura a Revolução Constitucionalista do Porto que, saindo-se vitoriosa, impõe no reino português a assembleia constituinte.

E, ao mesmo tempo, abre as masmorras da Bahia onde se encontravam os presos políticos. Um deles, Francisco Muniz Tavares, no momento da soltura, ao invés de voltar para Recife numa embarcação, como fizeram os outros prisioneiros, prefere percorrer a longa distância a pé, “somente com o fim de conversar com os sábios que habitam aqueles ermos” (Dias Martins), palco da guerra revolucionária. Foi eleito, em seguida, deputado constituinte pela Província de Pernambuco e, nessa condição, viajou para Portugal. Deixou escrita a *História da Revolução de Pernambuco em 1817*.

Tornando-se vassalo da carta magna, D. João VI terá então que jurá-la, o que acaba fazendo reservadamente, com dificuldade pes-

soal. E, diante desse quadro, o acontecimento que marcou, em 1822, a nossa Independência, pode ser visto mais como uma reação do monarca à constituição portuguesa do que um movimento do povo brasileiro, pois, antes de voltar para Lisboa, procurando preservar na nossa terra o absolutismo e a dinastia Bragança, ele aconselha mesmo o filho a separar o Brasil de Portugal. Tal separação configurou também — o fato que interessava a aristocracia rural brasileira — uma medida para manter intacta a escravatura.

Menos absolutista, ou como preferem muitos historiadores, centralizador, não foi Pedro I e disso ele deu mostra ao receber, após a consolidação da Independência, dos deputados constituintes, a primeira constituição do Brasil. Recebendo-a, ele não teve receio de rasgá-la, dizendo “não é digna de mim” e impondo em seguida uma constituição do seu gosto, a Constituição Outorgada.

Isto leva Pernambuco – que pela Convenção de Beberibe tanto contribuiu para a nossa emancipação política – a novamente se levantar, em 1824, pela Confederação do Equador, uma reedição da Revolução de 1817. Liderada por frei Caneca, a confederação também foi esmagada, dessa vez pelas forças do imperador.

Referências

BAHIENSE, Norbertino. *Domingos Martins e a Revolução Pernambucana de 1817*.

BARROS, Eudes. *Dezessete* (romance).

CAHÚ, Sylvio de Mello (major). *A Revolução Nativista Pernambucana de 1817*.

CARVALHO, Gilberto Vilar de. *A Liderança do clero nas revoluções republicanas 1817-1824*.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*.

KOSTER, Henry. *Viagem ao Nordeste do Brasil*.

LEAL, Teófilo. *Frei Miguelinho ou aspectos políticos e morais do tempo de D. João VI*.

MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste, 1817*.

PINHEIRO, cônego Fernandes. *Estudos Históricos – Luiz do Rego e a posteridade*.

TAVARES, Francisco Muniz (monsieur). *História da Revolução em Pernambuco em 1817*.

TOLLENARE, L. F. *Notas dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil, em 1816, 1817 e 1818*.

A CONJUNTURA CAPIXABA AO TEMPO DA VIAGEM DE PEDRO II AO ESPÍRITO SANTO¹

Gabriel Bittencourt*

Em 1º de outubro de 1859, o imperador Pedro II, acompanhado da imperatriz D. Teresa Cristina, e comitiva embarcaram no vapor *Apa*, no Rio de Janeiro, para uma viagem às províncias do “Norte do Brasil”. Comboiados por três navios de guerra: a fragata *Amazonas*, a corveta *Paraense* e a canhoneira *Belmonte*, aportaram primeiro na Bahia, de onde seguiram para Pernambuco e Paraíba, ponto extremo da excursão. No retorno, o imperador e acompanhantes visitaram Alagoas e Sergipe, fazendo nova parada em Salvador, de onde seguiram para o Espírito Santo, aportando em Vitória a 26 de janeiro de 1860.

No Espírito Santo permaneceram 15 dias, visitando D. Pedro quase todas as localidades mais importantes da província, à exceção de São Mateus, talvez por receio da epidemia de varíola que grassara na cidade no ano anterior, ou ainda pela premência do tempo.² No vapor ou na galeota, a cavalo ou a pé, D. Pedro visitou Vitória e Vila Velha, Viana, Serra, Santa Cruz e Reis Magos (Nova Almeida); no Rio Doce, Linhares e a lagoa Juparanã; esteve em Guarapari, Benevente (Anchieta) e Itapemirim, de onde partiu para a colônia do Rio Novo; tendo percorrido, anteriormente, as colônias de Santa Leopoldina e de Santa Isabel.

¹ Texto escrito originalmente como um capítulo para a obra *Imigração: a moderna ocupação e povoamento do Brasil e do Espírito Santo* e da qual foi retirado. Também não constam aqui extensas notas sobre as famílias Gomes Bittencourt e do barão de Itapemirim e sobre Francisco Alberto Rubim.

* Presidente de honra e sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

² ROCHA, Levy. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Continente; Brasília: INL, 1980, p. 7-8.

Somente em 11 de fevereiro de 1860 chegou, de volta, à Corte. Os relatos dessa demorada excursão, de quatro meses de duração, receberam amplos registros nos jornais e revistas da época, chegando-se mesmo à publicação de obras sobre a passagem de SS. MM. nas províncias visitadas. Mais importantes, porém, são as notas e desenhos que podem ser encontrados, no Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis, tão valiosos quanto inéditos, do próprio imperador e que compõem o formidável acervo dessa instituição.

No Espírito Santo, exatamente um século após essa memorável viagem, o escritor Levy Rocha, também membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e da Academia Espírito-santense de Letras, produziu marcante estudo a propósito do tema, do qual, aliás, muito nos valem para o presente artigo. Sua *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo* fundamentou-se, por certo, nesses registros históricos da imprensa, nas fontes existentes nos arquivos do Rio de Janeiro e nas notas esparsas dos historiadores e dos cronistas.³

Para a visita do imperador à província do Espírito Santo, o então presidente, Pedro Leão Veloso, que governou de 1858 a 1860, recebera do Ministério dos Negócios do Império a importância de quatro contos de réis destinados aos preparativos para a recepção: compra de nova mobília e decoração, reparações e pinturas do palácio do governo, atual Palácio Anchieta. Importância considerada insuficiente, porquanto os reparos não ficariam limitados apenas à residência presidencial e sede do governo, mas também a outras obras na cidade, como veremos adiante.⁴

Para tudo isso, conforme Serafim Derenzi, Leão Veloso teve que convocar os mais abastados para terem a “honra” de contribuir

³ ROCHA, op. cit., p. 9.

⁴ NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, [1969?], p. 240.

com as despesas necessárias “à hospedagem dos Augustos Imperantes”.⁵ No que foi atendido pelo coronel João Nepomuceno Gomes Bittencourt, comandante superior da Guarda Nacional no Espírito Santo, pelo primeiro barão do Itapemirim, Joaquim Marcelino da Silva Lima, pelo major Mateus Cunha e pelo comendador Reginaldo Gomes dos Santos, que subscreveram a elevada importância de cinco contos e quinhentos mil réis cada um. Cabendo aos dois primeiros, grandes líderes adversários da região do Itapemirim, a tarefa mais pesada e dispendiosa — a reforma do palácio do governo.

Conforme Serafim Derenzi, “como moravam mal os capixabas”, quando da visita do imperador à província do Espírito Santo.⁶ Daí a necessidade da reformulação não só do palácio do governo, mas, também, do seu entorno, com objetivo de causar boa impressão aos ilustres visitantes.

Nesse período, Vitória apresentava feição típica de cidade colonial portuguesa, com todos os seus problemas. Desprovida de esgotos, os dejetos das casas eram guardados em tonéis de madeira à espera de despejo à noite. Quintais imundos, lixo por toda parte, davam-lhe fama de cidade suja. Natural, portanto, os surtos epidêmicos de febre amarela e de cólera-morbo que atingiram a ilha, em meado do século, deixando rastro de centenas de mortos. Razão pela qual se fecharam os cemitérios do centro da cidade, repletos de cadáveres, que comprometiam a salubridade pública, e das obras de saneamento empreendidas, inclusive da Fonte Grande, a fim de tornar a adução da água mais fácil para o abastecimento e higiene da população.

As ruas, tortas e estreitas, algumas com menos de cinco metros de largura, submetiam-se, pacificamente, ao ziguezague das trilhas

⁵ DERENZI, Luiz Serafim. *Biografia de uma ilha*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1965.

⁶ Id., *ibid.*, p.137.

batidas a casco das tropas dos muares, “que foram os primeiros topógrafos municipais”. A geometria, assim como a telha de Marseilha, só apareceu no final do século XIX. Fato talvez explicado pelo estado de penúria que caracterizava o Espírito Santo desde o início de sua vida provincial.⁷

O Espírito Santo, aliás, inaugurara o período provincial acumulando déficit e necessitando de subsídios do governo imperial para sua sobrevivência. De sorte que, assentada a poeira das agitações políticas da Independência na província, quando toma posse seu primeiro presidente efetivo, Ignácio Acioli de Vasconcelos, que apresentou uma análise da situação econômica da província em que registra dados interessantes para o ano de 1825. A receita estimada em Rs. 46:231\$852, opunha-se a despesas militar de Rs. 46:316\$472 e a civil e eclesiástica de Rs. 12:862\$933. Um déficit de Rs. 12:943\$728 ocasionado, sobretudo, pelo espantoso efetivo militar de 1.849 soldados. Uma barbaridade em relação à população da província, estimada em cerca de 24 mil pessoas, algum tempo antes, em fevereiro de 1824.⁸

Acioli, que demonstrava alguma cultura e tino administrativo, foi o primeiro e o mais longo governo da era provincial do Espírito Santo. Nomeado a 25 de novembro de 1823, permaneceu à frente do governo até 23 de novembro de 1829, data em que deixou sua administração, governando, portanto, por cinco anos, oito meses e trinta dias. Da imensa relação dos presidentes e vice-presidentes que administraram a província do Espírito Santo, poucos merecem destaque e permaneceram tempo reduzido à frente do governo capixaba. Resulta daí que os presidentes da província do Espírito

⁷ Id., *ibid.*

⁸ OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 2 ed. Vitória: FCES, 1975.

Santo, delegados do poder central, pouco se destacaram. De acordo com José Teixeira de Oliveira,⁹ todos eram principiantes bisonhos, “que vinham pescar no Espírito Santo, uma cadeira de deputado geral”. O presidente Pedro Leão Veloso foi o “delegado” de plantão que teve o privilégio de hospedar no palácio do governo o mais importante visitante do Espírito Santo até então.

Do ponto de vista da economia local, nesse período, a partir da década de 1840, o decréscimo da produção de açúcar passou a encontrar paralelo no crescimento da produção de café; a exportação do açúcar que, em 1844, atingira a 324.308 arrobas, sequer figurará na estatística estadual de 1892. Enquanto o café, que em 1847, representava 115.390 arrobas, em 1900 atingirá a marca de 1.234.195 sacas. Natural, portanto, o aparecimento, embora em menor escala que na província do Rio de Janeiro, de uma nobreza do café no Espírito Santo, representada pelos barões de Itapemirim, Aimorés, Timbuí e Guandu.¹⁰

O primeiro barão de Itapemirim, Joaquim Marcelino da Silva Lima, conforme visto, era também Diretor-geral dos Índios da província, cargo que lhe valia honras de brigadeiro. Foi por sua iniciativa que o imperador, quando aqui esteve, se entrevistou com 24 índios puris remanescentes do Aldeamento Imperial Afonsino, no pátio do antigo colégio dos jesuítas de Vitória, que então servia de palácio do governo. Eram esses índios herdeiros daquela tribo valente que conseguiu expulsar de suas terras, nas cabeceiras do Itapemirim, os primeiros exploradores de ouro registrados concretamente no Espírito Santo.

O Aldeamento Imperial Afonsino, regularmente estabelecido em 1845 por recomendação do governo central, recebera essa de-

⁹ Id., *ibid.*, p. 345.

¹⁰ Id., *ibid.*, p. 400-401.

nominação em homenagem ao filho primogênito de D. Pedro II, D. Afonso, falecido prematuramente. Sob a administração do barão de Itapemirim, o aldeamento chegara a atingir razoável progresso. Consta, entretanto, que entrou em decadência por ingerência do frei Bento Bubio, um frade capuchinho genovês rigoroso no trato com os índios, cuja ação, deu-lhes pretexto para debandada então realizada. Vale ressaltar o vocabulário indígena elaborado por D. Pedro II, publicado anonimamente em francês, em 1889, na *Grand Encyclopédie*, sob o título: *Quelques notes sur la langue tupi*.

De acordo com Levy Rocha,¹¹ citando edição contemporânea do *Correio Mercantil*, “o bom gosto presidiu a todos os arranjos do Palácio”: mobílias foram substituídas, decorações discutidas e a sala de beija-mão montada satisfatoriamente. Reparos que não ficaram limitados ao palácio, conforme Derenzi. Outras comissões trataram de reparar estradas, reformou-se o Cais das Colunas, fronteiro ao Palácio, depois denominado Cais do Imperador, construiu-se uma ponte para o desembarque de SS. MM., ergueram-se palanques e calçou-se a Praça do Cais. A ladeira que aí iniciava e terminava no Paço, depois substituída pela imponente escadaria, passou a denominar-se Ladeira do Imperador, a partir do evento.¹²

A chegada do *Apa* a Vitória, fretado especialmente para condução de suas majestades, deu-se no dia 26 de janeiro de 1860, como vimos. As fortalezas dispararam seus canhões, foguetes subiram ao ar por toda a cidade, particularmente no Cais das Colunas, onde D. Pedro II aproximou-se na “galeota” de bordo, devido à inexistência de verdadeiro porto em Vitória. O imperador, em notas ligeiras e resumidas, anotava suas impressões da viagem a fim de aproveitá-las mais tarde. Segundo Levy Rocha:

¹¹ ROCHA, op. cit., p. 26.

¹² NOVAES, op. cit., p. 240.

Conduzidos, sob o pálio seguro pelos vereadores, o Imperador dirigiu-se ao palanque da direita: a Imperatriz para o da esquerda [...]. Após o ósculo do crucifixo, caminharam [...] para a Capela Nacional, onde assistiram ao *Te Deum* [...]. Seguiu-se o beija-mão no Paço, — o edifício histórico, antigo cenóbio dos jesuítas, preparado condignamente, para a excepcional hospedagem. Das suas sacadas antigas e bonitas, assistiram ao grande desfile, — a parada da Guarda Nacional.¹³

Interessado nas coisas da província, o imperador a tudo visitou: conventos, igrejas, cemitérios, repartições, quartéis, escolas, hospitais e cadeia. Em muitas ocasiões, estava acompanhado da imperatriz. Depois, viajou a cavalo para o norte da província, passando por Serra, Nova Almeida, Santa Cruz e Linhares, sem esquecer a lendária lagoa Juparanã.

A primeira visita deu-se no mesmo dia em que aportou em Vitória, ao Hospital da Misericórdia. Instituição criada ainda ao tempo do primeiro donatário, entre as mais antigas fundadas no Brasil, a Confraria da Misericórdia do Espírito Santo foi, a princípio, instalada em Vila Velha. Segundo o jornalista e historiador, Basílio de Carvalho Daemon,¹⁴ sua transferência para Vitória data de 1605, quando da fundação do Hospital da Caridade, anexo à igreja da Misericórdia, que acabou sendo destruída ao tempo do governo Jerônimo Monteiro para dar lugar ao novo Congresso Legislativo Estadual. Destinada a assistência dos doentes pobres e ao “amparo dos expostos”, acompanhando réus sem defesa aos tribunais, entre

¹³ ROCHA, op. cit.

¹⁴ DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. 2 ed. Coordenação, notas e transcrição de Maria Clara Medeiros Santos Neves. Vitória: SECULT/APEES, 2010. (Coleção Canaã; v. 12).

inúmeras outras obras meritórias que realizou. Tanto que alguns de seus benfeitores, em reconhecimento aos serviços prestados, ou talvez na esperança de comprar uma entrada nos céus, legaram-lhe fortunas consideráveis, em terras, prédios e, até mesmo, sacos de moedas de ouro e prata. Assim como, também, merecera, desde o início do século XVII, os mesmos privilégios concedidos à confraria de Lisboa, outorgados por Felipe II de Espanha. Por isso o interesse de D. Pedro. A instituição visitada pelo imperador já funcionava, porém, na “Colina do Campinho”, transferido que fora o hospital por iniciativa do governador Francisco Alberto Rubim, considerado o mais “operoso governante” da fase colonial.¹⁵

Em Vitória, D. Pedro visitou ainda o convento de São Francisco, passando pelo quartel da Companhia de Pedestres no antigo convento do Carmo, que o presidente Veloso comprara da ordem carmelita para servir de alojamento daquela unidade militar. Visitas que se prolongaram até as 19 horas daquele dia. Tudo anotado pelo imperador em seu caderninho: capelas do Amparo, Santa Luzia, igrejas de São Gonçalo, Conceição, Rosário e a matriz de Nossa Senhora da Vitória.

Especial atenção dispensou ao convento dos franciscanos, para onde foram transladados os restos mortais do venerável frei Pedro Palácios, fundador do Santuário de Nossa Senhora da Penha e falecido em 1570. Demonstrando interesse pela cultura literária e folclore capixaba, perguntou pela biblioteca. Mostraram-lhe as paredes que outrora a encerraram, cobertas de ervas. D. Pedro anotou: “A biblioteca do Convento deixaram roubar”. Anotou ainda: “Nesta Igreja está o S. Benedito dos Caramurus, que brigando com os devotos de S. Benedito do Rosário, chamados Peroás (caramuru e pe-roá são dois peixes) deram lugar, ambos, a que o governo proibisse a saída de ambas as procissões; os Peroás são pobres”.¹⁶

¹⁵ OLIVEIRA, op. cit.

Pela estrada da Capixaba, a cavalo, acompanhado de pequeno séquito, visitou o forte São João. Construído em meado do século XVII, a atenção do imperador voltou-se para o monte das grossas correntes que no passado serviam para fechar o porto, particularmente, no “tempo dos holandeses”, prendendo-se ali uma das pontas e a outra nos argolões que ainda se encontravam cravadas no Penedo, do outro lado do canal de navegação de Vitória.

Visitando as escolas, por onde passava o imperador em geral tomava o assento do mestre, examinado livros das escolas, folheando os compêndios utilizados, inquirindo alunos e, assim, registrando suas impressões. Consta que ele não se mostrou satisfeito com o estado da instrução pública do Espírito Santo. A principal causa do descalabro que campeava nas escolas parecia situar-se na falta de professores habilitados, que não se sentiam incentivados a lecionar por um salário em torno de seiscentos e oitenta réis diários, quando os demais trabalhadores percebiam, em média dois mil réis.

Norteadas pelo regulamento do ensino francês, 21 escolas de 1ª classe funcionavam nas cidades, vilas e freguesias da província. O programa compreendia: leitura e escrita, noções preliminares de gramática, princípios elementares de aritmética, noções de geometria prática e instrução moral e religiosa. Nas escolas de 2ª classe, nas freguesias menos importantes, ensinavam-se as mesmas matérias, ainda mais resumidas. Mesmo programa aplicado à instrução do sexo feminino, com acréscimo do ensino de costura, bordado e música. Em Vitória, desde 1852, havia uma única escola feminina. As 42 escolas de meninos da província compreendiam o total de 861 alunos brancos, pois os escravos não frequentavam os bancos escolares. Quanto ao ensino secundário, desenvolvia-se no Liceu de Vitória, que fora instalado em 1853, no convento de São Francisco,

¹⁶ ROCHA, op. cit.

transferindo-se, posteriormente para dependências do palácio do governo. Ministravam-se cinco cadeiras: latim, francês, geografia e história, música e filosofia racional e moral.

Também em dependências do palácio, César Augusto Marques refere-se à primeira biblioteca pública do Espírito Santo, inaugurada em 16 de julho de 1855.⁷ Sua origem deve-se ao capixaba Braz da Costa Rubim (1812-1871), filho do governador Francisco Alberto Rubim, antes referido. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, formado em humanidades, em Portugal, e 1º escrivão da Diretoria Geral de Contabilidade. Doou ele os 400 primeiros volumes para a biblioteca, enviando-os do Rio de Janeiro, onde residia. Pouco antes dessa data, em 1852, o presidente Nascente de Azambuja afirmava ao ministro do Império que no Espírito Santo, “não havia nenhuma associação literária, nem periódico literário ou científico, nem se publicam outras obras”, acrescentando, em 1856, o barão de Itapemirim — “não há jardim botânico, nem teatro, nem museu”.¹⁸

Daí a importância da iniciativa de Rubim, para a qual o governo designou comissão organizadora, votando a Assembleia Legislativa Provincial auxílio de cem mil réis durante três anos à Biblioteca Pública. Às vésperas da viagem do imperador, em 1859, ela já computava cerca de dois mil volumes. Infelizmente, não se manteve dinâmica esta primeira biblioteca. Conforme o presidente da província, Costa Pereira Júnior, em 1861, raros curiosos a frequentavam e, em 1872, seu acervo, limitado e corroído de traças, encontrava-se abandonado em sala da Secretaria do Governo, no mesmo palácio do governo.

¹⁷ MARQUES, Cezar Augusto. *Dicionário histórico, geográfico e estatístico da província do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878.

¹⁸ Id., *ibid.*

Ainda nesse palácio, o antigo Colégio da Companhia de Jesus, nos fins do século XIX, conforme informa o padre Frota Gentil¹⁹ era possível encontrar uma caixa contendo um osso do “Taumaturgo do Novo Mundo”, parte do qual foi dado a D. Pedro II por ocasião de sua visita ao túmulo do padre na Igreja de São Tiago, contígua à casa do governo. Não havendo mais qualquer notícia das relíquias do venerável Anchieta depois dessa data. Fato, aliás, que não ficou registrado na caderneta de bolso do Imperador. Tivera ensejo de copiar apenas a legenda escrita em latim da lousa sepulcral (talhada no século XVII) para o monumento que foi erigido no mesmo prédio, em memória do Apóstolo do Brasil, como ali se encontra, com os seguintes dizeres: *HIC IACVIT VENERAB. P. IOSEPHVS DE ANCHIETA SOC. I. BRASILIAE APOST. ET NOVI ORB. NOVVS THAVMATVRG. OBIT RERITIBAE DIE IX IVN. ANN. MDXCVII.*²⁰

Sobre o Convento da Penha, D. Pedro documentou: “possui 40 e tantos escravos e recebe muitíssimas esmolas, havendo bastantes *ex-votos*”. Ao santuário visitado, dedicou informações minuciosas.²¹

¹⁹ GENTIL, José da Frota., S. J. “Anchieta e o Estado do Espírito Santo”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, nº 8. Vitória, Tipografia da *Vida Capixaba*, ab. de 1935. p. 74-85; e GENTIL, José da Frota, S. J. (org.). *Vida ilustrada do V. P. Anchieta S. J. Apóstolo do Brasil*. Rio de Janeiro: Gráfica Barbero, 1962, p. 84.

²⁰ Dos ossos de Anchieta levados do Espírito Santo para a Bahia e daí para o Vaticano em 1610, por certo alguns se extraviaram de forma que apenas dois permaneceram no “Relicário da Postulação das Causas dos Santos”, em Roma. Foram essas relíquias devolvidas ao Brasil em 1966, ficando um deles, a tíbia, no Santuário de Anchieta, no Espírito Santo, na cela do próprio beato (atual santo) e o outro, um fêmur direito, na igreja do pátio do colégio, em São Paulo. Ao que tudo indica, são relíquias autênticas, restando em Vitória, no atual Palácio Anchieta, no altar-mor da antiga igreja de São Tiago, o túmulo simbólico do padre José de Anchieta. ELTON, Elmo. *Velhos templos de Vitória & outros temas capixabas*. Vitória: Conselho Estadual de Cultura, 1987, p. 16-17.

Daí a importância de seus apontamentos em relação ao convento. Uma obra que tem sofrido inúmeras avarias e consequentes reformas, ou mesmo transformações que chegam a transfigurações arquitetônicas. Os apontamentos do imperador complementam, em alguns pontos, o principal escrito até então a propósito do tema, a monografia do ex-presidente da província José Joaquim Machado de Oliveira, publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

D. Pedro fez, ainda, algumas observações sobre o “Rio da Costa”, impressionou-se com o estado de penúria da igreja de Nossa Senhora do Rosário, visitou a fortaleza de São Francisco Xavier da Barra e, como era do seu costume, não deixou de desenhar o perfil orográfico que emoldura o sítio de Vitória.

A atenção despertada pela imigração alemã para o Espírito Santo o fez empreender visitas de inspeção às colônias agrícolas de Santa Leopoldina e Santa Isabel. Para Santa Leopoldina se dirigiu no mesmo dia em que visitou o convento da Penha, chegando à desembocadura do rio Santa Maria pelo vapor *Pirajá*, baldeando-se depois para uma galeota, concluindo o trajeto numa grande canoa, “com toldo de linho na popa e forrada com macios colchões de crina animal”. Acompanhado de um grande número de cavaleiros, percorreu a colônia, dando mostras de estar satisfeito com o estado nascente da lavoura, preconizando a cafeicultura o papel de destaque na economia capixaba.²²

Na sua visita à colônia de Santa Isabel, foi conduzido pelo conselheiro Luís Pedreira do Couto Ferraz, em cujo governo fundara-se aquela colônia, em 1846. No ano da visita de Pedro II, o número de colonos chegava a seiscentas pessoas, com predominância da etnia

²¹ ROCHA, op. cit.

²² Id., ibid.

alemã. A estrada para Santa Isabel atravessava a antiga colônia de Viana, às margens do rio Santo Agostinho e formada por colonos açorianos, no tempo do governador Rubim, também responsável pela famosa estrada para Minas Gerais.

Já de volta à Vitória, empreendeu a excursão para a região do Rio Doce. Seguindo pelo município da Serra a cavalo, teve sua atenção despertada para o Mestre Álvaro, monte que se destacava como orientação dos navegantes, e para o papel desempenhado pelos jesuítas na região. Particularmente para fazenda de Carapina, que aqueles padres estabeleceram no intuito de garantir a subsistência do colégio de Vitória com açúcar, farinha de mandioca, cereais e olaria, também como fonte de rendas.

Da Serra, no dia 1º de fevereiro, D. Pedro pôs-se a cavalo no caminho para Nova Almeida; onde visitou o antigo convento dos Reis Magos e teve sua atenção, particularmente, para a casaca, um reco-reco de cabeça que o imperador desenhou na sua caderneta de notas. Sem dar mostras de cansaço, aproveitou ainda parte da noite para dar continuidade ao seu vocabulário português-tupi, com auxílio de “uma índia velha da tribo tupiniquim”, conforme anotou.

Ainda a cavalo dirigiu-se a Santa Cruz. Antes de entrar na vila, ao longe, avistava-se a imponente igreja, com sua torre branca e seus vasos esculpidos além dos dois sinos que enfeixava. Impressão logo desfeita, como ocorrera com o viajante François Biard, ao se aproximar da construção e descobrir que, por trás da imponente fachada, ocultava-se uma pequena capela, levantada em 1836, coberta de folhas de palmeiras.

Não sendo recomendável enfrentar a barra do rio Doce, subiu a imperial comitiva o caudaloso rio Riacho em grandes canoas, enviando-se os cavalos por terra. Duas léguas rio acima avistaram o aldeamento indígena, a futura vila do Riacho continuando a navegação até o quartel de Aguiar, onde a estrada já viabilizava o

tráfico de carroças e carros tirados a bois. Depois de pernoitar no Riacho, seguiu para Linhares e lagoa Juparanã. Ali, na antiga aldeia de Coutins, D. Pedro avistou-se com Anselmo, filho de João Felipe Calmon, baiano de Santo Amaro e desbravador da região, a quem Saint-Hilaire referencia na sua importante *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*, realizada ao tempo do governador Rubim.

Ao rio Doce e a Linhares, ao tempo de Felipe Calmon, estão ligados os primeiros registros da cafeicultura capixaba, assim como ao início do movimento imigratório para o Espírito Santo, quando o pioneiro baiano chegou a introduzir na região cerca de 50 espanhóis das Canárias, que haviam arribado em Vitória, com destino ao Rio da Prata. Quanto ao café, de acordo com Taunay,²³ sabe-se apenas que era produzido em pequena escala por volta de 1811. Mas o sucesso da produção do Rio Doce não deixou de animar ao governador Rubim, que introduziu em Vitória e no litoral das cercanias, as mudas provenientes de Linhares.

Ainda em relação à imigração para o Rio Doce, nova tentativa seria levada a efeito, alguns anos após a visita de D. Pedro II, com a instalação de 400 norte-americanos, na colônia Juparanã, de que se tem notícia, em 1868, depois do desfecho da Guerra da Secessão na América do Norte (1861-1865).

Em que pese sua ligação aos primórdios da cafeicultura e à imigração no Espírito Santo, Linhares pouco prosperara até então. Sua população não passava de 900 a 1000 habitantes (D. Pedro anotara 700), habitando, via de regra, simples construções cobertas de palha. Recebido em solene reunião do Conselho Municipal da vila, perfilou-se completo o corpo de vereadores: Carlos Augusto Nogueira da Gama, Francisco de Paula Calmon Nogueira da Gama,

²³ TAUNAY, A. *História do café no Brasil*. 15 v. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939-1945, v. 3, p. 290.

João Felipe de Almeida Calmon, Antônio José de Moraes Chaves e João José Marçal.

O imperador parecia, entretanto, mais atraído pelo lado exótico da visita, entrevistando-se com alguns índios mutuns, tendo ainda sua atenção despertada para os botocudos, que mereceram registro no seu diário de viagem. Aliás, uma atração comum aos ilustres visitantes do século XIX, inclusive estrangeiros como Saint-Hilaire e Maximiliano, o príncipe de Wied-Neuwied, que quedaram deslumbrados com a fauna e a flora da pujante floresta do Rio Doce, *habitat* natural dos botocudos. Por isso, a viagem não poderia ficar concluída sem uma excursão à legendária lagoa de Linhares. Foi na lagoa Juparanã, aliás, que D. Pedro almoçou na ilha do Pedreira, depois denominada “ilha do Almoço”, e atualmente ilha do Imperador, onde ficou enterrada a garrafa de champanha, esvaziada nos brindes, mas contendo uma cédula oferecida pelo imperador, com vistas a perpetuar a memória daquela visita.

Tendo regressando a Vitória, já de volta à Corte, embarcado no *Apa*, depois das escalas em Guarapari e Benevente, chegou ao Itapemirim, onde foi a cavalo à colônia do Rio Novo; naquela época, ainda sob a direção de seu fundador, o major Caetano Dias da Silva.²⁴ Não sem antes se despedir do príncipe Fernando Maximiliano José de Habsburgo, arquiduque da Áustria e primo-irmão de Pedro II, com quem viera avistar-se no Espírito Santo. Foi pouco depois dessa viagem ao Brasil que Maximiliano recebeu, na França, a proclamação de Imperador do México, na malograda aventura imperialista de Napoleão III, que terminou por custar a vida ao príncipe, fuzilado pelas tropas revolucionárias de Juarez.

Em Itapemirim, de acordo com Levy Rocha, hospedou-se o imperador na casa de sobrado pertencente ao capitão José Tava-

²⁴ NOVAES, op. cit., p. 241.

res de Brum e Silva, cunhado do barão de Itapemirim. Um esforço em harmonizar as facções dos grandes inimigos, Bittencourt e Silva Lima, e prevenir contra a surpresa de “um ferrão das *Arraias*, de que eram apelidados os do partido adversário”. Como em Vitória, também no Itapemirim houve um trabalho febril no intuito de impressionar o imperador: limpeza e aplainamento das ruas, melhoria da sua iluminação, à época realizada por lampiões abastecidos de azeite de mamona e atapetamento da rua que ligava o porto até a residência da hospedagem, “para que Sua Majestade não botasse o pé na terra”.²⁵

Por iniciativa do ex-presidente da província, Olímpio Carneiro Viriato Catão, fora comprada por dez contos de réis uma casa pertencente a Josefa Souto Belo para que nela se instalasse o paço da Câmara Municipal. Ali ocorreu o beija-mão, depois da chegada do imperador, que se fez acompanhar pelo presidente da província e do ministro do Império, conselheiro João de Almeida Pereira, parente próximo dos “moços da Areia”, os Bittencourt, ocasião também em que discursou o presidente da Câmara, capitão Francisco Gomes Bittencourt, “e o monarca agradeceu com três ou quatro palavras”.²⁶ Apressou-se em conhecer a igreja que fora inaugurada apenas cinco anos antes construída por iniciativa do missionário capucho frei Paulo Antônio de Casanova.

Sem perda de tempo, dirigiu-se à colônia do Rio Novo. Naquela época ainda dirigida pelo seu fundador, o major Caetano Dias da Silva, cidadão português, antigo traficante de escravos, que não poupou despesas para receber sua majestade. Não causou, porém, boa impressão ao imperador o estado daquele empreendimento iniciado na fazenda Pau d’Alho que começara utilizando-se do braço escravo e de

²⁵ ROCHA, op. cit., p. 131-133.

²⁶ Id., *ibid.*, p. 234.

umas poucas famílias de chineses, aos quais distribuiu os primeiros lotes de terras, em 1855. No ano seguinte ficou a população pioneira da colônia aumentada de doze famílias de colonos suíços, acrescentados, posteriormente, de colonos de outras nacionalidades: belgas, holandeses, portugueses, alguns franceses e alemães. O imperador examinou de perto as condições precárias daqueles imigrantes:

Os colonos que vi têm quase todos [com] cara de doente [queixando-se] de moléstias, de falta de médicos, cemitério, padre e capela. Também ouvia alguns que o contrato, que aliás não pude examinar não fora cumprido [...]. Há outras queixas que são falta de [transportes]. Há poucas plantações; mas algumas bonitas sendo a terra mais fértil que a das outras colônias ainda que o lugar é insalubre por causa dos pântanos que forma o rio Novo [...]. Plantam os gêneros alimentícios e café em terrenos próprios e também cana de parceria moendo no engenho por vapor do Limão que Caetano vendeu à Associação com 78 escravos e 2 léguas de terras por 200 contos [...].²⁷

Regressando da colônia do Rio Novo, deixaram a província pelo mar, cancelando a visita que fariam à fazenda do Muqui, de propriedade do barão de Itapemirim. A mágoa causada pela recusa do imperador, afirma-se, foi responsável pela doença que acometeu ao barão algum tempo depois, levando-o a falecer. Para a festiva recepção ao imperador, em sua luxuosa fazenda, providenciara o barão, baixela e banheira de prata maciça, cortinas de brocado, tapetes orientais e cristais da Boêmia.²⁸

Os ricos fazendeiros, aliás, estavam na expectativa da visita imperial. Decepcionaram-se com a recusa de D. Pedro. Na fazenda da

²⁷ Id., *ibid.*

²⁸ DERENZI, *op. cit.*, p. 162.

Boa Vista, do capitão Eduardo Belo de Araújo, toda família enfiada com a melhor vestimenta, aguardara a honraria. Na Coroa da Onça e na fazenda da Areia, dos Bittencourt, o malogro não foi menor. Conforme Levy Rocha, o barão de Tschudi escreveu que as famílias Silva Lima e Bittencourt fizeram esforços extraordinários e grandes gastos a fim de hospedar o monarca, para exibir prestígio na província. “Avisado do clima político, D. Pedro II manteve-se a igual distância dos dois cortejadores”²⁹

Registre-se que, após a visita do imperador, na Fala do Trono de 3 de maio de 1861, D. Pedro II enunciava algumas necessidades de seu governo extraídas das observações realizadas pelas províncias que visitara: “[...] melhorar o sistema administrativo das províncias, reformar a legislação militar, facilitar os meios de comunicação, promover a aquisição de braços úteis, bem como a fundação de escolas práticas de agricultura”. Depois da viagem imperial, todos os presidentes das províncias visitadas foram demitidos e apenas um promovido. O contemplado, Dr. Pedro Leão Veloso, deixou a administração do Espírito Santo entregue ao 2º vice-presidente, comendador Monjardim. Se os capixabas estiveram a lamentar a perda de um bom administrador, não foi por muito tempo.

Nomeado pela carta imperial de 20 de fevereiro de 1861, no ano seguinte à viagem de Pedro II, Costa Pereira, como que por aquele recomendado, iniciou brilhante carreira política no Espírito Santo, ao qual se dedicou com entusiasmo. Como presidente de província, deputado geral e ministro do Império, realizou profícuo trabalho com vistas ao saneamento daquelas carências já anotadas pelo imperador.³⁰

Ministro da Agricultura do gabinete chefiado pelo barão do Rio Branco, em 1871, promoveu a imigração e colonização na província

²⁹ ROCHA, op. cit., p. 244.

³⁰ OLIVEIRA, op. cit., p. 473-474.

do Espírito Santo, quer pela criação de estradas, quer pelo incentivo e auxílio direto para o desenvolvimento da infraestrutura das suas colônias de imigrantes. O “Canal do Pinto”, que ligava a colônia do Rio Novo ao rio Itapemirim, por intermédio de comporta e planos inclinados para permitir o transito de embarcações de grande calado, foi obra de sua iniciativa. Incentivos, também, que não faltaram à navegação regular a vapor e aos primeiros projetos ferroviários na província.³¹ As colônias de Rio Novo, Santa Isabel, Santa Leopoldina, visitadas por Pedro II, assim como as de Santa Teresa, Conde D’Eu, Acioli Vasconcelos, receberam contingentes apreciáveis de colonos a partir da atuação de Costa Per, quer como presidente da província quer como ministro do Império. Graças a sua influência, estabeleceram-se os limites com a província de Minas Gerais em condições vantajosas ao Espírito Santo.³²

Por outro lado, embora se afirme do marasmo do Espírito Santo na fase provincial, o estado próspero da cafeicultura das últimas décadas do século XIX, respalda um crescimento expressivo na sua infraestrutura. Esse crescimento não é apenas material. As colônias implantadas nessa fase receberam contingentes apreciáveis de imigrantes de várias nacionalidades, enriquecendo, sobremaneira a etnia capixaba.

Da quase total ausência de uma infraestrutura viária e urbana, a província passou a contar com uma malha de estradas que a cortavam nas mais diversas direções, particularmente na interligação dos principais núcleos agrícolas e de imigrantes, garantindo o escoamento da produção, já então caracterizada por seu aspecto tropical de exportação.

³¹ BITTENCOURT, Gabriel. “O Café na Formação da Infraestrutura Capixaba (1870-1889)”. In: *O Café no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Indústria e do Comércio/IBC, 1978, p. 151-180.

³² AGUIRRE, Araújo. “Discurso”. In: *RIHGES*, nº 10, dez. 1933, p. 138-147.

Referências

- AGUIRRE, Araújo. “Discurso”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, n° 10, dez. 1933, p. 138-147.
- BITTENCOURT, Gabriel. “O Café na Formação da Infraestrutura Capixaba (1870-1889)”. In: *O Café no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Indústria e do Comércio/IBC, 1978, p. 151-180.
- DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. 2 ed. Coordenação, notas e transcrição de Maria Clara Medeiros Santos Neves. Vitória: SECULT/APEES, 2010. (Coleção Canaã; v. 12).
- DERENZI, Luiz Serafim. *Biografia de uma ilha*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1965.
- ELTON, Elmo. *Velhos templos de Vitória & outros temas capixabas*. Vitória: Conselho Estadual de Cultura, 1987.
- GENTIL, José da Frota., S. J. “Anchieta e o Estado do Espírito Santo”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, n° 8. Vitória, Tipografia da Vida Capichaba, ab. de 1935, p. 74-85.
- GENTIL, José da Frota, S. J. (org.). *Vida ilustrada do V. P. Anchieta S. J. Apóstolo do Brasil*. Rio de Janeiro: Gráfica Barbero, 1962.
- MARQUES, Cezar Augusto. *Dicionário histórico, geográfico e estatístico da província do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878.
- NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória: FEES, [1969?].
- OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 2 ed. Vitória: FCES, 1975.
- ROCHA, Levy. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Continente; Brasília: INL, 1980.
- TAUNAY, A. *História do café no Brasil*. 15 v. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939-1945.

A SECRETARIA DA CASA MILITAR DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

*Gelson Loiola**

Resumo: Este artigo tem por objetivo relatar os aspectos históricos relacionados com a inserção da assessoria militar junto ao governo da Província do Espírito Santo desde sua inclusão embrionária da ajudância de ordens durante o período imperial, e toda a sua evolução no período republicano, como forma de prestar homenagem a todos os integrantes das forças militares que exerceram os respectivos cargos, em especial, aos oficiais da Polícia Militar do Espírito Santo que executaram e executam a difícil tarefa de junto ao governo do estado, mediar os conflitos na área da segurança pública, diante das transformações sociais que ocorrem diariamente no mundo moderno.

Palavras-chave: Casa Militar – Governo do Estado. Polícia Militar. Ajudantes de Ordens. Sala de Ordens. Secretaria Militar. Secretaria da Casa Militar. Memória.

Introdução

Ao longo da história, vamos encontrar registros de muitos assessores militares junto aos governantes, denominados de ajudante de ordens, e no Brasil não foi diferente, pois, coube a D. João VI, através do Decreto de 2 de abril de 1808, (coleção de leis do império), criar o cargo de Ajudante General e nomear o brigadeiro de Infantaria do Exército, João Baptista de Azevedo Coutinho de Montauray, para o mesmo.

Inicialmente, para a Capitania do Espírito Santo, o príncipe regente, D. João VI, através do Decreto de 10 de setembro de 1810,

* Gelson Loiola é coronel da reserva da PMES, escritor, bacharel e professor de Direito, especialista em Ensino Superior, pesquisador, sócio efetivo e 3º vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

nomeou para o cargo secretário do governo capixaba, João Barroso Pereira para um período de três anos, com um ordenado anual de 240\$000, a serem pagos pela folha civil dos cofres públicos local, sem vinculação com militarismo.

Segundo vários historiadores, em 7 de setembro de 1822, ocasião em que às margens do riacho Ipiranga proclamou a Independência do Brasil, D. Pedro I se fazia acompanhar de diversas autoridades brasileiras, dentre os quais, estava o seu ajudante de ordens, Francisco de Castro Canto e Melo que era o irmão caçula de Domitila de Castro do Canto e Melo (a futura marquesa de Santos), e segundo alguns autores, foi quem a apresentou ao imperador.

No que diz respeito a secretarias, apesar de não ser militarizada, coube ao Conselho de Governo instituído por D. Pedro I, através da lei de 20 de outubro de 1823, e composto por seis membros, e sob a presidência do chefe do Poder Executivo, se reunir e criar na Província do Espírito Santo, uma Secretaria de Governo sem vinculação militar, cujo cargo foi primeiramente exercido pelo bacharel, Ildefonso Joaquim Barbosa de Oliveira.

Segundo Oliveira (2010), o historiador Voltaire Schilling, lembra que a Casa Militar surgiu com a Proclamação da República, instituída no Brasil por um golpe militar que extinguiu a Monarquia, e passou a ser uma espécie de Estado Maior dos governos estaduais. Na época da proclamação da República, o capitão Hermes da Fonseca, sobrinho do presidente da República, Marechal Deodoro da Fonseca, era o seu ajudante de ordens.

A Sala de Ordens do governo capixaba

A história da Secretaria da Casa Militar do governo do Estado do Espírito Santo tem suas origens na primeira publicação que

encontrei no jornal *Correio da Victória*, de 24 de março de 1849, comunicado através do expediente datado de 18 do mesmo mês, onde consta: “Ao Exm. Sr. ministro da guerra, officio, participando que o 1º tenente de artilharia José Augusto Nascentes Pinto, fora nomeado na data de 18 do corrente ajudante d’ordens deste governo” (p.1), sem localizar qualquer outra informação a respeito em documentos anteriores.

Segundo as publicações constantes do referido jornal, em 18.01.1854, exercia as funções de ajudante de ordens da presidência da Província capixaba, conforme a Ordem do Dia nº 5, de 14.01.1854, o major José Maria da Costa Araújo, o qual pela Ordem do Dia nº 7, de 4.02.1854, foi substituído pelo 1º tenente do EB, José Procópio Tavares.

O tenente Procópio permaneceu no cargo até a publicação do expediente de 12 de janeiro de 1855 quando o major graduado do EB, João Dias Ampuero, comunica que assumiu o citado cargo em substituição ao citado tenente, ratificado em publicação do *Correio da Victória*, em 24 de janeiro de 1855 (p.1). Posteriormente, encontrei a informação de que o major graduado do EB, João Dias Ampuero, oficial ajudante de ordens, exercia as suas funções na “Salla de ordens militares da presidência na cidade de Victoria”, (p.1), conforme a publicação constante do citado jornal, em 6 de outubro de 1855.

Até a edição do Decreto nº 1881, de 31 de janeiro de 1857, que aprovou o Regulamento para a Repartição do Ajudante-General do Exercito, as despesas relacionadas ao pagamento para exercício do cargo de ajudante da Sala de Ordens da Província capixaba eram custeadas pelo Ministério da Guerra, e a partir daquela data, conforme consta do relatório presidencial assume a chefia da Sala de Ordens da presidência Provincial, o capitão do EB, Joaquim Jerônimo Barrão, e as despesas da chefia da citada Sala de Ordens, passou

a gerida com os recursos públicos dos cofres provinciais, conforme relatou o Barão de Itapemirim, 1º vice-presidente Provincial, em seu relatório apresentado em 23.05.1857 a Assembleia Legislativa, informando que, “em virtude do novo regulamento de 31 de janeiro de 1857 tendo cessado a gratificação do ajudante de ordens por conta do ministério da guerra continuou esta a ser supprida pelo cofre provincial [...]”. (p.12).

A expressão “Sala de Ordens” deixa de figurar como referência ao órgão de assessoria militar do governo provincial do Espírito Santo, em decorrência da publicação feita pelo jornal *Correio da Victória* de 20 de março de 1858, p. 2, que passa a denominar de “Secretaria Militar” da presidência.

Com base nos registros documentais que pude encontrar, só foi possível relacionar os oficiais adiante citados, que exerceram a chefia da Sala de Ordens do governo da Província do Espírito Santo, e provavelmente, pode ter havido outros ajudantes de ordens em períodos anteriores a 1849, que infelizmente, não consegui identificá-los.

Chefes da Sala de Ordens Militar do Espírito Santo Período Imperial

Posto	Nome	Período
1º ten EB	José Augusto Nascentes Pinto	1849 – 1854
Maj EB	José Maria da Costa Araújo	1854 – 1854
1º Ten EB	José Procópio Tavares	1854 – 1855
Maj EB	João Dias Ampuero	1855 – 1856
Cap EB	Joaquim Jerônimo Barrão	1857 – 1858

Fonte: Relatórios presidenciais (1833-1889), Jornal *Correio da Victória* (1849-1872).

A Secretaria Militar da Província Espírito Santo

Conforme relatei, a partir de 20 de março de 1858, a Sala de Ordens da Província do Espírito Santo, passa a denominar-se como “Secretaria Militar” da presidência, que tem como chefe o capitão do EB, Joaquim Jerônimo Barrão, o qual permanece no cargo até 20 de junho de 1860 quando é substituído pelo tenente do 1º Regimento de Cavalaria Ligeira, Ignácio João Monjardim d’Andrade Almeida, no cargo de ajudante de ordens chefe da Secretaria Militar da presidência da Província do Espírito Santo.

Com a edição do Decreto nº 2.677, de 27.10.1860, as obrigações que competiam aos assistentes do Ajudante General, passam também a ficar o cargo de ajudante de ordens da presidência da Província do Espírito Santo, tendo em vista não haver na Província capixaba, o Comando de Armas.

O relatório presidencial apresentado por José Fernandes da Costa Pereira Junior, em 1862 (p.16), e 1863 (p.12), volta a citar como ajudante de ordens nos anos anteriores, o major Joaquim Jerônimo Barrão.

A denominação de “*Secretaria Militar*” da presidência da Província capixaba volta a ser citada no relatório que foi apresentado a Assembleia Legislativa, pelo presidente Eduardo Phindayba Mattos, em 3.10.1864, p. 114.

O capitão Francisco Xavier Godoy assume a ajudância de ordens na Secretaria Militar, em 9 de janeiro de 1865, conforme relatório presidencial de 26.05.1865 (p.26), em substituição ao major Joaquim Jerônimo Barrão, porém, em 20.04.1866, o relatório presidencial informa que a chefia da Secretaria Militar da Província capixaba, já está a cargo do major reformado Antonio Ferreira Rufino, (o primeiro comandante da PMES, no período de 1831 a 1839), o qual permanece no cargo até a Resolução 47, de 20 de fevereiro

de 1868, quando nomeado para o cargo de delegado Municipal de Vitória-ES, é substituído pelo alferes EB Antonio da Costa Santos.

Em 5 de outubro de 1868, deixa o cargo de delegado, e reassume a chefia da Secretaria Militar da presidência da Província do Espírito Santo, onde permanece até a edição da Ordem do Dia nº 15, de 2 de julho de 1872, quando novamente nomeado para o cargo de delegado de Polícia da cidade de Vitória, é substituído no cargo de chefia da Secretaria Militar da presidência, pelo 1º tenente EB, Candido de Amorim Santana, o qual deixa o cargo ao ser transferido do Espírito Santo para Sergipe, quando então, o major Antonio Ferreira Rufino pela Ordem do Dia nº 16, de 2 de outubro de 1872, é nomeado para reassumir o cargo de chefe da Secretaria Militar, deixando assim, o cargo na delegacia de Vitória-ES.

A denominada Secretaria Militar da presidência continua a funcionar normalmente, no Palácio do governo, conforme comprova o relatório presidencial apresentado em 10.09.1873, por João Thomé da Silva, presidente da província capixaba, a seguinte informação:

SECRETARIA MILITAR

Funciona esta repartição em duas pequenas salas do Palácio da Presidência, que prestão-se de corredor para comunicação da Secretaria do Governo com o Gabinete: e alem d'isso são transitadas por particulares, que tratão de seos interesses na mesma Secretaria. (p.12).

O mesmo documento informa que o serviço da Secretaria Militar da presidência avança com regularidade sob a chefia do ajudante de ordens, major Antonio Ferreira Rufino, o qual permanece no cargo até 14 de abril de 1875, quando então, é substituído pelo 1º tenente de artilharia, Henrique Guatimosim Ferreira da Silva.

O 1º tenente EB, Guatimosim permanece no cargo até 1º de junho de 1878, quando o relatório presidencial de 22.10.1878, in-

forma fora substituído pelo capitão EB, Luiz Gomes Caldeira de Andrade.

Em 11 de fevereiro de 1879, conforme relatório presidencial de 5.05.1879, a chefia da Sala de Ordens da Secretaria Militar era exercida pelo capitão de Artilharia, Luiz Gomes Caldeira de Andrade, o qual foi substituído no cargo, pelo tenente do Corpo de Estado Maior, posteriormente, promovido a capitão, Manoel Rodrigues de Campos, que permanece no cargo até 3 de janeiro de 1882, ocasião em que assume interinamente o cargo, o Alferes do EB, Joaquim Benevenuto de Almeida Nobre, conforme publicação de ato assinado por ele, em 3 de janeiro de 1882, do jornal *O Espírito-Santense* (p.3).

No cargo interino, o alferes Benevenuto permaneceu somente até 1º fevereiro de 1882, ocasião em que foi nomeado para a chefia da Secretaria Militar, o capitão, João Teixeira Maia, conforme relatório presidencial de 15.02.1882.

O Capitão Maia recebe uma licença de 3 meses, sendo então substituído interinamente pelo tenente de Infantaria, Joaquim Alfredo Garcia Terra, em 29 de outubro de 1883, porém, no relatório presidencial apresentado em 17.09.1884, já consta como chefe da Sala de Ordens Militares, o tenente de infantaria, João Alves de Castro.

Nos relatórios presidenciais apresentados em 2.10.1885 e 5.10.1886, indicam que o serviço na Sala das Ordens da Secretaria Militar do governo do Espírito Santo é realizado pelo Alferes do EB, Joaquim Benevenuto de Almeida Nobre, o qual é substituído pelo tenente Bernardino de Senna Diniz, em 3 de maio de 1887, conforme publicação contida no jornal *A Província do Espírito Santo*, em 21.05.1887, ratificada no relatório presidencial de 9.07.1888, onde consta que a chefia da Sala de Ordens Militares do governo capixaba é exercido pelo citado tenente, como ajudante de ordens.

O tenente Bernardino acaba por pedir demissão do cargo, conforme publicação do citado jornal no dia 7 de agosto de 1888,

quando então, o presidente da Província capixaba solicita a Côrte, um oficial substituto, sendo então, conforme consta do jornal *O Espírito-Santense* de 17.10.1888, o cargo exercido interinamente pelo capitão, João Teixeira Maia que já o exercera em 1882.

O capitão João Teixeira Maia permanece no cargo até a ordem do dia nº 4, de 16.07.1889, quando é nomeado para o cargo de ajudante de ordens, o alferes de Infantaria, José Pedro de Bivar Pereira da Cunha, o último ajudante e chefe da Sala de Ordens Militares do período imperial, publicação o citando como tal, consta do jornal *A Província do Espírito Santo*, de 7.11.1889.

Chefes da Secretaria Militar Provincial do Espírito Santo
Período Imperial

Posto	Nome	Período
Cap EB	Joaquim Jerônimo Barrão	1858 – 1860
1º ten Reg Cav	Ignácio João Monjardim d'Andrade Almeida	1860 – 1860
Maj EB	Joaquim Jerônimo Barrão	1861 – 1865
Cap EB	Francisco Xavier Godoy	1865 – 1866
Maj EB	Antonio Ferreira Rufino	1866 – 1868
Alf EB	Antonio dos Santos Costa	1868 – 1868
Maj EB	Antonio Ferreira Rufino	1868 – 1872
1º Ten EB	Candido de Amorim Tavares	1872 – 1872
Maj EB	Antonio Ferreira Rufino	1872 – 1875
1º Ten EB	Henrique Guatimosim Ferreira da Silva	1875 – 1878
Cap EB	Luiz Gomes Caldeira de Andrade	1878 – 1882
Cap EB	Manoel Rodrigues de Campos	1882 – 1882
Alf EB	Joaquim Benevenuto de Almeida Nobre	1882 – 1882
Cap EM EB	João Teixeira Maia	1882 – 1883
1º Ten EB	Joaquim Alfredo Garcia Terra	1883 – 1884
1º Ten EB	João Alves de Castro	1884 – 1885
Alf EB	Joaquim Benevenuto de Almeida Nobre	1885 – 1887
1º Ten EB	Bernardino de Senna Diniz	1887 – 1888

Cap EB	João Teixeira Maia	1888 – 1889
Alf EB	José Pedro de Bivar Pereira da Cunha	1889 – 1889

Fonte: Relatórios presidenciais (1833-1889), *Jornal Correio da Victória* (1849-1872), *Jornal O Espírito-Santense* (1870-1889), *Jornal O Horizonte* (1880-1885).

Historicamente, o Período Imperial se encerra com o golpe militar de 15 de novembro de 1889, dando início ao Período Republicano, e as Províncias se tornam Estados brasileiros.]

A Secretaria Militar do Estado do Espírito Santo

Com o advento da Proclamação da República, em 15 de dezembro de 1889, no período de transição para o novo regime de governo, o alferes, José Pedro de Bivar Pereira da Cunha, acabaria também, se tornando o primeiro chefe da Secretaria Militar da República, pois, foi mantido no cargo pelo primeiro governador republicano do Estado do Espírito Santo, Afonso Cláudio de Freitas Rosa até a edição da Ordem do Dia nº 21, de 3 de fevereiro de 1890 quando por motivo de saúde foi substituído pelo recém promovido major EB, Francisco de Paula Castro, conforme dados da publicação constante do jornal *O Estado do Espírito Santo*, de 19.03.1890.

O Decreto nº 296, de 29 de março de 1890 extingue o cargo de ajudante de ordens militar dos governadores dos Estados do Brasil, criando o cargo de Encarregados Pessoal e Material do Exército junto aos Governadores dos Estados brasileiros, sendo denominado no Estado do Espírito Santo de Repartição Encarregada do Expediente do Exército, com a nomeação para o cargo em substituição ao major Francisco de Paula Castro, conforme a Ordem do Dia nº 021, publicada em 19.04.1890, o Alferes EB, Virgílio Alves de Albuquerque Tovar, porém, as publicações posteriores continuam a citá-los como ajudante de ordens.

Com o advento do Decreto nº 431, de 2.07.1891, extingue-se as Repartições de Encarregados do Pessoal e Material do Exército junto aos governos estaduais brasileiros (Repartição Encarregada do Expediente do ES), e daí em diante não encontramos mais publicações a respeito de tais cargos ou funções.

As referências ao cargo de ajudante de ordens somente vão ressurgir em 1904, quando ainda no mandato de Senador da República, é eleito para governar o Estado do Espírito Santo, o coronel Henrique da Silva Coutinho, o qual assume o cargo, somente em 16 de junho do citado ano, quando então, nomeia para ajudante de ordens militar, seu sobrinho, o 1º tenente do Corpo Militar de Polícia, Hortêncio Coutinho, que promovido a capitão exerce o cargo até o governo de Marcondes Alves de Souza, até 1.03.1916, sendo substituído pelo 1º tenente, Américo do Couto Teixeira, conforme publicação do *Diário da Manhã* (p.1).

Pelo Decreto nº 2.501, de 7.06.1916, em substituição ao 1º tenente, Américo do Couto Teixeira, assume ao cargo de ajudante e chefe da Secretaria Militar no final do governo de Marcondes Alves de Souza, o capitão do Corpo Militar de Polícia, Ramiro Martins, que permanece no cargo durante o governo do presidente Bernardino de Souza Monteiro.

No período, é a última publicação que encontramos a repartição com a denominação de “Secretaria Militar”, uma vez que, encontramos uma nova denominação publicada jornal *Diário da Manhã*, de 7.12.1919, na manchete que diz: “CASA MILITAR DA PRESIDÊNCIA”, (p.2).

Assim, conforme os registros documentais foram possíveis relacionar os oficiais adiante citados, que exerceram a chefia da Secretaria Militar do governo do Estado do Espírito Santo.

Secretaria Militar do Estado do Espírito Santo Período Republicano

Posto	Nome	Período
Alf EB	José Pedro de Bivar Pereira da Cunha	1889 – 1890
Maj EB	Francisco de Paula Castro	1890 – 1890
Alf EB	Virgílio Alves de Albuquerque Tovar	1890 – 1891
Cap PMES	Hortêncio Coutinho	1904 – 1916
1º Ten PMES	Américo do Couto Teixeira	1916 – 1916
Cap PMES	Ramiro Alfredo Martins	1916 – 1919

Fonte: Relatórios presidenciais (1892-1919), *Jornal Diário da Manhã* (1908-1919), *jornal O Estado do Espírito Santo* (1890-1911), Boletins da PMES (1912 – 1919).

Em decorrência de uma nova denominação de “Casa Militar” da presidência do governo do Estado do Espírito Santo, que surge no final do ano de 1919, a expressão de “Secretaria Militar”, não mais é utilizada.

A Casa Militar do Estado do Espírito Santo

Logo em seguida a primeira publicação com referência a expressão “Casa Militar da presidência”, no final do ano de 1919, vamos encontrar a nomeação para a chefia da repartição, o então, capitão do corpo Militar de Polícia, Gastão Franco Americano, conforme consta do jornal *Diário da manhã*, de 7.12. 1919: “capitão Gastão Americano, de sua Casa Militar” (p.1).

Apesar da conturbada transição do governo de Bernardino Monteiro para o presidente do Estado do Espírito Santo eleito, Nestor Gomes, chegando a haver a primeira e única intervenção federal da história do Espírito Santo, a qual somente é finalizada em junho daquele ano, o capitão Gastão Americano nele permanece até 13 de agosto de 1920 (BD 61), sendo substituído pelo capitão João Barbeta da Rocha, que conforme publicado no *Diário da Manhã*, de 5.01.1921, permanece como assistente militar da presidência do Espírito Santo.

A Casa Militar da presidência do Estado do Espírito Santo continua em evidência, conforme comprova a publicação do jornal *Diário da Manhã*, de 11.01.1922, onde consta: “Viajou em companhia de s. exa, o chefe de sua Casa Militar, capitão João Barbeta da Rocha”, (p.2), ratificado em 1924, onde o mesmo jornal, de 12.02, publica que: “capitão Barbeta da Rocha, da Casa Militar do sr. presidente do Estado” (p.4, grifei).

Promovido a major, em junho de 1924, João Barbeta permanece na seção até 8 de maio de 1925, ocasião em que é exonerado e substituído pelo interinamente, pelo ajudante de ordens, o tenente do Regimento Policial Militar, Álvaro Barreto que passa a responder pela chefia da Casa Militar.

O tenente, Álvaro Barreto, permanece no cargo de assistente militar da ajudância de ordens da presidência do Estado, até a edição da Lei nº 1.666, de 23 de junho de 1928, que pelo art. 7º, dispõe: “O presidente do Estado terá como assistente militar um oficial superior e tantos oficiais às ordens quantos forem necessários”, e para o cargo é nomeado o promovido a tenente-coronel do Regimento Policial Militar do Espírito Santo, em junho de 1928, João Barbeta da Rocha.

A Assistência Militar, com a sua chefia a ser exercida por um oficial superior, e a ampliação no número de ajudante de ordens a critério da presidência do Estado, basicamente, é que mais se assemelha a atual Secretaria da Casa Militar do Estado do Espírito Santo.

O tenente-coronel, João Barbeta da Rocha, permanece no cargo de assistente Militar até 11 de novembro de 1930, quando é exonerado do cargo conforme publicação do decreto nº de 29.11.1930, e logo em seguida, em 6 de dezembro de 1930 é reformado.

Por ocasião da exoneração do tenente-coronel Barbeta, exerciam a função de ajudante de ordens, os 1º tenentes do RPM, Nicanor Francisco de Azevedo Paiva e Álvaro Barreto da Silva, sendo que o 1º tenente Nicanor passou a responder pela chefia da Assis-

tência Militar do Estado, e a assertiva se confirma com a publicação do jornal *Diário da Manhã*, de 23.04.1932, onde em entrevista da cantora e compositora, Amélia Brandão Nery, consta que: “Fui em companhia do tenente Nicanor Paiva, da Casa Militar da Interventoria, até a fazenda de 3 Julia”.(p.2, grifei).

Durante todo o ano de 1932, somente há publicações contendo apenas, o 1º tenente do RPM, Nicanor Paiva, como ajudante de ordens do interventor Federal, João Punaro Bley, e logo no início do ano seguinte, mais uma vez, o *Diário da manhã*, de 7.01.1933, na manchete sobre o navio da 1ª Divisão Naval aportada em Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, temos textualmente: “Logo que os vasos de guerra lançaram ferros, foi a bordo o tenente Nicanor Paiva, da Casa Militar do sr. capitão João Punaro Bley, apresentar os cumprimentos em nome de s. excia”. (p.1, grifei).

E para não deixar qualquer dúvida sobre a chefia da Casa Militar da Interventoria Federal do Estado do Espírito Santo, o *Diário da Manhã*, de 4.03.1933, publica a seguinte notícia: “Está aumentado o lar, do tenente Nicanor Paiva, nosso colaborador e chefe da Casa Militar da Interventoria com o nascimento de um menino,[...]” (p.1, grifei).

Logo depois, Nicanor foi promovido a capitão, conforme consta do *Diário da Manhã*, de 11.04.1933, nos seguintes termos: “capitão Nicanor Paiva, Chefe da Casa Militar da Interventoria”, e pelas publicações subsequentes, nos anos de 1934, 35, 36, 37 e 1938, é o capitão Nicanor Francisco de Azevedo Paiva que exerce a chefia da Casa Militar do governador Bley, porém, através do decreto nº 10.036, de 2 de janeiro de 1939, é nomeado e assume a chefia da Casa Militar, o major PMES, Álvaro Barreto da Silva, cargo ratificado, conforme publicações da *Revista Capichaba*, a qual, datada de 30.11.1940, publica na coluna “Sociaes”, os aniversariantes do mês, onde consta: “[...] e a sta. Lêda, filha do major Álvaro Barreto, chefe da Casa Militar”, (s/n).

Em 6 de março de 1947, o interventor federal, Moacir Ubirajara da Silva, faz publicar o decreto de nº 16.488, aprovando o Regimento do Gabinete Civil e Militar do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo, onde o art. 6º da citada norma dispõe que: “A Casa Militar será composta dos seguintes elementos: a) um Chefe; b) tantos Ajudantes de Ordens quantos forem necessários”. E prossegue no art. 7º, dispondo que:

Ao Chefe da Casa Militar compete: a) – superintender os serviços atribuídos à Casa Militar e respectivo pessoal; b) – representar o Chefe do poder Executivo nos atos e solenidades, quando para isso for designado; c) – determinar as representações a serem feitas pelo Ajudante de Ordens; d) – acompanhar o Chefe do Executivo nas visitas que fizer; e) – requisitar, das autoridades competentes, os guardas e escoltas de honra que forem necessários; f) – autorizar, requisição à Polícia Civil, dos elementos de guarda e vigilância que julgar necessários à boa execução dos serviços que superintende; g) – requisitar os elementos necessários à guarda do Palácio do Governo; h) – determinar as ocasiões em que a Casa Militar deve comparecer incorporada às solenidades; i) – estabelecer a forma mais conveniente de segurança do Governo e do local em que estiver o Chefe do Poder Executivo; j) – requisitar, a quem de direito, os auxiliares militares que forem necessários aos trabalhos da Casa Militar; k) – estudar e informar os papéis e processos que lhe forem distribuídos pelo Chefe do poder Executivo; l) – desempenhar outras atribuições, compatíveis com as funções que lhe forem destinadas pelo Chefe do Executivo; m) – fixar, de acordo com o Chefe do Executivo, coordenando dias e horas com a Casa Civil, a data das audiências solicitada pelos componentes das corporações militares federais e estaduais; n) – baixar instruções de serviço sobre a forma de execução

dos trabalhos afetos ao pessoal que superintende;
o) – designar e dispensar todos os auxiliares da Casa Militar. (Dec. nº 16.488/47)

E finaliza, dispondo no art. 8º, do citado Regimento, que “O chefe da Casa Militar tem autoridade de Comandante de Unidade sobre os oficiais e auxiliares que compõem a Casa Militar”, ou seja, para todos os atos, o chefe da Casa Militar, no que diz respeito aos seus subordinados diretos, ele atua como o comandante de um Batalhão da PMES.

Logo após a publicação da citada norma, o chefe da Casa Militar, major Álvaro Barreto da Silva, é promovido ao posto de tenente-coronel PMES, e transferido no posto de coronel para reserva remunerada, em 10 de março de 1947 (BD nº 56), em consequência, o governador Carlos Fernando Monteiro Lindenbergh, que tomara posse em 29.03.1947, através da Portaria nº 01, de 8 de abril de 1947, nomeou para o cargo de Assistente do Gabinete Militar da Governadoria, no posto de capitão, o oficial da PMES, Josias Gonçalves de Aguiar, que assume a chefia da Casa Militar, permanecendo no cargo até 30 de agosto de 1951, conforme extrato de assentamentos, quando foi substituído pelo capitão Josias Santa Rita, o qual, promovido a major, permaneceu chefiando Casa Militar até 26 de janeiro de 1955.

Com a transferência do major Josias para a reserva remunerada, o governador, Francisco Lacerda de Aguiar, através do decreto datado de 31 de janeiro de 1955, nomeia para o cargo de assistente chefe da Casa Militar, o capitão Eurípedes Andrade, o qual promovido a major permanece no cargo até 13 de dezembro de 1955, quando solicita a sua exoneração, para assumir o comando do 1º Batalhão de Infantaria da PMES.

Com a saída de Eurípedes Andrade, o seu sucessor interino foi o 1º tenente, Antonio Orlando de Queiroz Macedo que permaneceu

respondendo a partir de 11 de janeiro de 1956 até 28 de abril daquele esmo ano (BD 97), quando foi substituído pelo capitão José Macedo de Andrade, o qual chefiava a Casa Militar da governadoria capixaba até 8 de abril de 1957 (BD 80), ocasião em que passou o cargo, ao major Lauro Farias, que permaneceu no cargo até 31 de janeiro de 1959, sendo substituído pelo major Argeu Furtado de Almeida.

O major Argeu foi exonerado da chefia da Casa Militar do governo do Estado do Espírito Santo, em 14 de novembro de 1960, quando foi nomeado para o cargo, o major Antonio Orlando de Queiroz Macedo, e permaneceu no cargo até 12 de julho de 1962, sendo substituído pelo tenente-coronel Nicanor Alves dos Santos, que fica até 7 de agosto de 1962.

Com a saída de Nicanor, assumiu a chefia da Casa Militar através do decreto datado de 8 de agosto de 1962, o tenente-coronel Carlyle Netto, e permaneceu no cargo até 30 de outubro de 1962, quando foi transferido para a reserva remunerada da PMES, ocasião em que retornou a chefia da Casa Militar da governadoria do Estado do Espírito Santo, o tenente-coronel Nicanor Alves dos Santos, permanecendo no citado cargo até 1º de fevereiro de 1963, ocasião em que foi substituído pelo tenente-coronel José Macedo de Andrade (BD 15).

O tenente-coronel José Macedo permaneceu no cargo até 7 de julho de 1964, sendo substituído pelo tenente-coronel Ivo de Araújo Gomes (BD 125), o qual permaneceu na chefia da Casa Militar do Estado, até 13 de agosto de 1965, (BD 151), ocasião em que promovido a coronel, assumiu o comando geral da PMES, passou a referida chefia ao seu antecessor, o coronel Francisco Pereira do Nascimento conforme publicação no BD/PMES nº 172, que se tornou o primeiro oficial no posto de coronel a exercer o citado cargo.

O Coronel Francisco que permaneceu no cargo até a primeira quinzena do mês de dezembro de 1965, quando foi substituído pelo tenente-coronel Moacyr Cypreste, que assumiu a chefia da Casa

Militar do governo capixaba, em 15 de dezembro de 1965 (BD 238), e iria exercer o citado cargo até 25 de fevereiro de 1966, quando solicitou a sua exoneração, sendo substituído pelo tenente-coronel Antonio Orlando de Queiroz Macedo,

O tenente-coronel Antonio Macedo exerceu o cargo até 2 de janeiro de 1967 (BD 119), quando foi classificado na chefia da Casa Militar da governadoria capixaba, o coronel Hélio Nascimento dos Reis, e naquele ano seria sancionada pelo governador Cristiano Dias Lopes Filho, a Lei de nº 2.296, datada de 10 de outubro de 1967, onde no art. 34, dispõe que:

Ao gabinete militar compete: I – assistir direta e imediatamente o governo do Estado no desempenho de suas funções, em especial nos assuntos referentes a Segurança Pública e administração militar. II – Zelar pela segurança do Governador do estado e seus familiares e das residências governamentais. III – Coordenar os planos especiais de segurança dos Chefes de Estado e outras autoridades em visita ou missões especiais no Estado. IV – Representar o governo em cerimônias especiais.

As mudanças na chefia da Casa Militar do governo do Estado do Espírito Santo continuam a acontecer, e, em 23 de junho de 1967, o coronel Hélio é exonerado, e, em seu lugar assume a chefia da casa Militar capixaba, o tenente-coronel PMES, Alceu Junger Vieira, que permanece no cargo até 21 de janeiro de 1970, ocasião em que é substituído pelo major PMES, Jair Cruz do Nascimento (BD 20).

O major Jair Cruz do Nascimento permaneceu no cargo de chefe da Casa Militar da governadoria do Espírito Santo até o dia 15 de março de 1971, quando assumiu ao governo do Estado eleito pela Assembleia Legislativa, Artur Carlos Gerhardt Santos, ocasião em que foi substituído pelo tenente-coronel PMES Carlos Moacyr Monjardim.

Em 15 de março de 1975, a Assembléia Legislativa do Espírito Santo elege como governador do Estado, o advogado Elcio Álvares, que mantém o promovido ao posto de coronel da PMES, Carlos Moacyr Monjardim como chefe da Casa Militar.

No decurso do seu primeiro ano de governo, Elcio Álvares inicia uma série de modificações visando modernizar a estrutura organizacional da máquina estatal, inclusive, ampliar secretarias de governo, incluindo dentre elas a Casa Militar, que passaria no final de 1975 a ser uma secretaria de governo, dando ao chefe da Casa Militar, nos termos da Lei nº 3.043/1975, o status, deveres e prerrogativas de Secretário de Estado, em consequência, por ocupar a pasta, o coronel PMES Carlos Moacyr Monjardim, e se tornaria o último chefe da Casa Militar sem o status de secretário de Estado, bem como todos os que o antecederam.

Chefes da Casa Militar do Governo do Estado do Espírito Santo

Posto	Nome	Período
Cap PMES	Gastão Franco Americano	1919 – 1920
Maj PMES	João Barbeta da Rocha	1920 – 1925
Ten PMES	Álvaro Barreto de Silva	1925 – 1928
Ten-Cel PMES	João Barbeta da Rocha	1928 – 1930
Ten-Cel PMES	Nicanor Francisco de Azevedo Paiva	1931 – 1939
Maj PMES	Álvaro Barreto da Silva	1940 – 1947
Ten-Cel PMES	Josias Gonçalves Aguiar	1947 – 1951
Cap PMES	Josias Santa Rita	1951 – 1955
Maj PMES	Eurípedes Andrade	1955 – 1955
1º Ten PMES	Antonio Orlando de Queiroz Macedo	1955 – 1956
Cap PMES	José Macedo de Andrade	1956 – 1957
Maj PMES	Lauro Farias	1955 – 1959
Maj PMES	Argeu Furtado de Almeida	1959 – 1960
Maj PMES	Antonio Orlando de Queiroz Macedo	1960 – 1962
Ten-Cel PMES	Nicanor Alves dos Santos	1962 – 1962

Ten-Cel PMES	Carlyle Netto	1962 – 1962
Ten-Cel PMES	Nicanor Alves dos Santos	1962 – 1963
Ten-Cel PMES	José Macedo de Andrade	1963 – 1964
Ten-Cel PMES	Ivo de Araújo Gomes	1964 – 1965
Coronel PMES	Francisco Pereira do Nascimento	1965 – 1965
Ten-Cel PMES	Moacyr Cypreste	1965 – 1966
Coronel PMES	Hélio Nascimento dos Reis	1967 – 1967
Ten-Cel PMES	Alceu Junger Vieira	1967 – 1970
Maj PMES	Jair Cruz do Nascimento	1970 – 1971
Cel PMES	Carlos Moacyr Monjardim	1971 – 1975

Fonte: Relatórios presidenciais (1920-1930), Jornal *Diário da Manhã* (1920-1937), Revista *Vida Capichaba* (1925-1940), *Boletins da PMES* (1920 – 2016.). Livro de assentamentos dos Oficiais (1920 – 1975).

**GALERIA DE CHEFES DA CASA MILITAR
DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – (1919 – 1975)**

1ª

2ª

3ª

A partir da esquerda:

1ª- Gastão Franco Americano, João Barbeta da Rocha, Álvaro Barreto da Silva, Nicanor Francisco de Azevedo Paiva, Josias Gonçalves Aguiar, Josias Santa Rita, Euripedes Andrade.

2ª- Lauro Faria, Argeu Furtado de Almeida, Nicanor Alves dos Santos, José Macedo de Andrade, Carlyle Netto, Ivo de Araújo Gomes, Francisco Pereira do Nascimento.

3ª- Antonio Orlando de Queiroz, Macedo, Moacyr Cypreste, Hélio Nascimento dos Reis, Alceu Junger Vieira, Jair Cruz do Nascimento, Carlos Moacyr Monjardim. (montagem do autor)

A Secretaria da Casa Militar do Estado do Espírito Santo

Em 31 de dezembro de 1975, o governador Êlcio Álvares sanciona a Lei nº 3.043, que reorganiza a estrutura organizacional básica do Poder Executivo estadual do Espírito Santo, e a Governadoria que passa a ter a seguinte distribuição:



Fonte: Lei nº 3.043 de 31. 12. 1975. art. 10.

E, é através do seu art. 16, conforme anteriormente dissemos que a citada Lei nº 3.043/1975, dispõe que: “Os Chefes da Casa Civil e da Casa Militar, o Procurador Geral da Justiça e o Procurador Geral do Estado têm ‘status’, deveres e prerrogativas de Secretário de Estado”, (grifei). Assim, o chefe da Casa Militar, nos termos da, passa a ter status, deveres e prerrogativas de Secretário de Estado, e como ocupava a chefia da Casa Militar, o coronel PMES, Car-

los Moacyr Monjardim, conseqüentemente, por ser nomeado para o cargo, ele se tornou o primeiro secretário-chefe da Casa Militar com o status de secretário de Estado.

A Secretaria da Casa Militar do Estado do Espírito Santo passa a figurar dentro da jurisdição administrativa dos órgãos da administração direta do governo capixaba, nos seguintes termos:

Art. 21 – A Casa Militar tem como âmbito de ação a assistência direta e imediata ao Governador no trato e apreciação de assuntos militares de natureza protocolar; a coordenação das relações do Chefe do Governo com autoridades militares; a segurança do Governador, da sua família, do Palácio, das residências oficiais e de outras autoridades; o transporte do Governador do Estado e de hóspedes oficiais; o cerimonial militar; os serviços de telecomunicações do Palácio; a recepção, estudo e triagem dos expedientes militares encaminhados ao Governador e a transmissão e controle da execução das ordens e determinações dele emanadas.

As atribuições do secretário-chefe da Casa Militar governo do Estado do Espírito Santo passam a serem as seguintes:

Art. 45 – São atribuições do Chefe da Casa Militar:

a) promover a administração geral da Casa Militar; b) despachar diretamente com o Governador do Estado, delegar atribuições, distribuir o trabalho, superintender sua execução e controlar os resultados; c) responsabilizar-se pela fiel observância e cumprimento eficaz das disposições legais e normativas da administração pública estadual aplicáveis à Casa Militar; d) promover a recepção das autoridades militares que se dirijam ao Governador; e) exercer a ação disciplinar, dar posse a subordinados, ordenar despesas, requisi-

tar pessoal, serviços e meios administrativos; f) promover as medidas de segurança do Governador e de seus familiares, do Palácio, das residências oficiais do Governo e demais autoridades; g) representar o Governador, quando designado; e, h) desempenhar outras tarefas compatíveis com a competência legal e das determinadas pelo Governador do Estado.

A regulamentação da Secretaria da Casa Militar é publicada através do Decreto nº 866-N, de 20 de julho de 1978, que a qualifica em seu art. 1º, como órgão de assessoramento ao governador do Estado nos assuntos militares, e encarregada das seguintes atividades:

I – à coordenação das relações do Chefe do Governo com autoridades militares; II – à segurança do Governador, da sua família, do Palácio, das residências oficiais e de outras autoridades; III – ao transporte do Governador do Estado e de hóspedes oficiais; IV – ao cerimonial militar; V – aos serviços de telecomunicação do Palácio; VI – à recepção, estudo e triagem dos expedientes militares encaminhados ao Governador e a transmissão e controle da execução das ordens e determinações dele emanadas. (Art. 1º, dec. nº 866-N/1978).

A Lei Estadual nº 3.196, de 9.01.1978, em seu art. 75, § 1º, alínea “ã”, estabelece que, será agregado o policial militar que “for nomeado para cargo policial-militar, policial ou, ainda considerado de natureza policial-militar ou policial, em lei ou decreto, mesmo que não previsto nos Quadros de organização Policial Militar”, porém, ainda não havia referências aos cargos ligados ao governo, o que se resolve com a edição do Decreto-lei nº 2.010, de 12 de janeiro de 1983, que dispõe em seu art. 6º, § 11, que: “São ainda considerados no exercício da função de natureza policial-militar ou de interesse policial-mili-

tar, os policiais-militares da ativa nomeados ou designados para: a) Casa Militar do Governador;”, assim, o cargo da Casa Militar passa a ser de natureza policial-militar, implicando em agregação.

O coronel Hélio Nascimento dos Reis permaneceu no cargo de chefe da Casa Militar do governo do Estado do Espírito Santo até 23 de junho de 1967, ocasião em que foi substituído pelo tenente-coronel Alceu Junger Vieira, o qual exerceria a sua gestão até 21 de janeiro de 1970, quando foi substituído pelo major Jair Cruz do Nascimento.

Em 15 de março de 1971, assumiu o governo do Estado do Espírito Santo, Arthur Carlos Gerhardt Santos, que nomeou para exercer a chefia da Casa Militar, o tenente-coronel PM, Carlos Moacyr Monjardim, que permaneceu no cargo nos governos subsequentes de Êlcio Álvares (1974-79), Eurico Vieira de Rezende (1979-83), permanecendo como chefe da Casa Militar da governadoria do Estado do Espírito Santo, até 1º de março de 1983, por 11 anos 11 meses e 15 dias, ocasião em que foi substituído pelo irmão, coronel PM Milton Monjardim Filho, que exerceu o menor período na chefia, pois, no dia 15 de março de 1983, nomeado pelo governador, Gerson Camata, assumiu o cargo, o coronel PM Moacyr Cypreste.

O coronel PM Moacyr Cypreste exerceu a chefia da Casa Militar capixaba até 15 de março de 1987, governador, Max de Freitas Mauro nomeia para a citada chefia, o coronel PM Luiz Sérgio Aurich, que foi substituído em 17 de fevereiro de 1989, pelo coronel PM, Éldio Celante.

No governo de Albuíno Cunha de Azeredo a Casa Militar teve um novo chefe, que foi o coronel PM Edilson Neves de Carvalho, empossado no dia 14 de agosto de 1991, e permaneceu no cargo até 29 de julho de 1993, ocasião em que foi substituído pelo coronel PM Sebastião Calazans.

Alterado pelo artigo 1º do Decreto 4.392-N, de 01.01.1991, o art. 2º do decreto 866/1976 passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º – O Secretário-Chefe da Casa Militar, nos termos do art. 16, da Lei nº 3043/1975, tem status, deveres e prerrogativas de Secretário de Estado e será um Oficial Superior da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo, nomeado por livre escolha do Governador do Estado.

Calazans permaneceu no cargo até 18 de julho de 1994 quando foi substituído na chefia da Casa Militar pelo coronel PM, Guilherme Rodrigues dos Santos, o qual permaneceu no citado cargo até 1º de janeiro de 1995, quando o governador, Vitor Buaiz, nomeou para a chefia da Casa Militar, o coronel PM Carlos Magno da Paz Nogueira.

Carlos magno permaneceu no cargo de chefe da Casa Militar do governo capixaba até 4 de outubro de 1995, ocasião em que foi substituído pelo coronel PM Orlando José Pessali, o qual permaneceu no cargo até 31 de outubro de 1996, ao ser substituído pelo coronel PM Luiz Guilherme Paterlini, que exerceu a chefia da Casa Militar até 7 de novembro de 1997, e foi ser substituído pelo coronel PM Ronaldo Moreira Machado.

Em 13 de julho de 1998, o coronel BM Élvio Silva Rebouças assume a chefia da Casa Militar do Estado do Espírito Santo, em substituição ao coronel Machado, e permanece no cargo até a assunção do governador José Ignácio Ferreira, em 1º de janeiro de 1999, o qual nomeou como chefe da Casa Militar, o coronel PM Samuel Nascimento Barboza.

Alterado pelo artigo 1º do Decreto 1.118-N, de 15 de maio de 1999, o art. 2º do decreto 866/1976 passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º – O Secretário-Chefe da Casa Militar, nos termos do art. 16, da Lei nº 3043/1975, tem status, deveres e prerrogativas de Secretário de Estado e será um Oficial Superior da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar do Espírito

Santo, nomeado por livre escolha do Governador do Estado.

O coronel PM Samuel Nascimento Barboza o qual seria substituído, em 21 de fevereiro de 2002 no cargo de secretário chefe da Casa Militar, pelo coronel PM Carlos Carvalho Loureiro, o qual permaneceu na chefia da Casa Militar até 4 de dezembro de 2002, quando passou o cargo, o coronel PM Francisco Pereira dos Reis, que o exerceu até 6 de janeiro de 2003, e foi substituído pelo coronel PM Luiz Sérgio Aurich que retornou ao cargo, após assunção do governador Paulo Cesar Hartung Gomes, em 1º de janeiro de 2003.

O coronel PM Aurich, permanece na chefia da Casa Militar da governadoria até 13 de maio de 2003, quando passa responder pelo cargo, o coronel PM Helvio Brostel Andrade, dias depois, através do Decreto nº 1.018, de 15.05.03, o governador Paulo Hartung, dá nova redação ao artigo 2º do Decreto nº 866-N/1976, restabelecendo a texto anterior de 1991:

O Secretário-Chefe da Casa Militar, nos termos do artigo 16, da Lei nº 3043/75, tem status, deveres e prerrogativas de Secretário de Estado e será um Oficial Superior da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo, nomeado por livre escolha do Governador do Estado. (Dec. nº 1.018/2003, D.O.E. de 16.05.2003).

O coronel PM Helvio Brostel Andrade, foi efetivado no cargo de secretário chefe da Casa Militar da governadoria do Estado do Espírito Santo, em 25 de julho de 2003.

Em 10 de outubro de 2003, o governador Paulo Hartung faz publicar o Decreto nº 1226-R, aprovando o Regimento Interno da Casa Militar, dispondo que compõe como anexo ao citado decreto, o Regulamento da Casa Militar, que é uma “unidade que integra a

Governadoria, para apoio direto e assessoramento do Chefe do Poder Executivo no trato e apreciação de assuntos militares” (art. 1º).

Art. 1º - A Casa Militar como órgão de assessoramento ao Governador do Estado no trato e apreciação de assuntos militares, tem a seu cargo as atividades concernentes: I – à coordenação das relações do Chefe do Governo com autoridades militares; II – à segurança e ao transporte do Governador e da sua família; do Palácio, das residências oficiais; do Vice-Governador e de Chefes de Poderes Executivos de outras Unidades da Federação em visita de caráter oficial ao Estado; III – ao cerimonial militar; IV – a coordenação dos serviços de telecomunicações do Palácio; V – à recepção, estudo e triagem dos expedientes militares encaminhados ao Governador e à transmissão e controle da execução das ordens e determinações dele emanadas.

O Decreto nº 1343-R-R, de 30.06.2004 dá nova redação ao Parágrafo único, Art. 2º, Anexo I, ao Decreto nº 1226-R/2003 que mantém o secretário-chefe da Casa Militar com status, deveres e prerrogativas de Secretário de Estado, e dispõe que o cargo de secretário e subsecretário da Casa Militar serão exclusivamente ocupados por oficiais superiores (major, tenente-coronel ou coronel) da Polícia Militar, nomeados por livre escolha do Governador.

A estrutura organizacional básica da Casa Militar do Governadoria do Estado do Espírito Santo é fixada pelo art. 3º, de acordo com suas finalidades nos seguintes moldes:

I – Nível de Direção Superior: Secretário Chefe da Casa Militar; II – Nível de Gerência: a Subsecretaria da Casa Militar; III – Nível de Atuação Instrumental; a) Grupo Financeiro Setorial – GFS; b) Grupo de Administração e Recursos Humanos – GARH; IV – Nível de Execução Pro-

gramática: a) Núcleo de Operações Especiais – NOE; b) Núcleo de Transportes Terrestres e Telecomunicações – NTTTT; c) Núcleo de Operações e Transportes Aéreos – NOTAer.

A seguir, são regulamentadas as atribuições de todos os órgãos anteriormente relacionados, bem como as responsabilidades dos ocupantes de seus cargos de chefias.

A relação dos cargos comissionados da Secretaria da Casa Militar (SCM) constante do anexo IV, do Decreto nº 1.226/2003, é a seguinte:

1 secretário-chefe; 1 subsecretário; 1 assessor especial; 1 sup. de manutenção de helicóptero, 1 assessor especial; 1 chefe de grupo de recursos humanos; 2 assessores técnicos; 1 chefe do núcleo de operações especiais; 1 chefe do núcleo de transportes terrestres e telecomunicações; 1 chefe do núcleo operações e transportes aéreos; 1 adjunto administrativo; 3 auxiliares de chefia; 1 motorista do governador; 3 motoristas de gabinete; 2 auxiliares de operações especiais; 3 ajudantes de ordens; 2 oficiais de gabinete; 1 auxiliar de secretaria. Totalizando 27 integrantes. (BCG nº 042/2003).

O coronel Helvio Brostel Andrade permanece como secretário-chefe da Casa Militar até ser substituído pelo coronel PM José Nivaldo Campos Vieira, em 16 de junho de 2004, que permanece no cargo até 2006, quando devolve o cargo ao seu antecessor, o coronel PM Helvio Brostel Andrade.

Após a reeleição do governador Paulo Cesar Hartung Gomes, para o mandato até 2007-2011, o coronel PM Helvio Brostel Andrade foi nomeado e permanece no cargo durante o mandato do governador Renato Casagrande de 2011 a 2014, e deixa a chefia da Casa Militar quando assume ao governo do Estado do Espírito San-

to, pela terceira vez, Paulo Cesar Hartung Gomes, o qual nomeia em 2 de janeiro de 2015 para chefiar a Secretaria da Casa Militar, o coronel PM RR, José Nivaldo Campos Vieira, o qual, deixou o cargo em 3 de novembro de 2015, passando a chefia da Casa Militar ao coronel PM Daltro Antônio Ferrari Junior, que se encontrava exercendo o cargo de secretário-chefe da Casa Militar do governo do Estado do Espírito Santo, em 30 de agosto de 2017, quando encerrei este artigo.

**Secretarios-Chefes da Casa Militar
do Governo do Estado do Espírito Santo**

Posto	Nome	Período
Cel PMES	Carlos Moacyr Monjardim	1975 – 1983
Cel PMES	Milton Monjardim Filho	1983 – 1983
Cel PMES	Moacyr Cypreste	1983 – 1987
Cel PMES	Luiz Sergio Aurich	1987 – 1989
Cel PMES	Éldio Celante	1989 – 1991
Cel PMES	Edilson Neves de Carvalho	1991 – 1993
Cel PMES	Sebastião Calazans	1993 – 1994
Cel PMES	Guilherme Rodrigues dos Santos	1994 – 1995
Cel PMES	Carlos Magno da Paz Nogueira	1995 – 1995
Cel PMES	Orlando José Pessali	1995 – 1996
Cel PMES	Luiz Guilherme Paterlini	1996 – 1997
Cel PMES	Ronaldo Moreira Machado	1997 – 1998
Cel PMES	Élvio Silva Rebouças	1998 – 1999
Cel PMES	Samuel Nascimento Barboza	1999 – 2002
Cel PMES	Carlos Carvalho Loureiro	2002 – 2002
Cel PMES	Francisco Pereira dos Reis	2002 – 2003
Cel PMES	Luiz Sergio Aurich	2003 – 2003
Cel PMES	Helvio Brostel Andrade	2003 – 2004
Cel PMES	José Nivaldo Vieira Campos	2004 – 2006
Cel PMES	Helvio Brostel Andrade	2006 – 2015
Cel PMES	José Nivaldo Vieira Campos	2015 – 2015

Ten-Cel PMES	Daltro Antônio Ferrari Junior	2015 – Atual
--------------	-------------------------------	--------------

Fonte: Boletins da PMES (1975 – 2017.). Livro de assentamentos dos Oficiais (1975 – 1987).



A história continuará

A história destes militares, oficiais e praças que exerceram as suas funções nas instituições que compõe a assessoria militar junto aos governantes do Espírito Santo, e que comprovaram ser competentes para execução da árdua e difícil arte organizar, proteger e administrar os conflitos sociais resultantes dos descontentamentos que assolaram e assolam a sociedade capixaba.

A história continuará e, sem qualquer sombra de dúvida, todos os militares federais no período imperial, e policiais estaduais no

período republicano que integraram e hoje integram os quadros da Secretaria da Casa Militar da governadoria do Estado do Espírito Santo. a quem dedico esta obra, merecem as nossas homenagens, pois, ao lado de outros que virão, vão continuar a escrever a história da participação da Polícia Militar do Espírito Santo, junto ao órgão máximo do Poder Executivo capixaba.

Referências

BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca Digital. *Diário da Manhã*. 1908-1937.

_____. Hemeroteca Digital. *O Estado do Espírito Santo*, 1890-1911.

_____. Hemeroteca Digital. *Correio da Vitória*, 1849-1872

ESPIRITO SANTO. (Arquivo Público Estadual). *Livros de registros de oficiais do Corpo Militar de Polícia*. 1901 – 1920. Vitória, APE ES.

_____. (Arquivo Público Estadual). *Relatórios presidenciais do Estado do Espírito Santo*, 1833 – 1930. Vitória, APE ES.

_____. (Polícia Militar). *Boletins Diários da Polícia Militar do Espírito Santo*, Vitória – ES, 1912- 2017.

_____. (Polícia Militar). *Ordens do Dia do Corpo Militar de Polícia*, Vitória – ES, 1907- 1920.

_____. (Polícia Militar). *Livros de registros de oficiais do Corpo Militar de Polícia*. 1921 – 1985. Vitória: Arquivo da PMES.

LOIOLA, Gelson. *Acervo fotográfico de oficiais da PMES*. Vitória. 1938-1994.

OLIVEIRA, Nubia. *Integrantes de governos passados afirmam: Casa Militar é imprescindível*. 7 dez. 2010. Disponível em: <http://www.sul21.com.br/>. Acesso: 17 jul. 2017.

O BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO E A CULTURA: UM BREVE HISTÓRICO DE MUITAS REALIZAÇÕES

*Anaximandro Amorim**

Resumo: Este artigo tem por objetivo ser um apanhado das ações culturais do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) entre os anos 1988 a 2010. O presente artigo justifica-se pois, primeiramente, o Bandes se preocupou em financiar cultura antes mesmo de se falar em "economia criativa"; segundo, porque uma ação desse porte merece registro, uma vez que se trata de uma área desvalorizada no Brasil e, sobretudo, no Espírito Santo; e, terceiro, porque é necessário haver uma historiografia da cultura. Foram consultadas fontes primárias, em sua maioria, a partir das quais foram selecionadas as ações descritas.

Palavras-chave: Bandes. Cultura. Economia Criativa. Historiografia da cultura.

Introdução

Criado em 1967 ainda sob a denominação de CODES (Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo) e transformado oficialmente em banco em 11 de dezembro de 1969, pela Carta Patente I - 333, o Bandes (Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A) completou, nesse ano de 2017, 50 anos de existência (se se considerar a data da sua primeira fundação, em 20 de fevereiro de 1967). Ao longo dessas cinco décadas, o banco creditou, mas, sobretudo, fomentou atividades em diversas cadeias produtivas. Uma delas, inegavelmente, foi a da cultura.

Assim, o presente artigo tem por objetivo resgatar as principais ações culturais do Bandes a partir dos anos 1980, mais precisamente do ano de 1988, após o advento das linhas culturais Funces e Pró-

* Escritor, professor e advogado de carreira do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A (BANDES).

-Cultura, até o ano 2010. As duas linhas foram as ancestrais da atual linha de “Economia Criativa”, tema que se faz, hoje, conhecido na grande mídia. Ademais, o *paper* se justifica, também, por questões identitárias e simbólicas, tão caras à temática e que merecem um registro para a posteridade, principalmente no que tange a ações em prol da cultura espírito-santense.

Para a confecção deste artigo, foram adotadas uma metodologia de revisão de bibliografia, dentre documentos concernentes ao tema, além de um relatório de ações, proveniente dessa mesma revisão bibliográfica. Foi a partir deles que se triou o que se reputou mais importante, sobretudo em quantidade de publicações. A maioria das fontes consultadas são primárias e produzidas pela própria instituição, como se verá nas referências ao fim do texto. Este breve artigo é dividido em três partes: uma, sobre o que é “Economia da Cultura”, em que se tentam estabelecer conceitos; outro sobre o Bandes dentro desse contexto, motivo pelo qual ele ser um desdobramento do mesmo capítulo; em um último, em que as principais ações são apresentadas.

1. A Economia da Cultura

Entende-se por **economia da cultura** o uso da lógica econômica e de sua metodologia no campo cultural. A economia passa, assim, a ser instrumental, emprestando seus alicerces de planejamento, eficiência, eficácia, estudo do comportamento humano e dos agentes do mercado para reforçar a coerência e a consecução dos objetivos traçados pelas políticas públicas culturais, colocando-se a serviço da cultura para garantir sua consecução.¹

¹ REIS, Ana Carla Fonseca. *Economia da Cultura e Desenvolvimento Sustentável: o caleidoscópio da cultura*. São Paulo: Manole, 2007.

Além do termo “economia da cultura”, tem-se, também, a noção de capital cultural. O termo **capital cultural** foi cunhado pelo filósofo e sociólogo francês Pierre Bourdieu, em “A distinção: crítica social do julgamento”, publicada originalmente em 1979. O termo engloba um conjunto de qualificações intelectuais produzidas pelo ambiente familiar e pelo sistema escolar. Em termos práticos, o capital cultural assume diferentes formas, como a *incorporada* (facilidade de expressão em público e de socialização), a *objetivada* (produtos culturais que uma pessoa possui) e a *institucionalizada* (diplomas de formação e o valor que o mercado lhes confere). O capital cultural pode ser acumulado ao longo do tempo, é um ativo da pessoa que o possui e é, ao menos parcialmente, transmitido às gerações futuras. Assim, a noção de capital cultural guarda uma analogia com os demais conceitos de capital, como *financeiro* (máquinas, equipamentos, instalações), *humano* (conhecimentos, habilidades, técnicas), *social* (rede de contatos, relacionamentos e posições ocupadas) e *natural* (recursos naturais e ambientais).

Esses conceitos têm uma relação intrínseca com o do **desenvolvimento sustentável**. Segundo o economista australiano David Throsby, um dos mais renomados estudiosos da economia da cultura:

Assim como nos legaram capital natural, as gerações passadas nos transmitiram uma herança sem preço de capital cultural tangível e intangível; não somente pinturas, construções ou monumentos, mas literatura, música e as línguas que falamos, os hábitos com os quais nos identificamos e que nos unem como seres humanos civilizados. Temos a responsabilidade de zelar pela nossa cultura, que não é menos importante que a responsabilidade que temos de zelar pelo nosso ambiente físico. Os economistas podem

contribuir nesse quesito, ajudando a transformar o conceito de sustentabilidade como aplicado à cultura em uma realidade operacional.²

A cultura é assumida como caminho para o desenvolvimento sustentável das sociedades a partir do seu impacto econômico e da sua transversalidade intersetorial. Tanto na gestão de políticas, projetos ou ações culturais, metodologias de avaliação e estudos de impacto são fundamentais.

Esse desenvolvimento sustentável é a causa da chamada **transversalidade da cultura**,³ compreendendo esta como um amálgama que correlaciona demais políticas, sejam estas sociais, educacionais, ambientais ou econômicas. Como instrumentos de implementação da política de cultura nacional, os bancos de desenvolvimento, as empresas públicas, os incentivos fiscais e as leis de incentivo à cultura, dentre outros, constituem-se mobilizadores de recursos e investimentos para o desenvolvimento no campo cultural. Os bens e serviços culturais são produtos criativos por excelência, e por isso são considerados estratégicos para o desenvolvimento da economia mundial.

De acordo com a economista brasileira Ana Carla Fonseca Reis,

Os economistas têm dedicado pouca atenção ao papel da cultura no desenvolvimento econômico, seja ao contextualizar o processo de crescimento no mundo em desenvolvimento ou ao influir mais diretamente nos resultados econômicos dos países desenvolvidos. No entanto, há provas de que esses paradigmas tradicionais estão mudando. Em anos recentes despertou-se

² REIS, Ana Carla Fonseca. Op. cit.

³ GUILHERME, Luciana. *Políticas Culturais em Revista*. Disponível em < www.politicasculturaisemrevista.ufba.br >. Acesso em 26 de novembro de 2012.

interesse considerável pela noção de que, longe de ser periférica ao desenvolvimento econômico, a cultura é inextricável e central a ele, oferecendo tanto o contexto no qual o progresso econômico ocorre, quanto o próprio objeto de desenvolvimento, quando vista sob a perspectiva das necessidades individuais.⁴

1.1. Os Bancos e a Economia da Cultura

Várias são as instituições financeiras que incluem a economia da cultura em suas linhas de financiamento, sendo que algumas delas são dedicadas exclusivamente ao tema, funcionando como verdadeiros “bancos de economia criativa”. Mais do que impulsionar os empreendimentos criativos através de empréstimos, essas instituições são capazes de compreender as especificidades de seus clientes e traduzi-las em potencial econômico. Eis aqui alguns interessantes exemplos:

- **Culture Finance:** Criado especificamente para pequenas empresas do setor cultural, o *Culture Finance Business Development Programme* foi um programa piloto de dois anos (2003–2005), voltado às comunidades e empresas com maior probabilidade de estarem em situação de exclusão econômica e para incrementar a oferta de serviços em comunidades mais isoladas. Atuando como uma consultoria financeira para as empresas do setor criativo com negócios viáveis, mas que enfrentam dificuldades para obtenção de crédito a taxas de juros razoáveis, foi criado para compreender melhor as dificuldades do setor.
- **Institut pour le Financement du Cinéma et des Industries Culturelles (IFCIC):** Pioneiro em sua forma de atuação e também

⁴ REIS, Ana Carla Fonseca. Op. cit.

em sua estrutura, o IFCIC foi constituído na França em 1983. Sua criação ocorreu porque para ajudar as empresas que funcionam pelas regras do mercado a aceitar o risco específico às indústrias culturais. O IFCIC funciona como uma espécie de “instituição de resseguro” do potencial econômico dos projetos culturais para as instituições financeiras tradicionais. Aos bancos que lhe encaminham uma solicitação de empréstimo, oferece, em média, 50% da garantia do valor (70% em casos excepcionais); às pequenas empresas culturais, fornece apoio para a preparação do pedido de empréstimo. A comissão de 1% do total do crédito é paga pelo banco.

- **Advantage Creative Fund (ACF):** Ligado ao banco de desenvolvimento regional inglês Advantage Wst Midlands, o ACF é dedicado especificamente às indústrias criativas, por meio da participação na propriedade do negócio, sempre de forma minoritária. Após um prazo que varia de três a sete anos da realização do investimento, a participação acionária do fundo na empresa pode ser readquirida pela empresa ou vendida a terceiros. O ACF não distribui lucros, já que todos os recursos obtidos são investidos em novos negócios ou utilizados para compensar eventuais perdas.⁵

Além dos bancos comerciais, é inegável o papel dos bancos de desenvolvimento, acerca do tema. Eduardo Rojas, ex-Representante de Desenvolvimento Urbano do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), se manifestou sobre o dilema de tais instituições bancárias ao analisar projetos culturais:

Apesar dessas considerações [acerca da importância da cultura para o desenvolvimento econômico], para um banco de desenvolvimento multilateral, até mesmo um com a abrangência do BID, financiar a cultura como componente

⁵ REIS, Ana Carla Fonseca. Op. cit.

do desenvolvimento é problemático. [...] Mesmo em atividades nas quais o apoio do governo é tido como necessário, como preservação do patrimônio urbano, há pouca clareza acerca de sua prioridade para competir com investimentos para a diminuição da pobreza em educação, saúde e saneamento, frente aos escassos recursos públicos. Além disso, para serem elegíveis ao financiamento do Banco, os projetos devem ter benefícios econômicos demonstráveis com as metodologias disponíveis. Essas metodologias frequentemente não capturam todos os impactos do desenvolvimento cultural.⁶

Exemplo interessante é o do Banco do Nordeste do Brasil (BNB),⁷ seja pela sua natureza diferenciada, seja por estar inserido em uma região mais desfavorecida em relação à média brasileira. Assim, segundo o ex-Presidente do Banco, Roberto Smith, “o caso da cultura, por exemplo, a nossa presença se dá porque entendemos a cultura como um dos vetores na questão da valorização e do desenvolvimento regional”.

Financiar cultura, para o BNB, foi uma opção como a do financiamento em pesquisa aplicada, os dois com recursos que se chamam fundo perdido. No caso da opção cultural, muitas vezes precisa-se passar pelo filtro do conselho de administração. Para tanto, é utilizado um fundo, instrumento utilizado para financiar a cultura, como opção estratégica.

De acordo com Smith, o BNB é “um banco de desenvolvimento e desenvolvimento se faz com alma. Ela, por sua vez, é feita de cultura. Pensar em desenvolvimento sem a valorização da cultura é

⁶ REIS, Ana Carla Fonseca. Op. cit.

⁷FERRON, Fabio Maleronka. *Roberto Smith*. Presidente do Banco do Nordeste do Brasil. Disponível em: <www.producaocultural.org.br>. Acesso em: 26 de novembro de 2012.

um jeito capenga, algo estará faltando”. O Programa BNB de Cultura, em cinco edições desde 2005, patrocinou 1.131 projetos em 474 municípios, o equivalente a quase R\$ 20 milhões.

1.2. O BANDES e a Economia da Cultura

Criados no início de 1988, o Fundo de Cultura do Espírito Santo (Funces) e o Programa de financiamentos a Atividades de Natureza Cultural (Pró-Cultura) foram os principais programas do Banded voltados para o setor de artes e cultura do Espírito Santo.

Programas complementares, o Funces e o Pró-Cultura possuíam características específicas. O Funces, com recursos provenientes do lucro próprio do Banded, destinava-se a apoiar atividades culturais a fundo perdido. Foi grande o número de projetos que buscaram o apoio do Funces, que funcionava com a união de três entidades: o Conselho Estadual de Cultura (CEC), o antigo Departamento Estadual de Cultura (DEC) e o próprio Banded. O CEC passou a ser o responsável pelo julgamento de projetos que, após avaliados, seriam encaminhados ao DEC para receberem parecer técnico e artístico e então receber do Banded a verba necessária.

Já o Pró-Cultura, que funcionava a base de financiamentos subsidiados, destinava-se a uma clientela que desenvolveria atividades artísticas e culturais que apresentavam rentabilidade. O Pró-Cultura contribuiu para a modernização da questão cultural no Estado. A cultura sempre dependeu de recursos a fundo perdido e esse programa era um instrumento bastante moderno. Mais tarde, o Pró-Cultura previu como base o Fundapsocial (criado por lei estadual em 2004), cujo mecanismo era atrelado ao Fundap, financiamento a empresas importadoras sediadas no estado do Espírito Santo, equivalente a 8% do valor de venda das mercadorias importadas. Desse

total, 7% deviam ser aplicados em projetos produtivos no Estado. Assim, se, após dois anos do contrato de financiamento, a empresa financiada não apresentasse um projeto, parte desse valor seria revertido ao fundo, operacionalizado pelo Bandes e destinado a financiar atividades de natureza social ou cultural.

Tratava-se especificamente de investimento em desenvolvimento, sujeito às regras em voga no mercado financeiro e concedido após uma análise da viabilidade econômico-financeira do projeto. Mais do que conceder um financiamento, o Bandes dava um exemplo de visão integrada de desenvolvimento, na qual os setores público e privado, a economia e a cultura se reforçam mutuamente.

O papel do Bandes em financiar o desenvolvimento só pode ser cumprido em sua real dimensão se for acompanhado pelo respeito e preservação do meio ambiente e pelo respeito ao povo e às suas manifestações culturais e artísticas.⁸ Dessa forma, a proposta era dar condições financeiras a grupos, empreendedores e artistas locais para exercerem sua arte com responsabilidade — e, por isso, o retorno financeiro, embora a taxas muito reduzidas. Onde fosse possível, com o apoio e a disposição dos empreendedores e agentes culturais, sem perda de qualidade e de raízes, sem agredir o espetáculo ou despersonalizar o projeto, o Bandes pretendeu fazer da cultura um negócio financeiramente rentável para quem tomar a iniciativa de realizá-lo.

1.3. O BANDES e a opção pela Cultura

Segundo boletins da época,⁹ a criação do Pró-Cultura e do Funes causou certa surpresa entre aqueles que viam o banco vol-

⁸ REIS, Ana Carla Fonseca. Op. cit.

⁹ Desenvolvimento e Cultura. *Informativo BANDES*. Vitória, ano VII nº 15/89.

tado apenas para projetos de natureza econômica. O lançamento dos dois programas, entretanto, foi exemplo da busca de ampliação da atuação do Bandes na área social, lembrando que o papel do Bandes é ser o principal agente do processo de desenvolvimento do Espírito Santo.

A promoção de eventos culturais, de um modo geral, sempre enfrentou dificuldades peculiares, já que o empresariado normalmente espera investimentos de retorno imediato e palpável. No Bandes, entretanto, compartilhou-se de uma visão moderna do apoio a esses eventos, cujo retorno era possível, sempre que corretamente desenvolvido. O Pró-Cultura, oferecendo financiamentos a juros subsidiados foi um bom exemplo dessa concepção, cujos dividendos para o Banco, além de natural contribuição para o desenvolvimento do setor cultural capixaba, se estendiam a uma forma construtiva e dinâmica de encarar a imagem do banco junto à sociedade.

No Funces, com financiamentos a fundo perdido, promoveu-se a preservação do patrimônio cultural capixaba, restaurando museus, teatros, adquirindo instrumentos para bandas de orquestras — investimentos não comercializáveis junto ao público, mas de inegável importância.

A noção ampla, dinâmica e contemporânea do desenvolvimento econômico contemplou, também, preocupações com a cultura e a História de um povo. Com esta visão, o Bandes criou este programa que tem como objetivos gerais:

a) Estimular o desenvolvimento das atividades de natureza cultural no Espírito Santo, pela concessão de financiamento a iniciativas nessa área;

b) Desenvolver a competência dos agentes/promotores culturais na área de gestão da atividade como um negócio que, de um lado, oferece produtos para o entretenimento, o lazer, o conhecimento, a

satisfação das necessidades intelectuais do homem e, de outro, gera renda, empregos, consumo, além de manter extensa interface com atividades econômicas importantes como hotelaria e turismo.

Os subprogramas foram:

a) Subprograma de apoio a filmes de longa metragem, com o objetivo específico de apoiar produtores culturais nacionais da área de cinema de forma a possibilitar a criação no Espírito Santo de um polo cinematográfico;

b) Subprograma de apoio a outras atividades culturais, que busca estimular e apoiar iniciativas que visassem à produção e a difusão cultural no Estado do Espírito Santo (shows musicais e de dança; peças teatrais; produção de disco; edição de livros; filmes de curta metragem e vídeos; instrumentos musicais; outros).

Com isso, o Banco culminou por adotar, por conseguinte, uma estratégia de marketing institucional indireto, sutil e refinado: a do uso inteligente das verbas habilmente dispendidas com divulgação e publicidade da empresa e seus produtos, optando por um *marketing cultural*. Com isso, abriu-se um acesso privilegiado ao interesse do público pela associação da empresa/produto e iniciativas da espécie, tidas como nobres, portadoras de elevado prestígio e unânime aceitação. Por via do patrocínio, essas qualidades atrelavam-se ao patrocinador, que se beneficiava delas em seu proveito, diluindo resistências, franqueando espaços, facilitando, enfim, a ação no mercado.

Outro objetivo foi o seu efeito-demonstração, que possibilitou encará-lo como planta piloto no curso do envolvimento do universo de empresas locais num programa de mobilização de recursos para fins culturais. Vista desse ponto, a atividade-meio “divulgação do banco” transmudava-se em atividade-fim, e o dispêndio correspondente transformava-se de custeio em pré-investimento, com a inclusão da área cultural no âmbito da ação normal do banco.

Os passos iniciais nesse sentido foram dados com a criação de uma carteira de apoio a iniciativas de caráter cultural, materializadas em duas linhas específicas de crédito e dotações próprias e contabilizando alguns eventos já apoiados em articulação com o Departamento Estadual de Cultura (DEC) e o Conselho Estadual de Cultura (CEC).

Ademais, o incentivo fiscal do imposto de renda então permitido pela Lei Sarney foi um gancho de inestimável valor para o propósito de interessar as empresas capixabas em um programa de promoção cultural, inicialmente sustentado pelo subsídio, mas tendendo a incorporar as verbas normais de publicidade das empresas e, aí sim, ganhando substância e porte para a viabilização de projetos culturais de grande repercussão e interesse (o banco editou e distribuiu uma “cartilha” sobre a Lei Sarney).

Com os dois programas (Funces e Procultura), o Bandes entrava com sua experiência e credibilidade como agente financeiro no trato de projetos de desenvolvimento, reforçadas pela convicção que demonstrou ao sair na frente com o estabelecimento da carteira competente e na utilização de verbas próprias de publicidade, gerando um grande número de ações culturais, desde a implantação do programa até a implementação de suas políticas próprias de patrocínio.

2. Breve relato das ações Culturais do BANDES

O pioneirismo com relação às atividades culturais deu a tônica daqueles últimos anos da década de 1980. Segundo tabelas publicadas no relatório de 1987/1991,¹⁰ as ações do Bandes em prol da cultura foram as seguintes:

¹⁰ BANDES. *O Bandes e suas ações de fomento*. Relatório 1987/1991. Vitória, 1991.

TIPO DE EVENTO	ASSUNTO	AUTOR/PARCEIROS
LIVROS	COMEMORAÇÃO DO 1º CENTENÁRIO DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA	
	Cântico da Vida	Gilma Calaes Pimentel
	Estudos críticos de Literatura Capixaba	Francisco Aurélio Ribeiro
	Notícias do Espírito Santo	Gabriel Bittencourt
	Por Serras e Vales do Espírito Santo e Epopeia das Tropas e dos Tropeiros	Ormando Moraes
	VIII Concurso Capixaba de Dramaturgia – 1987	José Irmo Gonring/ Wilson Coêlho/ Zenaider Rios
	Expansão Urbana da Área Norte de Vitória	Ricardo Brunow Costa
	Entre a Utopia e a Estratégia	Ana Maria Diomo/ Geret A. Blanck
	De Viva Voz	Carlos Fernando M. Lindenberg
	Inglese na Costa – Impresões de um Aspirante de Marinha sobre o Espírito Santo em 1851	Edward Wilberfoce
	Torta Capixaba II – Poesias e Prosas	Biblioteca de Autores Capixabas
	Revista	Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo

	OUTROS EVENTOS E REALIZAÇÕES	
DISCOS	Ímã	Grupo Ímã
	Explicação	Esther Mazzi
	Gustavo Andrade Haddad	Gustavo Andrade Haddad

FILME	Moças de Fino Trato	Vitória Promoções Cinematográficas
RESTAURAÇÃO	Santuário Padre Anchieta	Sphan
	Convento N. S. da Penha	DEC/BANESTES/CVRD/GAROTO/PROV. FRANCISCANA DA IMACULADA CONC. DO BRASIL
	Quadros do mestre Benedito Calixto/Convento da Penha	DEC
	Igreja do Rosário/Vila Velha	DEC
	FAFI	PMV/FLEXIBRÁS/ALBAQUÍMICA/Camilo Cola/INBRAC/OLVESA/BRAS-FLEX
	Igreja N. S. da Ajuda/Araçatiba	PM Viana
PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM	Acesso ao Museu Solar Monjardim	Sphan

Ao longo da década de 1990, muitas ações culturais foram engendradas. Consoante aos relatórios de gestão do banco, no ano de 1993,¹¹ especificamente, foram apoiados três projetos, todos na área do audiovisual. Foram eles, os longas “Moças de Fino Trato” (Paulo Thiago, U\$ 1 milhão); “Lamarca, o Capitão” (Marisa Leão, U\$ 1,7 milhão); e “O amor está no ar” (Amylton de Almeida, U\$ 500 mil).

Durante o ano de 1997, as ações culturais foram bastante retomadas. De 26 a 29 de julho daquele ano,¹² o Banded apoiou a tradicional festa de São Pedro, considerada a mais antiga de Vitória, nas imediações da Praça do Papa. A festa contou com vasta programação, com uma cidade cenográfica, denominada “Vila de São Pedro”, além de shows com artistas, queima de fogos e a tradicional procissão marítima.

¹¹ BANDES. Relatório 1993. Vitória, 1993.

¹² BANDES. Boletim Informativo. Vitória, ano X, nº 706, 26 de agosto de 1997.

Um outro exemplo interessante de ação em prol da cultura foi o filme “O amor está no ar”, póstumo do cineasta Amylton de Almeida. Seu valor, inicialmente orçado em 500 mil dólares em 1993, foi custeado com recursos próprios e de empresas e instituições, tendo havido quantia financiada pelo Funres, através de quotas de participação do sistema Geres/Bandes.¹³ O longa, premiado com um Kikito em Gramado (de melhor atriz para Eliane Giardini), teve uma pré-estreia local naquele ano, no Shopping Vitória.

O Bandes também apoiou a organização de uma série de Concertos Internacionais, no programa “Antena 1 in concert”, que trouxe ao Espírito Santo a “Orquestra de Câmara da União Europeia”, no Teatro Carlos Gomes, em agosto de 1997. No mês seguinte, foi a apresentação do Duo Hagner, formado pela violonista Viviane Hagner e a pianista Nicole Hagner e bastante conhecido no circuito europeu. O evento foi organizado pela Associação Cultural Ricardina Stamatto e promovido pela Rádio Antena 1, tendo como patrocinadores, além do Bandes, o Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes) e o Terminal Intermodal da Serra (TIMS). Contou também com os apoios do Governo do Estado, da Prefeitura Municipal de Vitória, da Chocolates Garoto, da Grupo Águia Branca, da Cotia Trading, da Coimex, do Hotel Costa do Mar, do Marlin Bar e Restaurante, do Deboni’s, da Cervejaria Brasil e do Centro Musical Villa Lobos.

Ainda no profícuo ano de 1997, foi inaugurado, no dia 11 de setembro, o Cineteatro Ravenna,¹⁴ investimento apoiado pelo Bandes. O banco foi representado pelo então Diretor de Operações Guilherme Narciso de Lacerda, e pela colaboradora Sandra Aragão Pelissari.

¹³ *Boletim Informativo*. Vitória, ano X, nº 706, 26 de agosto de 1997.

¹⁴ *Boletim Informativo*. Vitória, ano X, nº 712, 19 de setembro de 1997.

Na inauguração, o Diretor de Operações fez uma palestra sobre “A importância do turismo para o Espírito Santo” e o jornalista Maurilen de Paulo Cruz lançou o livro “Faça-se Aracruz”.

No ano de 2005, o Bandes inaugurou seu próprio espaço cultural, o “Espaço Cultural Bandes”,¹⁵ localizado no térreo da sede do banco e destinado a exposições e mostrar de arte e outras manifestações culturais. Naquele ano, o espaço foi palco das exposições “Parto: uma dimensão do gozo feminino”, do médico/fotógrafo Paulo Batistuta e da filósofa e psicanalista Cláudia Murta, que recebeu em torno de 1.000 visitantes; “Henfil do Brasil”, com obras do cartunista Henfil, que foi visitada por mais de 4.000 pessoas; e a exposição itinerante em comemoração aos 50 anos do Incaper.

São outras realizações do Bandes, de 2003 a 2010, na área da cultura, segundo relatório:¹⁶

PALÁCIO DAS ÁGUIAS E O TRAPICHE – ITAPEMIRIM

Localizados no Município de Itapemirim, o Palácio das Águias e o Trapiche são construções do século XIX que se encontravam em condições de risco. O BANDES patrocinou o escoramento das paredes perimetrais e das estruturas dessas obras integrantes do patrimônio histórico de Itapemirim, o que permitirá a recuperação dos prédios com maior segurança. Após a restauração, o Palácio das Águias deverá ser utilizado para a instalação do Museu do Pescador Maratimba.

RECUPERAÇÃO DA CAPELA DA FAZENDA DO CENTRO

Em Castelo, o Bandes, junto com o Instituto Frei Manuel Simon e a Secretaria de Estado da Cul-

¹⁵ BANDES. *RELATÓRIO DE GESTÃO 2003–2006*. Vitória, 2006.

¹⁶ BANDES. *O contador de histórias*. Relatório de gestão 2003 – 2010. Vitória: 2010.

tura, é um dos patrocinadores da recuperação da Fazenda do Centro e seu entorno, incluindo a Capela de São Tomas de Vila Nova, parte mais afetada pela ação do tempo. A Fazenda do Centro, cujo casarão foi construído em 1845, está localizada entre as montanhas do município de Castelo e distante 11 quilômetros do centro da cidade. Tombada em 1984 pelo Conselho Estadual de Cultura, a fazenda foi uma das principais forças socioeconômicas de sua época. Adquirida em 1909 pelos padres da Congregação dos Agostinianos, a fazenda foi dividida em lotes distribuídos para mais de 100 famílias de imigrantes italianos, podendo ser considerada a primeira experiência de parcelamento de solo no Estado.

CENTRO CULTURAL MAJESTIC

O Bandes foi um dos patrocinadores da restauração do casarão do Hotel Majestic, primeiro hotel de luxo da cidade de Vitória. O casarão, hoje, sedia o Centro Cultural Majestic, integrante do Corredor Cultural do projeto de revitalização do centro da cidade e que tem por objetivo fomentar a educação e cultura locais, sendo protagonista das mesmas. No Majestic são realizadas exposições culturais, mostras de arte e eventos que buscam a mobilização da sociedade para assuntos diversos e a troca de experiência com os intelectuais capixabas ou de outros Estados ou nacionalidades.

CINEMA RETRATA TRADIÇÕES SOCIO-CULTURAIS

Em 2005, o Bandes apoiou financeiramente a produção do filme “Casamento Pomerano”, de Martin Boldt, na sua finalização. O filme foi produzido em Santa Maria de Jetibá, ES, e retrata a cultura do casamento pomerano, um acontecimento social marcante para este povo e que reúne pessoas em uma alegria de três dias de festa. Uma das tradições do casamento pomerano é o

convite feito em forma de versos. Outra peculiaridade é a decoração dos meios de transporte dos noivos, com flores e ramos verdes, e da roupa dos noivos, com fitas e ramos. Na véspera do casamento eles realizam a cerimônia do “Quebra Louça”, uma garantia para felicidade do casal.

Conclusão

Diante do exposto, conclui-se que o BANDES já se inseria nos domínios da chamada “economia criativa” ou “economia da cultura” bem antes de o tema ser amplamente tratado no Brasil, denotando, assim, um pioneirismo, sobretudo em terras capixabas.

Ademais, o presente artigo mostra a importância do fomento cultural, num jogo em que todos os envolvidos saem ganhando, seja, de um lado, o banco, por reforçar sua missão social ou por prospectar uma nova gama de clientes, seja, do outro, o agente cultural, por conseguir viabilizar seu projeto, reforçando a cultura local, fortalecendo a identidade daquele grupo social e contribuindo para uma série de consequências que somente a cultura pode proporcionar (como, por exemplo, geração de emprego, ocupação de setores da sociedade, baixa da criminalidade, dentre outros).

Referências

BANDES. *Boletim Informativo*. Vitória, ano X, nº 706, 26 de agosto de 1997.

BANDES. *O Banded e suas ações de fomento*. Relatório 1987/1991. Vitória, 1991.

BANDES. *O contador de histórias*. Relatório de gestão 2003 – 2010. Vitória: 2010.

BANDES. *Relatório 1993*. Vitória, 1993.

BANDES. *RELATÓRIO DE GESTÃO 2003 – 2006*. Vitória, 2006.

Boletim Informativo. Vitória, ano X, nº 706, 26 de agosto de 1997.

Boletim Informativo. Vitória, ano X, nº 712, 19 de setembro de 1997.

Desenvolvimento e Cultura. *Informativo BANDES*. Vitória, ano VII nº 15/89.

FERRON, Fabio Maleronka. *Roberto Smith*. Presidente do Banco do Nordeste do Brasil. Disponível em: <www.producaocultural.org.br>. Acesso em: 26 de novembro de 2012.

GUILHERME, Luciana. *Políticas Culturais em Revista*. Disponível em <www.politicasculturaisemrevista.ufba.br>. Acesso em 26 de novembro de 2012.

REIS, Ana Carla Fonseca. *Economia da Cultura e Desenvolvimento Sustentável: o caleidoscópio da cultura*. São Paulo: Manole, 2007.

UM BAIRRO DE VITÓRIA: MATA DA PRAIA, UMA VISÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA

*Ricardo Brunow Costa**

Resumo: Objetivamos de modo sucinto, apresentar neste trabalho as características do ambiente geográfico natural predominante no passado e o que subsiste hodiernamente na área da restinga de Camburi, em Vitória (ES). Ali encontra-se entre outros o Bairro Mata da Praia, principal alvo deste estudo. Após procurarmos dar um ligeiro passeio sobre a origem e a concepção do bairro acrescentamos determinados tópicos o que julgamos importantes no quadro atual dessa porção da Restinga, bem assim como determinados aspectos da população e de sua demografia.

Pontuamos, além disso, detalhes relacionados à localização e posicionamento do bairro frente aos seus vizinhos.

Pareceu-nos também interessante dizer algo sobre a urbanização ocorrida na área do bairro a qual teve um projeto para a sua efetiva implantação.

Enfim, tencionamos estabelecer um vis-à-vis natureza versus homem, natureza versus população, natureza e ação do agir humano.

Palavras-chave: Restinga, Natureza, Bairro, Geografia.

Antecedentes

A cidade de Vitória, capital-ilha, como suas coirmãs Florianópolis e São Luís do Maranhão, tem tido um crescimento vertiginoso nas últimas décadas. O espaço geográfico da capital capixaba ampliou-se consideravelmente nas últimas décadas e, hoje em dia, existe o que é definido pela demografia com o vocábulo conurbação, ou seja, há uma ligação entre as cidades que compõem a grande Vitória, de modo que não existe mais uma descontinuidade

* Geógrafo, pós-graduado em fotointerpretação. Sócio do IHGES.

espacial entre as cidades que integram a Região Metropolitana de Vitória.

O exemplo mais eloquente deste fato é o que ocorre entre Vitória e Vila Velha, onde apenas a minúscula baía de Vitória traça uma precária separação entre os dois municípios. O mesmo fato ocorre entre os municípios de Vitória e o da Serra e Vitória com o aglomerado urbano do município de Cariacica. O município de Viana vem completar este cenário metropolitano.

Todas estas cidades que, em poucas décadas passadas, eram consideradas distantes da capital, com o passar de pouco tempo, estenderam seus tentáculos representados por seus numerosos bairros até os limites da capital do Estado. Mas, não podemos deixar de fazer uma importante observação: No fenômeno da conurbação as cidades integrantes da região metropolitana não perdem suas características particulares, como por exemplo o seu tipo de comércio, suas atividades industriais, suas estruturas sociais e urbanísticas, enfim suas vidas próprias. É o que se pode constatar na grande Vitória.

Relativamente quanto ao município de Vitória este é constituído por 80 (oitenta) bairros que comportam uma população estimada de 359.555 habitantes (estimativa IBGE para 2016).

A superfície ocupada pelo município é de 93,38 km² o que vem demonstrar que o Bairro Mata da Praia não chega a atingir 1,5% do espaço municipal.

O município da Capital possui uma divisão geográfica bem distinta, sob o ponto de vista topográfico/geomorfológico: uma parte insular onde encontram-se desde morros de pequena e médias alturas até mesmo de razoáveis altitudes (cristalino) enquanto que a outra parte está topograficamente representada por uma planura restingal. Na primeira predominam os morros cristalinos enquanto na segunda parte a totalidade é constituída de areias quartzosas.

A área insular ocupa um espaço maior que a porção continental que faz divisa com o município serrano. Pela lei Estadual 9.972 de 2012, os bairros Hélio Ferraz, Carapina e Fátima que anteriormente eram da jurisdição de Vitória passaram a pertencer efetivamente para o domínio territorial da Serra.

Caro leitor, queremos nos manter na rota a que nos propu-
semos neste trabalho que é o de oferecer uma visão, mesmo que
parcial, da realidade que cerca uma porção, ainda que restrita, do
espaço geográfico representado pelo bairro Mata da Praia.

Um trabalho mais completo desta natureza certamente, exigiria
um esforço bem maior, devido as dificuldades de encontrarmos da-
dos mais fidedignas e de mais fácil obtenção. Além do mais num sim-
ples e despretensioso artigo científico desta abrangência não tivemos
o tempo necessário para nos debruçarmos mais a fundo e amplamen-
te no que trouxemos à baila. Certamente, que a execução de uma
tarefa mais extensa demandaria um lapso temporal assaz superior,
o que não nos foi permitido em virtude de nossos afazeres pessoais.

Entretanto, tivemos a atenção e o cuidado de ao executarmos
esta tarefa não deixarmos a área do estudo isolada do espaço ge-
ográfico que o envolve, mesmo porque, todo espaço está de toda
forma em relação aos outros que o circundam. Assim deixamo-la
ligada ao espaço mais amplo ocupado pela Restinga, que hoje em
dia, encontra-se totalmente coberta, pelos bairros que aos poucos
foram sendo criados, incluindo aí, também, a área do aeroporto Eu-
rico Sales.

A transformação do espaço geográfico delimitado pela Restin-
ga de Camburi é um belo exemplo da modificação por que passou
a paisagem geográfica dessa área. Desde os primórdios — alguns
séculos — essa Restinga era visitada por indígenas e a vegetação
exuberante era composta por uma florística deveras inimaginável.
Sua fauna também não deixava de oferecer uma vida abundante

constituída de animais de pequeno porte (vertebrados e invertebrados) além de uma grande variedade de aves, pássaros, peixes e crustáceos. A vida pululava em toda a Restinga...!

Hoje observamos que com a ação do homem civilizado agindo sobre a natureza, o quadro natural foi transformado inteiramente. O homem atuou alterando, modificando, transfigurando inteiramente a paisagem geográfica graças á sua atuação laboriosa com o transcorrer do tempo.

Um dos grandes geógrafos modernos, o brasileiro professor Milton Santos, disse com muita propriedade que a paisagem é a expressão da materialidade do espaço geográfico. Aqui podemos aplicar o que a maioria dos geógrafos consideram como o conceito chave da Geografia: a paisagem. Neste desprezioso trabalho mostrarmos de certa forma como afinal foi a evolução e transformação contínua de ocupação espacial da área tanto da Restinga quanto da micro área do Bairro Mata da Praia.

Intentamos expressar a fâcies desse micro espaço ocupado pelo bairro, embora saibamos que o mesmo possui uma base física semelhante que é representada pela Restinga no seu conjunto.

O que é um Bairro?

O vocábulo bairro tem sua origem no idioma árabe colonial “barri” passando para o latim tardio “barrium”. Podemos defini-lo como sendo “ cada uma das partes em que se costuma dividir uma cidade ou vila, para mais precisa orientação das pessoas e mais fácil controle administrativo dos serviços públicos”¹ Ou ainda pode-se dizer que hoje a palavra tem o significado de “exterior”, “subúrbio”,

¹ *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, 2010.

ou ainda a hipótese preconizada por alguns autores de que o significado mais correto seria o “que divide”, o “que separa”.²

Em Vitória (ES) existem cerca de 80 bairros que formam as 07 regiões administrativas que englobam a própria capital capixaba.

Em 2012 pela lei Estadual de número 9.972, Vitória perdeu para o município serrano os bairros de Hélio Ferraz, Carapina e Fátima. Assim sendo, a jurisdição destes bairros ficou definitivamente estabelecida para a Serra, sem contestação.

É importante pontuar que em Geografia Urbana individualiza-se um bairro por quatro elementos essenciais sendo:

- 1) A paisagem urbana do bairro;
- 2) O seu conteúdo social;
- 3) A sua função;
- 4) O seu sítio.

Quanto à paisagem urbana esta é representada no tipo, estilo e idade das construções, no traçado de suas ruas, praças, parques, etc.

O conteúdo social faz referência ao modo e ao padrão de vida da população.

A função é representada pela atividade básica que o bairro desempenha no interior do organismo urbano (se exerce função comercial, administrativa, residencial) e, para tanto, desenvolve um determinado equipamento funcional.

Deve-se juntar a esses três elementos acima citados mais um outro que é o sítio, isto é, o meio físico em que o bairro imaginado estaria inserto.

Principalmente nos bairros mais antigos constata-se que suas características são bem acentuadas, com uma população residente apresentando particularidades próprias; as construções, sejam elas casas ou prédios, oferecendo em determinado estilo arquitetônico; com ruas mais

² *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, 2001.

estreitas; lojas mais antigas; até mesmo uma comunidade bairrista que possui entre seus indivíduos pessoas mais idosas numa proporção maior que a média encontrada em outros bairros; o comércio oferece muitas vezes produtos mais baratos como também artigos de uso mais antigo.

Nesses bairros mais antigos é comum vermos casas dos tempos passados que são verdadeiras joias de arquitetura e que nos trazem belas lembranças da vida de épocas pretéritas constituindo um verdadeiro patrimônio cultural e histórico.

Na cidade de Vitória temos muitas dessas edificações que bem merecem ser tombadas pelas instituições oficiais competentes; entretanto, o que constatamos é o abandono desse assunto, o que acarreta a conseqüente ação do tempo e das variações de temperatura, das chuvas, dos ventos, da alta umidade, além da ação dos inumeráveis insetos, da formação dos fungos, dos roedores, etc.

Associando-se a tudo isso pode-se agrupar às ações acima referidas aquela representada pela depredação abominável efetivada por determinadas pessoas, muitas vezes de modo consciente, o que as tornam como atos de verdadeira barbárie.

Um Bairro da cidade de Vitória: Mata da Praia

a) Localização espacial do Bairro

O bairro Mata da Praia tem por confrontantes os seguintes bairros: Jardim da Penha, Goiabeiras, Boa vista, Morada de Camburi, República e Aeroporto, a Av. Dante Michelini fecha a delimitação.

Quanto aos logradouros que delimitam a área do polígono que constitui o bairro Mata da Praia são: ao Norte pela avenida Rozeno Serapião de Souza Filho; a Nordeste pela Avenida Simão Nader; a Leste pela Avenida Dante Michelini; a Oeste pela av. desembargador Dermeval Lyrio; ao Sul pela rua Aristóbulo Barbosa Leão.

A Região Administrativa da qual faz parte o bairro Mata da Praia é constituída dos seguintes bairros, com os respectivos números de habitantes, quando do Censo demográfico de 2010, do IBGE, conforme a gerência de Informações Municipais SEGES/PMV.

Bairros	População
Antonio Honório	1.347
Boa Vista	1.183
Goiabeiras	2.633
Jabour	1.066
Jardim da Penha	30.571
Maria Ortiz	13.197
Mata da Praia	10.594
Morada de Camburi	1.164
Pontal de Camburi	889
República	3.760
Segurança do Lar	550
Solon Borges	1.523
Total	68.477

b) Mata da Praia: o meio físico

O Bairro Mata da Praia está assentado numa área de Restinga que, aliás, abarca não só esse bairro, mas cobre todo o território do que denominamos área Norte do município de Vitória.

Encontramos dentro dos limites dessa restinga que é de formação recente ou do Quaternário, acidentes topográficos constituídos de rochas cristalinas de origem bem antigas muito anteriores à formação do processo que deu origem a restinga. Essas formações cristalinas têm como rocha principal, o granito, que aparece, por exemplo, no parque Pedra da Cebola.

Ao Norte e Nordeste da restinga encontra-se o platô terciário constituído pela formação Barreiras, onde está localizada a Ponta de Tubarão e todo o conjunto da Vale e da Arcelor Mittal.

Ao Sul desse platô estende-se a restinga até o Rio da Passagem, entre os bairros Jardim Camburi e Praia do Canto, o que quer dizer que a restinga ocupa toda a área onde estão localizados os bairros Mata da Praia, Jardim Camburi, Morada de Camburi, Aeroporto Eurico Sales, Goiabeiras, Bairro República, etc.

No nosso trabalho publicado pelo IHGES em 1989 sob o título “Expansão Urbana da Área Norte de Vitória” tivemos oportunidade de detalhar melhor o estudo dessa área.

Em tempos pretéritos, em termos geológicos/geomorfológicos, na denominada Era Quaternária, Período Holocênico, é definido como aquele em que foram formadas as praias, dunas e restingas e outros elementos da paisagem geográfica. Tal período corresponde ao que os arqueólogos denominam de Neolítico. O seu início é estimado em cerca de 12.000 a.C.

Ora, a Praia de Camburi portanto, obedece ao mesmo critério como aconteceu com as praias, em geral, do nosso país. A restinga de Camburi teve assim o início de sua formação mais ou menos naquela época da história geológica. A Praia de Camburi tem uma extensão de cerca de 4.600m indo da foz do Rio da Passagem até o encontro com a Ponta de Tubarão.

A maior parte da área aqui estudada é o resultado de um processo de transporte e deposição de duração, conforme explicitamos, de alguns milhares de anos, de areias marinhas vindas em ondas sucessivas, num trabalho construtivo diário por muitos séculos. Porém não foi só o mar que trabalhou para essa deposição arenosa, mas, também, os sedimentos terrígenos trazidos pelos cursos d'água provenientes dos detritos das rochas costeiras extraídas da massa continental as quais foram depositadas concomitantemente

com as areias trazidas pelo mar, conforme pontuamos, para enfim, realizarem o belo trabalho de colmatagem da Restinga de Camburi.

Assim, enquanto as areias quartzosas eram depositadas pelo lado leste pelas águas marinhas, havia outra deposição do lado oeste que foram transportadas pelos cursos d'água provenientes do continente. Tal evento permitiu a formação de pequenas lagoas que com o tempo geológico foram sendo colmatadas.

Relativamente à vegetação é certo que existia vasta área de mangues com grande variedade de espécies/gêneros vegetais destacando-se a *rhizophora mangle* ou mangue vermelho, a *laguncularia racemosa* ou mangue branco e a *avicennia tomentosa* ou mangue siriúba.

Não podemos deixar de lembrar que quanto à vegetação de Restinga, temos ainda hoje em dia, exemplo de sua existência tanto na Reserva de área do aeroporto de Vitória, quanto no Parque Municipal Pe. Alphonso Pastore no Bairro Mata da Praia, mas, não sabemos até quando sobreviverão, pois, que não lhes são devidos os cuidados de conservação que merecem, por parte tanto da população quanto das autoridades competentes.

Pudemos constatar que até a década de 80 (1989) só para exemplificar, existiam exemplares vegetacionais variados como a *tabebuia spp* (pau-tamanco); *genipa americana* (jenipapo); *clusia fluminensis* (abaneiro); *byrsonima sp* (mucuri); *cereus sp* (Cactus); *psidium guajava* (goiabeira); *stylosanthes sp* (vassourinha); *panicum racemosum* (capim-da-areia); *sporobulus virginicus* (grama-da-praia); *ipomoea pes-caprae* (salsa-da-Praia); *schinus terebinthifolius* (aroeira); *brachiaria sp* (brachiária); *eugenia pedunculata* (pitangueira); *cynodon dactylon* (grama-de-burro); *coccoloba sp* (baga-da-praia); *hyparrhenia rufa* (capim Jaraguá); *melinis minutiflora* (capim-gordura); *ricinus communis* (carrapateira);

Hoje, como é de se esperar, não só não existem muitas dessas espécies como muitas outras não citadas acima. O meio ambiente

vegetal ficou mais pobre com o desaparecimento dessas espécies e famílias vegetais.

Na porção dos morros cristalinos, conseqüentemente de solos bem distintos dos encontrados na planura restingal podemos acusar a presença que havia da *tabebuia obtusifolia* (ipê); *psidium sp* (araçá da mata); *nectandra spp* (canelas); *hidrogaster trinerve* (barriga d'água); *sapium sp* (liteira); *cedrela fissilis* (cedro); *eugenia sp* (batinga); *eucalyptus grandis* (p.e.);³ *eucalyptus citriodora* (p.e.); *leucaena leucoce* (p.e.); além de gramíneas variadas.

Também, aqui, nessa porção dos morros cristalinos, muitas e muitas espécies vegetais lamentavelmente foram extintas como consequência da ocupação humana, exatamente igual ao processo ocorrido na área da Restinga.

Para concluirmos essas considerações sobre a fitogeografia não só do Bairro Mata da Praia, como de todo o seu entorno, abarcando, um número bem expressivo de outros bairros, pode-se afirmar que antes da ocupação humana, toda a área da restinga, do platô terciário e de morros cristalinos eram densamente cobertos ou por arbustos, ou árvores, ou por vegetação rasteira, gramíneas ou pela mata de restinga, ora mais ora menos densa. Até árvores existiam em profusão na área da restinga e, tanto isso é verdadeiro, que basta observarmos nos dias de hoje que ainda resistem ao tempo uns poucos indivíduos arbóreos no Parque Municipal Pe. Alphonso Pastore, no bairro Mata da Praia.

A propósito deste parque é oportuno observarmos que o mesmo não vem merecendo a devida atenção dos setores e autoridades competentes de Vitória, pelo menos quanto à sua riqueza florística natural que está sendo dizimada pela falta da presença de um especialista que possa conduzir a bom termo, os devidos cuidados de conservação da referida vegetação clímax.

³ p.e. significa que a planta é exótica.

Providenciar a poda dos galhos das árvores é muito pouco; outras disposições e medidas deveriam ser adotadas para a preservação da saúde e da vida daquela vegetação.

No parque acima referido há alguns exemplares de árvores as quais, com certeza, pertencem ao que se denomina de vegetação clímax, que é o nome que a fitogeografia dá à cobertura vegetal natural que atingiu o grau ótimo de desenvolvimento, e atingiu a fase de estabilidade, graças a sua adaptação às condições ambientais de uma região. Como é possível não se levar em conta exemplares de indivíduos arbóreos como esses...!

c) Pinceladas sobre a história da Área e sua posterior urbanização.

As áreas que constituem os bairros Jardim da Penha, Morada de Camburi e Mata da Praia pertenciam ao Sr. Justiniano Azambuja, que possuindo escritura com a datação de 1891, era o proprietário da Fazenda Mata da Praia. Dita área compreendia um território razoável, indo desde a atual Avenida Adalberto Simão Nader até o Canal de Camburi e da Praia de Camburi até o que é hoje a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

No início do século XX era considerada como uma área rural e estava ocupada por animais bovinos, pela Mata Atlântica (mais adiante damos alguns exemplos dessa vegetação), vegetação exuberante de restinga, pelos córregos estão existentes mas que na atualidade a maioria já não subsistem.

Existia uma casa de fazenda ou casa sede na pequena elevação topográfica, onde hoje podemos contemplar a bela escultura que nos apresenta a Pedra da Cebola, no parque de mesmo nome (para mais detalhes sobre a Pedra ver as anotações deste autor no opúsculo “Atas do Clube dos Andarilhos” de Humberto del Maestro, IHGES, 2007).

A primeira iniciativa de realização de loteamento dessa propriedade surgiu em 1928 quando o Sr. Ostilho Ximenes pensou em projetar a área em lotes para veraneio, uma vez que o centro da cidade era considerado bem distante.

O projeto permaneceu adormecido até 1950, quando então foi avivado pela empresa capixaba de Engenharia Civil. A ideia era inspirada na então moderna cidade de Belo Horizonte. Os lotes deveriam ter a dimensão de 400 metros quadrados. As avenidas deveriam ter disposição diagonal. Os primeiros lotes vendidos foram destinados para desempenharem a função de grandes armazéns, no que é hoje o bairro Jardim da Penha.

Aqui faremos uma breve digressão. A área onde está hoje o bairro Praia do Canto era no final do século XIX e princípio do século XX, considerada bem distante do centro da cidade de Vitória. Daí surgiu a ideia da elaboração de projeto para a viabilização de implantação de um bairro naquele local destinado, em princípio, para servir de moradia das classes sociais mais elevadas da cidade.

Surge, então, o projeto do “Novo Arrabalde” elaborado pelo engenheiro Saturnino de Brito e o documento é apresentado ao presidente do Estado José de Melo Carvalho Muniz Freire, em 1896.

Nos dias atuais o bairro Praia do Canto não é apenas residencial, em virtude da presença de tipos os mais variados de comércio no local, desde bares, lanchonetes, padarias, restaurantes, loja de roupas, bancos comerciais, clínicas médicas, odontológicas, academias de ginásticas e mais uma infinidade de especialidades comerciais.

Queremos com o que acima expusemos fazer uma simples comparação entre os bairros Praia do Canto e Mata da Praia.

Ora, este último ao contrário, não possui quase nenhum comércio, pois que foi pensado como bairro exclusivamente residencial, como já frisamos, embora, no início, também fosse considera-

do distante do centro da cidade e ter sido inicialmente destinado para aglutinar lotes para veraneio.

Quanto ao bairro de Jardim da Penha esse cresceu como bairro puramente residencial, mas, hoje em dia, é um local de multivariado comércio, tornando-se aos poucos, praticamente, como independente do centro de Vitória. Como pontuamos, linhas atrás, ocorreu o mesmo com o seu congênere Praia do Canto.

Retornando ao assunto que mais diz respeito ao nosso trabalho — o bairro Mata da Praia — queremos ressaltar um fato interessante do mesmo: a existência de cinco praças contíguas e sequenciais, cada uma delas com uma destinação própria. Assim, uma praça para abrigar um conjunto vegetacional natural de restinga; outra praça possui vegetação natural e mais um campo de futebol com piso de areia; outra que está ocupada por um campo de futebol gramado bem amplo, possuindo uma praça anexa completamente cimentada, onde são realizados múltiplos eventos da comunidade; existe ainda outra praça que contém um campo de bocha, bem construído, além de um campo de jogos variados, piso cimentado; nessa mesma praça há ainda um campo para tênis e um parquinho para crianças; finalmente, existe um praça onde se encontra a sede do conjunto dessas praças — onde está o prédio da administração e onde ficam os vigias (guardas) do parque — sendo que esse logradouro também apresenta vegetação natural arbórea e arbustiva, creio que um conjunto assim de logradouros não é comum de ser encontrado noutro bairro qualquer da cidade.

O conjunto destas praças recebeu o nome de Parque Municipal Padre Alphonso Pastore. O referido sacerdote deixou marcas indeléveis de sua vida e de seu trabalho na comunidade de Bairro Mata da Praia e cercanias.

Aspectos atinentes à população – Demografia

Os recenseamentos gerais, aqueles que abrangem todo o território brasileiro, tiveram início quando o Brasil ainda não era independente de Portugal. O primeiro recenseamento geral realizado com melhor garantia de qualidade deu-se em 1872.

Se, mesmo modernamente, não é tão simples realizar um levantamento geral da estatística dos vários setores de atividades da sociedade, pode-se imaginar as dificuldades para chegar-se a um conhecimento mais apurado da realidade em uma época mais remota do passado. Evidentemente, no passado mais distante a estatística a ser realizada era muito menos pormenorizada, era muito mais simples. Contribuiu bastante para a contagem de habitantes das localidades, cidades, vilas, povoados, etc, os livros de assentamentos das paróquias da Igreja Católica espalhados pelas aglomerações humanas da hinterlândia e das localizadas na faixa litorânea do nosso país.

Depois do recenseamento de 1872 acima referido seguiu-se o de 1890, portanto, já no período republicano. A partir daí foram efetivados recenseamentos nos seguintes anos: 1900 e 1920 — e com a criação do IBGE — seguiram os demais nos anos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Por esta razão, no presente estudo, na parte respeitante à demografia, tivemos que nos ater ao ano de 2010, data do último recenseamento geral do país. Tentamos inserir alguns dados concernentes a estimativas estatísticas, que, entretanto, não são tão confiáveis como aquelas oriundas do próprio recenseamento.

A seguir vamos apreciar de modo sucinto certas características da população do bairro Mata da Praia. Os dados apresentados foram extraídos do que nos oferece o recenseamento do IBGE. Quando aparecer algum dado que seja procedente de estimativa nós faremos alusão expressa do fato.

População da Mata da Praia segundo censo 2010.

Há uma estatística sobre o que o IBGE designa com o vocábulo raças. Assim é que o censo divide a população do bairro em categorias com as denominações de branca, preta, amarela, parda e indígena.

Deste modo os números apresentados são os seguintes:

Distribuição da População	
Indivíduos Brancos	8.480
Indivíduos Pretos	185
Indivíduos Amarelos	69
Indivíduos Pardos	1.852
Indivíduos Indígenas	8
Total	10.594

Cifras colhidas no Censo de 2010, FIBGE (organização do autor).

O total de homens atingia 5.005 nas seguintes categorias:

População masculina	
Branco	4.009
Pretos	80
Amarelos	32
Pardos	878
Indígenas	6
	5.005

O total de das mulheres era de 5.589 nas seguintes categorias:

População feminina	
Branco	4.471
Pretos	105

Amarelos	37
Pardos	974
Indígenas	2
	5.589

Na comparação entre os dados relativos entre os homens e as mulheres observa-se que o número de mulheres supera ao de homens em 462 pessoas o que é significativo, pois que representa mais de dois por cento do total de habitantes.

Um aspecto de relevante significado é o indicativo de que as categorias que o censo denomina de “raça” vêm nos mostrar que o bairro reflete uma elitização bem acentuada em que os brancos (geralmente de melhor poder econômico) constituem sua esmagadora maioria.

Pena não termos dados mais atualizados (por não ter o FIBGE realizado pesquisa semelhante até o momento), para estudarmos o quadro nos dias de hoje.

Se levarmos em conta os rendimentos financeiros da composição populacional atrás referida constataremos da mesma forma que há bastante discrepância entre as categorias de “raças”. Para simplificar, observamos que o censo demonstra que, por exemplo, a categoria branca (homens) recebia um valor mensal de mais de dez salários mínimos, num total de 590 pessoas. Quanto às mulheres, um total de 237 recebiam mais do que dez salários mínimos.

Resumindo o que descrevemos acima, em um quadro sucinto, temos:

Ganhos acima de 10 salários-mínimos				
Total do Universo pesquisado	3460 pessoas	2305 homens	1155 mulheres	Obs: Não estão incluídas aqui as pessoas cujos salários variam de menos de um SM até 10SM

cf. cifras colhidas no Censo 2010 - FIBGE (organizado pelo autor).

Apreciamos abaixo o quadro de rendimentos mensais acima de 10 salários mínimos de acordo com as categorias que o censo denomina “raças” ou “cor”.

Número de homens e mulheres com ganhos mensais acima de 10SM, por sexo e cor					
	Brancos	Pretos	Amarelos	Pardos	Indígenas
Homens	495	7	1	86	1
Mulheres	201	4		31	1

cf. cifras colhidas no Censo 2010 FIBGE (organizado pelo autor).

Mais algumas observações queremos acrescentar neste tópico. O total de pessoas que recebiam, na época do censo, algum rendimento do trabalho atingia a cifra de 3.460, sendo 2.305 homens e 1.155 mulheres. O total de homens e mulheres de cor branca que recebiam salários (qualquer valor salarial) orçava 2.755 indivíduos. Deste número recebiam mais de 10 salários mínimos 696 pessoas (homens e mulheres), destes 495 eram homens e 201 eram mulheres.

Comparando a situação encontrada com a “cor” ou raça” preta dos indivíduos, encontramos que estes eram de número bem reduzido, uma vez que atingia apenas 59; quanto àqueles que recebiam algum salário, as que recebiam rendimentos acima de 10 salários mínimos perfaziam, tão somente 11. Destes 7 eram homens e 4 eram mulheres.

Pontuando agora o que ocorria com as pessoas de cor amarela, o quadro se apresentava assim: as que tinham algum rendimento, não importando o quanto era de 26 e de somente um (1) que recebia mais de dez (10) salários mínimos mensalmente. Nenhuma mulher auferia 10 salários mínimos por mês.

Relativamente quanto às pessoas de cor parda o censo demonstra que o total de pessoas que tinham algum rendimento (qualquer valor) somavam 613, sendo que destas, 117 percebiam mais de 19 salários mínimos mensalmente. Destes 117, 86 eram homens e 31 eram mulheres.

Finalmente, apreciemos o que ocorria na época com as pessoas especificadas como de origem indígena. Estas, com uma insignificante ocorrência domiciliar de 7 pessoas apresentavam a incidência de 2 indivíduos cujo rendimento estava acima de 10 salários mínimos, sendo um homem e uma mulher.

O salário mínimo da época em que foi realizada a pesquisa era de R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais).

Concluindo, o universo populacional das pessoas que declararam não terem rendimentos, em todas as categorias de cor, somam 59 indivíduos, cuja distribuição está conforme abaixo retratamos.

Pessoas que não possuíam rendimentos mensais, por sexo e cor			
	Homens	Mulheres	Total
Branços	22	23	45
Pretos	1		1
Amarelos		1	1
Pardos	7	5	12
Indígenas			0

cf. cifras colhidas no Censo 2010 - FIBGE (organizado pelo autor).

Conclusão

O bairro Mata da Praia como frisamos, teve seu processo de criação diferente do que normalmente ocorre com bairros que surgem de modo natural, sem projeto de assentamento algum ou de normas previamente concebidas.

Em Mata da Praia, ao contrário, sua urbanização obedeceu ao princípio das normas de loteamento como pontuamos anteriormente neste trabalho, e, posteriormente a sua urbanização cumpriu com as normas e princípios que preconizavam exercer uma função residencial, alocando áreas específicas para a localização dos edifícios de apartamentos como, também, para casas residenciais e

praças públicas, além de definir os logradouros onde poderiam ser encontrados os estabelecimentos comerciais no bairro.

Entretanto, não só o bairro Mata da Praia, mas, igualmente, os bairros vizinhos deverão sofrer os impactos ambientais com o funcionamento do novo aeroporto e de outras construções civis que serão projetadas nas cercanias destes bairros.

Entre os principais fatores negativos quanto ao nível de qualidade de vida desses bairros será o fato de que com a intensidade do tráfego na Avenida Adalberto Simão Nader, difícil poderá ficar a operacionalização do trânsito de veículos de todas as categorias dos meios de transportes (ônibus, caminhões de carga pesada, automóveis, etc.) uma vez que é de se esperar que o fluxo de veículos e pessoas deverá ser bem mas elevado tanto de chegada como saída de veículos que demandarão ao novo aeroporto de Vitória. Outrossim, se a entrada e saída dos veículos deverá ser pela Avenida S. Nader, pode-se imaginar que muitos motoristas serão levados a usar o interior desses bairros como passagem para atingir ou deixar as dependências do aeroporto. O que isso significará? Logicamente, um grande transtorno para os moradores locais, em consequência de excesso de veículos os quais trarão poluição química do ar, poluição sonora e a dificuldade do ir e vir das pessoas.

Para bem equacionar a questão há que serem ouvidos os moradores dos bairros, as autoridades municipais e os projetistas para que troquem ideias a fim de que cheguem a um bom consenso.

Concluindo este tópico a propósito do bairro, enfatizamos que em 27 de junho p.p. o bairro completou seus 40 anos de existência, enquanto que a sua Associação de Moradores (AMMP) atingiu seus 35 anos e o Parque Municipal Pe. Alphonso Pastore comemorou 17 anos.

A AMMP possui sua sede própria com uma diretoria que é renovada democraticamente, trabalhando incessantemente, em prol das características preconizadas pelo projeto de criação do bairro,

lutando contra certas investidas contrárias aos interesses dos moradores do bairro e sempre procurando viabilizar um maior conagraçamento entre os habitantes do lugar.

Vitória, julho de 2017.

Referências

Anuário Estatístico do IBGE, 2010- Tabelas N.ºs. 1.378; 1385; 1390; 1394; 3.168; 3.175 e 3.261.

COSTA, Ricardo Brunow. *Expansão Urbana da Área Norte de Vitória*, IHGES, 1989.

MAESTRO, Humberto Del. *Clube dos Andarilhos*, IHGES, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, Editora Positivo, Curitiba, 2010.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Editora Objetiva, Rio, 2001.

GUERRA, Antônio Teixeira. *Dicionário Geológico-Geomorfológico*, FIBGE, Rio, 1993.

Instituto de Geociências da UFRJ, Conceito de Bairro, *Anuário do Instituto de Geociências*, Rio, 1986.

Internet – *Wikipédia* 07/02/15; 22/02/16

Internet – *Folha de Vitória* 24/09/12

Internet – 14/10/2016

Prefeitura Municipal de Vitória, Internet, Vitória, 2016

TEIXEIRA, Marlene P.V.; MACHADO, Rosa Maria. *Anuário de Instituto de Geociências* UFRJ, 1986, Internet 13/11/2016

Internet, G1-ES *A Gazeta*, em 01/07/17

O VERSÁTIL CORONEL BARROCA. AH, TAMBÉM FOLCLÓRICO!

*Aldo Barroca**

Doze de junho, data que, anualmente, merece dupla comemoração em nosso Estado! Inclusive, em 2016 comemoramos o centenário do IHGES, entidade à qual pertencemos com orgulho, por sua tradição e por sua importância para nossa amada terra capixaba e, neste ano de 2017, o homenageado é o inesquecível herói espírito-santense Domingos José Martins, pelo bicentenário de seu falecimento, arcabuzado por defender a independência do Brasil.

Em 18 de janeiro de 1918 nasceu meu pai, Alfredo Pacheco Barroca. Em seu centenário de nascimento, presto minha modesta homenagem ao Cel. Barroca que, bairrista como todo mineiro, amou as Minas Gerais, e também amou o Espírito Santo, que o adotou e foi por ele adotado.

Nascido em Laranjal e criado em Resplendor, cidades mineiras, aos dezanove anos veio para Vitória, com o objetivo de realizar seu sonho há anos acalentado: engajar na Polícia Militar, como músico, seguir carreira e continuar seus estudos, em curso superior.

Fez os estudos iniciais com seu pai, Alexandre Dumas Barroca, e com sua tia Elvira Coimbra, primeira professora estadual de Resplendor. Foi aprendiz de alfaiate, sapateiro e pedreiro. Autodidata, aprendeu sem mestre a arte da música e a tocar clarineta, saxofone e oboé. Estudou harmonia, fazendo-se Mestre de Banda de Música, organizando em seis meses, com apenas quatorze anos, uma Banda de Música no Seminário Apostólico dos Padres Sacramentinos de Nossa Senhora, em Manhumirim, MG, onde deu continuidade aos estudos. Sentiu, e futuramente comprovou, que era apto a compor e a tocar.

* Associado ao IHGES e ao CTC, é escritor, pesquisador e jornalista articulista.

Em 3 de novembro de 1937 iniciou a sua exemplar carreira militar. Confiando em sua capacidade e não querendo perder tempo, logo se inscreveu no concurso para músico de terceira classe, obtendo o primeiro lugar. Em 1939 foi elevado a músico de segunda classe, por proposta do tenente Inspetor da banda de Música.

Era muito caprichoso e fazia com abnegação tudo o que se propunha a realizar, inclusive concentrando-se nos estudos do que lhe interessava aprender. Nos cursos e concursos, sempre entre os primeiros colocados. Fez jus a diversos elogios de seus superiores na caserna, de secretários do governo e de governadores do Estado.

Em maio de 1940 contraiu matrimônio, no bairro de Jucutuquara, com a senhorita Maria da Penha Keijok, nascida na Bahia, porém ainda nenê veio para Vitória. Fixaram residência no bairro, em uma casa cedida por Basílio Keijok e Olga Mazoco Keijok, pais de D^a Penha.

Ainda em 1940, foi transcrita em Ordem do Dia sua carta dirigida ao Comando Geral, agradecendo aos oficiais e ao comando a colaboração que direta ou indiretamente deram para que pudesse alcançar o grau de Contador. Solicitou e obteve permissão para inscrever-se no Curso de Oficiais, por ter o diploma de Contador, obtendo o segundo lugar no exame de seleção.

O encerramento do curso foi em 1943, classificando-se em 1º lugar na Escola de Formação de Oficiais, recebendo como prêmio a espada de oficial, oferta do Governo do Estado. Em fevereiro, por ato do governo estadual, assinado pelo Interventor Jones dos Santos Neves, foi declarado Aspirante a Oficial. Posteriormente, fez o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais.

Em promoções regulares, por mérito e antiguidade, alcançou todos os postos do oficialato, até ao posto máximo, o de Coronel, em 1962.

No início do ano de 1963, em suas reflexões, chegou à conclusão que cumpriu fielmente sua missão policial-militar, exercendo as

funções importantes para a manutenção de um contingente digno da nossa Polícia Militar. Demonstrou apego profissional à PM e à terra capixaba, que tão bem o acolheu e, se não teve seu valor reconhecido por certos setores e certas pessoas, considerou ser isso natural em todas as etapas da vida particular e profissional. Provou ser competente, trabalhador e dedicado. Não frequentava o mundo dos poderes, pois não gostava de políticos, era competente e fiel à hierarquia, mas limitava-se a atender seus superiores em assuntos da caserna, não adulava ninguém, tinha temperamento explosivo, não escondia o que sentia, mesmo desagradando autoridades. Destaque por sua competência e dedicação profissionais e por sua capacidade intelectual, não era bem visto por alguns colegas coronéis que tinham prestígio com as autoridades civis. Portanto, jamais seria Comandante Geral.

Os últimos acontecimentos comprovaram os fatos: Em 1962, ao deixar o Comando da PM, o General de Divisão Tércio de Moraes e Souza prestou-lhe bela homenagem pública e agradeceu pelos relevantes serviços prestados sob seu comando. O novo Comando, Coronel Sebastião Lopes da Costa, designou-o Chefe do Estado Maior. Posteriormente, ao assumir o comando, coronel Andrade destituiu o coronel Barroca da chefia do Estado Maior, além de demonstrar claramente sua antipatia pessoal. No mesmo dia, apresentou a tropa ao novo comandante, formada pra tal fim. Ficou à disposição do Gabinete do Secretário do Interior e Justiça. Em janeiro de 1963, cessou a sua disposição ao Gabinete do Secretário do Interior e Justiça, assumindo o cargo de Chefe do Departamento de Instrução.

Como a lei lhe dava tal direito, resolveu pedir transferência para a Reserva remunerada.

No dia dois de abril, o governador Francisco Lacerda de Aguiar (Chiquinho), assinou decreto transferindo-o, a pedido, para a reserva remunerada. No dia seguinte, conforme publicação no Boletim

do Comando Geral número 65, transcrito do Diário Oficial do Estado número 11.205, por decreto do Governo do Estado, foi transferido a pedido para a Reserva Remunerada, no posto de Coronel, com direito a seus vencimentos mais vinte por cento sobre os vencimentos, vinte e cinco por cento de adicionais por tempo de serviço, nível universitário, etapas, auxílio para compra de fardamento e gratificação de função. Na mesma data, por ato do comando geral, foi desligado do serviço ativo, tendo-lhe sido agradecido os serviços prestados em prol da segurança e tranquilidade públicas.

Como o governador Chiquinho já conhecia o coronel Barroca desde quando este morava em uma casa pequena e bem modesta, no bairro de Santo Antônio, no morro do Santuário, sabendo de suas dificuldades, por intermédio da primeira dama do Estado, senhora Zélia Vianna de Aguiar, conseguiu efetivá-lo no cargo de Contador da Legião brasileira de Assistência. Dificuldades, pois tinha 15 filhos, o salário da Polícia era muito baixo e atrasava constantemente!

Recebeu do Governo do Estado a Medalha de Bronze com passador de bronze, por dez anos de bons serviços prestados à segurança, à ordem e à tranquilidade públicas, e a Medalha de Prata com passador de prata, pelos vinte anos.

Foi Comandante do Corpo de Bombeiros, chefe do Estado Maior, comandante de batalhão, orador oficial, Juiz do primeiro Conselho Permanente de Justiça, nomeado pelo Governo do estado, membro do Conselho Permanente de Justiça junto à 4ª Vara Criminal (1ª Auditoria Militar), membro da comissão de promoções, por decreto do Governador do Estado, Tesoureiro da Corporação, Contador da PM, Diretor do Departamento de Ensino, Instrutor dos cursos de oficiais, membro das bancas examinadoras de músicos, inclusive para maestro, membro das bancas examinadoras e professor dos cursos de sargento, presidente de inquéritos e sindicâncias,

membro da comissão para organizar o anteprojeto de regulamento da Caixa Beneficente, membro da Comissão de levantamento dos proventos dos inativos e delegado de polícia em cidades do interior.

Realizou palestras, participou das equipes de bola militar e vôlei, representou o comando em várias solenidades, inclusive no IHGES e na Catedral. Esteve à disposição da Secretaria Estadual do Interior e Justiça, bem como da AFPES – Associação dos Funcionários Públicos do Espírito Santo. Fundador e primeiro Secretário do Clube Militar dos oficiais da PM. Diretor de propaganda e Cultura do Clube Militar. Contador da Caixa Beneficente. Membro do Conselho Fiscal da Administração da Caixa Beneficente. Diretor da Divisão de Receita da Prefeitura de Vitória. Membro da Comissão de Tomada de Contas das Tesourarias Seccionais da Secretaria da Fazenda do ES.

Primeiro Presidente da Ordem dos Músicos do Brasil, Conselho Regional do Espírito Santo. Carteira Profissional da Ordem dos Músicos do Brasil, Seção do Espírito Santo, nº 01 Regente de Banda de Música, Ordem dos Músicos do Brasil, em 1963. Interventor do Conselho Regional da Ordem dos Músicos do Brasil — 1967/1968.

Cursos superiores: Contador, na Escola Superior de Comercio, em 1940. Registro no Conselho Regional de Contabilidade número 82. Direito, em 1960: bacharel em ciências jurídicas e sociais, Faculdade de Direito do Espírito Santo, hoje integrante da UFES. 1º lugar e orador. Prêmio Heráclito Amâncio Pereira, como primeiro aluno em todas as séries. Assistente Social, em 1964, no Instituto Social do Espírito Santo. Fez extensão universitária nas instituições: FGV – Fundação Getúlio Vargas, UFES – Universidade Federal do ES, Faculdade de Direito e DEC/MEC. Tesoureiro do Diretório Acadêmico Heráclito Amâncio Pereira, da Faculdade de Direito. Diretor do Departamento Jurídico do Diretório Acadêmico Heráclito Amâncio Pereira.

Membro da comissão dos encargos educacionais do Conselho Estadual de Educação do ES. Membro do Conselho Fiscal do Sindicato dos Professores no ES. Presidente do Sindicato dos Professores do Espírito Santo. Registro no MEC, como professor, nº 6866. Lecionou: Matemática, Direito, Contabilidade, Português, Música e Canto Orfeônico, atuando nas escolas: São Vicente de Paulo, Escola Técnica de Comércio Capixaba, Colégio Salesiano (Forte São João), Colégio Otacílio Lomba e Colégio Brasileiro de Vitória.

Presidente do Tribunal de Justiça Desportiva da FDE – Federação Desportiva Espírito-santense (atual FES), Juiz do Tribunal de Justiça Desportiva da FDE, Auditor do Tribunal de Justiça Desportiva da FDE e Diretor do Departamento de Árbitros da FDE. Sócio patrimonial do Rio Branco Atlético Clube. Diploma de reconhecimento do Rio Branco. Diploma de reconhecimento da FDE.

Contador da FLBA – Fundação Legião Brasileira de Assistência. Diploma e medalha da FLBA, por vinte anos de bons serviços.

Membro do Conselho Fiscal da SCAV – Sociedade de Cultura Artística de Vitória. Diploma de Cidadão Vitoriense. Irmão remido da Irmandade da Santa Casa de Vitória. Membro-Secretário da Diretoria da Santa Casa de Vitória. Membro Honorário da Associação Feminina de Cultura Professor Hermínio Blackman. Estudante-Membro da Simbólica e Mística Ordem Rosaecrucis (ARMOC). Membro Honorário da Lira Guarani de Campos – RJ. Presidente (várias vezes) de Sessão Eleitoral.

Maçom desde 1948. Algumas funções exercidas na Maçonaria: Mestre de Cerimônias, Orador, Grande Chanceler, Grande Secretário, 2º Grande Juiz e Venerável Mestre. Foi fundador de algumas lojas maçônicas. Patrono de uma das cadeiras da Academia Maçônica de Arte, Ciências e Letras – Grande Oriente do Brasil – Espírito Santo (AcadGOB-ES), fundada em 13 de agosto de 2015. Em 25 de junho de 2001 foi fundada a Loja Maçônica Universitária e

Beneficente Professor Alfredo Pacheco Barroca. Filiando-Livre da Loja União e Progresso de Vitória e da Loja Resplendor Unido, de Resplendor – MG. Benemérito da Loja Domingos Martins e da Loja Humildade e Fraternidade, de Vitória. Venerável Mestre Ad Vitam da Loja Humildade e Fraternidade. Participou de comissões, congressos e seminários maçônicos.

Faleceu em 31 de outubro de 1995. Além de parentes, vizinhos, amigos e ex-alunos, compareceram ao velório e ao sepultamento os irmãos maçons e o Subcomandante da Polícia Militar, que justificou a ausência do Comandante Geral, por estar envolvido em controle de grevistas, juntamente com o governador. As demais entidades, nas quais meu pai participou ativamente, não se fizeram representar. O ex-governador Max Mauro ligou para mim, lamentando o falecimento de meu pai.

Por sugestão do amigo e admirador de meu pai, Coronel PM aposentado Orelly Lyrio, escrevi um livro sobre a versátil, e também folclórica, vida do irrequieto e incansável Coronel Barroca, e pretendo publicá-lo em 2018, ano de seu centenário de nascimento.

PRIMEIRA PARÓQUIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

*Roberto Brochado Abreu**

O colonizador europeu, o português, o primeiro a chegar, trouxe a religião de seu povo que era na época bastante majoritária : o catolicismo romano. Só que naqueles séculos, os reinos funcionavam com grande aliança com o papa, e havia até tratados que davam aos reis o poder de nomear os bispos e até os vigários.

Praticamente isso funcionou no Brasil até 1889 quando foi proclamada a república, que introduziu o princípio da separação da igreja do estado, podendo haver, porém cooperações de utilidade pública e liberdade de culto.

Então quando surgiu a capitania do Espírito Santo em 1535, não consta ter vindo algum clérigo em companhia do Vasco Fernandes Coutinho. Somente 6 anos depois, no início de 1541 é que foi erigida oficialmente a Paróquia do Esp.Santo, pelo alvará Régio de 13 de janeiro desse ano, por D.João III, com o seguinte teor :

Eu El Rei. Faço saber a quantos este meu alvará virem, que por bem, e me praz, que **João Dormundo, clérigo de missa**, que ora é provido à minha apresentação de vigairaria da igreja que eu novamente fiz na Capitania do Brasil, de que eu tenha feito mercê a Vasco Fernandes Coutinho, fidalgo de minha Casa, tem e haja de mantimento ordenado em cada ano com a dita vigairaria quinze mil réis e duas peças de escravos resgatados de sua roupa. Notifico assim ao provedor, e oficiais do armazém de Guiné Índias e lhes mando, que assentem nela com o dito ordenado, e lhe paguem logo do dinheiro três meses adiantados, porque o mais tempo que servir

* Associado efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e do Instituto Histórico e Geográfico de Vila Velha – Casa da Memória.

e vencer, lhe há de ser pago na dita Capitania do Brasil na minha feitoria dela [...]

Os vigários eram considerados como funcionários públicos, e o pagamento que recebiam do governo chamava-se cômguas. Eles eram os mais letrados, e com os registros que faziam na Igreja, tanto de atendimentos religiosos, como registros civis, de terras, por exemplo, acabavam funcionando como tabeliães.

É provável que João Dormundo nunca tenha embarcado para o Brasil, tanto que o provedor mor Antonio Cardoso de Barros, em fevereiro de 1550, visitando Vitória, encontrou o Padre Francisco da Luz, irmão do Padre Dormundo e seu procurador. Este Francisco da Luz é que recebeu os Jesuítas. Serviu depois de organista da Sé na Bahia quando do surgimento do Bispado de lá.

(note-se que autores sempre confundem a Vila do Espírito Santo, de início efêmero com a Vila de Vitória em consolidação apenas após 1551)

O Padre Pedro de Souto era seu suplente em 1545 e já em 06.01.1552 era o Vigário.

Todos os vigários das capitanias recebiam quinze mil réis cada ano, e até menos (ver Anais do IV Congresso de História Nacional – volume 13, página 206 – Carlos Xavier Pais Barreto).

Então no Espírito Santo o primeiro povoamento tendo surgido em Vila Velha, aqui foi sede da primeira paróquia católica que em tese tinha jurisdição para toda capitania, e seu primeiro Vigário provavelmente foi na realidade o Padre Francisco da Luz, por certo secular, e depois sucedido pelo Padre Pedro do Souto. Com a desativação de Vila Velha em favor de Vitória (que surgiu em 1551 como consta sua data considerada de fundação), a sede da paróquia foi para lá.

Entre 1558 até 1570 por aqui atuou solitariamente o irmão leigo franciscano, Frei Pedro Palácios. Como irmão leigo não celebrava missa, e nem ministrava outros sacramentos e apenas podia

catequizar e batizar sempre sob a obediência dos jesuítas que por aqui já atuavam de forma dominante.

O Convento da Penha só iniciou oficialmente em 1651.

A paróquia de Vila Velha veio a ser reorganizada em 1750, ocupando todo seu município e assim ficou até 1942 quando passou para a responsabilidade dos franciscanos numa terceira fase de atuação por aqui.

Com o crescimento da população, foram criadas as paróquias de Paul, Cobilândia, IBES, Ataíde-Aribiri, Barra do Jucú, Glória, Itapoã, Praia da Costa e outras. A original ficou sendo chamada de Nossa Senhora do Rosário, que continuou com os franciscanos. Nas demais atuam na maioria padres seculares, que são diocesanos, que obedecem apenas ao Bispo ou ao Arcebispo, e não pertencem a uma ordem religiosa. Há ainda um capelão militar na EAMES !

Os evangélicos só puderam por aqui atuar apenas em meados do século XIX, e eles têm suas próprias paróquias, como por exemplo os luteranos.

Concluindo: a primeira paróquia católica romana a funcionar ainda que precariamente, no que é hoje o Estado do Espírito Santo, foi em Vila Velha, na Prainha.

E mais: há confusão de Vila Velha do recôncavo baiano e do Rio de Janeiro com a nossa Vila Velha.

A do Rio ficava perto de onde existia o morro do Castelo, arrasado nos anos 50, e foi onde realmente surgiu a cidade carioca.

No início a Igreja no Brasil era subordinada ao bispado de Funchal e depois voltou a depender de Lisboa.

A capitania do ES ficou dependente da Prelazia do Rio de Janeiro, e era do Rio que vinham as propostas de criação das paróquias e homologadas ou não pelo rei.

E mais, Vitória, ao surgir em 1551 em diante foi para lá que as atenções se voltaram, e a nossa Vila, que era Vila do Espírito Santo,

passou a ser apelidada de Vila Velha do Espírito Santo, e em Vitória, passou a existir a Vila Nova do Espírito Santo, e por muitos e muitos anos, aqui ficou uma situação tão minguada, quando alguém fazia referência à vila do ES estava se referido a rigor a Vitória, onde passou a ter paróquia.

Na época a Igreja ao criar uma paróquia não adotava apelido, por exemplo de Vila Velha do ES para acoplar no nome.

A criação formal da paróquia de NS do Rosário tem que ser pesquisada nos arquivos da Igreja no Rio de Janeiro e em Niterói, e alguma coisa na diocese de Funchal e na arquidiocese de Lisboa.

Não se pode confundir Vila Velha de Salvador, na Bahia e nem VV do Rio de Janeiro com VV do ES.

SOBRE IVAN BORG: ATÉ ONDE AS PALAVRAS POSSAM

Pedro J. Nunes*

Para escrever este dolorido depoimento sobre meu querido amigo Ivan Borgo, que sempre terá feito sua última viagem cedo demais, posto tenha vivido 88 anos de uma belíssima vida sobre a Terra, ocorreram-me à lembrança duas histórias.

A primeira, lembro-me de havê-la lido no Evangelho de João, capítulo 8, e é a seguinte: alguns acusadores trouxeram a Jesus uma mulher apanhada em adultério, falta grave entre os judeus, e devia ser apedrejada. Os guardiões da lei podiam simplesmente ter apedrejado a mulher. Era o estabelecido e pronto. Mas procuraram Jesus, para provocá-lo, e acabaram deixando à humanidade um enigma insolúvel. Porque, para provocá-lo, começaram com a pergunta: “Mestre, esta mulher foi apanhada, no próprio ato, adulterando. E na lei nos mandou Moisés que as tais sejam apedrejadas. Tu, pois, que dizes?” Jesus, em vez de responder, num gesto de suprema humildade agachou e pôs a escrever na terra com o próprio dedo. Como insistissem, Jesus, interrompendo a escrita, levantou e respondeu: “Aquele que de entre vós está sem pecado seja o primeiro que atire pedra contra ela.” E, agachando novamente, voltou a escrever. E tão absorto estava em sua escrita, que demorou a dar conta de que todos haviam ido embora, menos a mulher que, da forma como foi despedida por Jesus afinal, não pôde testemunhar as extraordinárias palavras que o Divino Mestre escreveu no chão. De modo que não resta nenhum relato de que alguém tivesse lido aquilo que Ele escreveu. E o enigma, o grande enigma, é esse: que

* Pedro J. Nunes é escritor, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e da Academia Espírito-santense de Letras, autor dos romances *Aninhanha*, *Menino* e *A tarde dos porcos* e dos volumes de contos *Vilarejo e outras histórias* e *A última noite*, entre outras obras.

desse texto fundamental, que dessas palavras insondáveis nunca ninguém poderá conhecer o significado.

Na tarde de sábado, 5 de agosto, Reinaldo Santos Neves me ligou do hospital onde se encontrava internado Ivan Borgo: “Pedro, Ivan quer ver você.” Havíamos, os dois, sido chamados pelo amigo naquele seu último dia. Mais cedo eu havia recebido um recado de Giovana, sua filha, mas achei que haveria ainda tempo suficiente de ver meu querido amigo — sempre adiamos a possibilidade da hora fatal. Mas não, era urgente. De modo que, pouco antes das 16h, compareci ao hospital.

Encontrei Ivan, que sempre me deu lições de grandeza de alma, pacificado. Ele domava a dor, sujeitava o próprio sofrimento à sua inspiradora resignação. Estendendo-me a profundidade de seus olhos azuis, pegou-me a mão e sussurrou: “Meu amigo Pedro”. E virando-se para a filha Inês, pediu que nos deixasse a sós. Durante cinco minutos que preencheram todo o meu conceito de eternidade, Ivan, como se reclinasse, também escreveu num chão imaginário, segurando firmemente minha mão, comunicando, se é que isso é possível, o alento de ter-me ali com ele naquele momento.

Conheci Ivan em 1992. Ele já existia desde 21 de fevereiro de 1929, e havia feito o curso da vida que agora lhe permitia vestir-se de Roberto Mazzini e ser o celebrado cronista da revista *Você*. Conheci o Ivan Borgo literato, o escritor de fina escrita, o domador de um ritmo poderoso e único — recomenda-se ler Ivan Borgo com atenção, pois seu texto é cheio de esquinas inesperadas. Conheci o dedicado leitor que, à custa de já não encontrar prazer nas novidades literárias de nossos dias, dedicava-se à releitura dos muitos clássicos que lera ao longo da vida: Somerset Maugham, Graham Greene, Stendhal (*A cartuxa de Parma* é um dos livros que ele mais celebrava, sempre, estendendo as mãos para o alto e reverenciando: “Oh!”), Gustave Flaubert, Ernest Hemingway — tínhamos uma fol-

clórica indisposição com relação a este escritor — e tantos outros, porque o volume de leitura de Ivan permanecerá inimaginável.

Conheci Ivan em 1992. E com que generosidade ele me recebeu. Foi num daqueles eventos da revista *Você*, revista da qual ainda tanto se dirá. Ele, ao lado de Renato Pacheco, que lá publicava espaçadamente, e de Luiz Guilherme Santos Neves que, vestido da pele de Luís de Almeida, inaugurou a coluna *Escrivão da Frota* no número 2 da revista, compunham essa grande trindade de cronistas da publicação da Secretaria de Produção e Difusão Cultural da UFES. De sua atividade intelectual e literária, diga-se ainda que deixou sete livros: *Adam Smith e o sistema de ordem natural*, *Ciclo madeireiro e povoamento do Norte do Espírito Santo* (com Léa Brígida e Renato Pacheco), *História do pensamento econômico – aspectos metodológicos*, *Crônicas de Roberto Mazzini*, *Novas crônicas de Roberto Mazzini*, *Navegantes* (contos) e *Recordações do futebol de Vitória*.

Nossa amizade se firmou ao longo do tempo e durante os últimos 25 anos pude ter o privilégio de conviver com ele e de encontrá-lo, religiosamente, nas manhãs de sábado, quando integrávamos um grupo de amigos, e sobretudo amigos amantes de livros, em torno de uma mesa da Livraria Logos. Invariavelmente, após algum evento literário noturno na cidade, Ivan e eu saíamos para jantar e travávamos divertidas e enviesadas conversas sobre a literatura e a vida — que para mim sempre foram, mais ou menos, a mesma coisa. Ivan era um conviva extraordinário, sua alegria de viver adornava o ambiente e contagiava além da mesa a que sentávamos. Dessas pequenas pândegas com Ivan guardo algumas das mais alegres e cálidas recordações da minha vida.

Qualquer um é testemunha da alegria com que ele recepcionava seus amigos. Sua amizade era muito dedicada, muito atenta. Quando, nos últimos tempos, atendia à minha ligação, ocorria de ele perguntar, distraído, como se tivesse sido subitamente tirado

de seus sossegos: “Quem é? Quem é?” E quando me identificava, a impressão que eu tinha era de que sua voz se transformava num abraço do outro lado da linha. Era extraordinariamente caloroso. Posso afirmar que nós, seus amigos, vivemos e revivemos inúmeras vezes cenas semelhantes, e cada um de nós terá disso histórias para contar.

Mas por ora era o quinto dia do mês de agosto de 2017. Privava com ele aquele que seria nosso último encontro. Meu amigo estava de bom ânimo, apesar de abatido. Ao longo do período da doença que o vitimou, nunca ouvi que reclamasse. Posso testemunhar sua grandeza de espírito e sua grande fé. Ivan não havia me chamado ali para queixar-se. Enquanto segurava minha mão, olhos fechados, Ivan falava o que tinha a me falar. E aí está o grande enigma: muito debilitado pela doença, nunca saberei o que ele tinha a me comunicar. Suas palavras soaram tão inaudíveis, num fio de voz tão longínquo, que ficarão para sempre incompreensíveis. Eu, para que não sucumbisse à dor de tão extrema situação, fiz o que faria qualquer um: rezei. Rezei enquanto duraram suas palavras e o silêncio solene que se sucedeu até que retornasse sua filha Inês, a quem entreguei de volta a mão do pai. Deixei meu amigo cercado dos cuidados da família naquele que seria nosso último encontro — o filho Eugênio e dois netos acabavam de chegar. Ivan Borgo faleceria na madrugada do dia seguinte, assistido pelos filhos.

Então é tempo de uma segunda história.

Nunca pude constatar sua veracidade. Contaram-na a respeito de André Gide, falecido alguns meses antes de completar 82 anos. Para mim ficou associada ao escritor francês, mas, mesmo que tenha ocorrido com outro, ou que nunca tenha acontecido, sobrevive em mim como uma história inspiradora.

Por enquanto, encontramos alguém que, ao visitar Gide e o encontrar no leito da doença terminal cercado de livros que lia avida-

mente, perguntou, certamente achando extraordinário que um homem gravemente enfermo ainda lesse: “Por que você lê tanto?” Ao que Gide respondeu: “Para devolver a Deus uma alma sábia e grata.”

Acompanhamos, nós, os seus amigos, a lenta evolução da doença que vitimou Ivan Borgo. Ele ainda aparecia, e com frequência, aos nossos encontros matinais de sábado. Nunca se rendeu à doença. Ele me dizia risonho: “Meu amigo, estou na prorrogação, mas ainda restam os pênaltis”. E, rindo seu riso travesso, dava uma banana para a morte. Invariavelmente, quando ia embora, Ivan, feito um menino contente, sobraçava um embrulho de livro a ser lido e adicionado a uma bela biblioteca particular que tive o prazer de visitar e da qual saí admirado.

Era de se crer, nos últimos dias de sua enfermidade, que ele finalmente se despedisse desse grande amor aos livros que o acompanhou a vida inteira. Mas testemunhei que não, que isso nunca passou, que os livros permaneceram em sua vida até o final.

Na quinta-feira que antecedeu sua última internação, ou seja, 27 de julho de 2017, meu telefone tocou. Era ele. Estava em um estado muito feliz, a voz firme do outro lado da linha, queria conversar um pouco. E sobre o quê? Livros. Disse-me que havia pedido ao filho Eugênio que lhe comprasse uns títulos de capa dura lançados na Coleção Folha Grandes Nomes da Literatura, e que entre esses havia comprado um que lia em minha homenagem: *Memórias do subsolo*, de Dostoiévski, autor a respeito do qual sempre travávamos umas escaramuças fictícias — porque Ivan tinha com o escritor russo grande implicância. Elogiando muito a coleção, enaltecendo a capa dura, o apuro editorial, perguntou-me se eu havia lido *Um retrato do artista quando jovem*, de Joyce. E eu havia lido, há pouco mais de um ano. Ele me disse, bastante contente: “Já saí da escola jesuítica”, referindo-se ao período que compreende os primeiros anos de estudo de Stephen Dedalus, protagonista do romance, pas-

sados numa escola inaciana. E enchia a voz: “Rapaz! Que livro!” Conversamos bem uns quinze minutos, ao final dos quais ele disse que precisava descansar um pouco, tirar uma soneca. “Uma soneca, Pedrinho, para retomar a leitura.” Não posso duvidar de quem me dissesse que ele tenha se dedicado a esse cochilo habitual abraçado ao livro. E que em volta da cama dele, cama em que ele vivia já seus últimos dias, houvesse vários de seus amados livros.

Nunca farei justiça a Ivan Borgo. Há coisas que as palavras não preenchem. Por isso que somos poupados de algumas delas, ainda que tenham sido escritas no chão de um país longínquo, ainda que tenham sido sussurradas pelos lábios de um amigo na iminência de partir. Como foram as palavras de Cristo escritas na areia do deserto, assim são as palavras incompreensíveis de meu amigo Ivan Borgo. Elas, em seu enigma, acabaram comunicando-me muito mais do que se soassem claras, ainda que eu não tenha compreendido sequer uma delas. Por enquanto, vou resistindo ao tempo e à loucura destes dias na fé inabalável de que um dia, quando não for possível adiar, eu compreenda que as últimas palavras que Ivan Borgo me disse não tivessem sentido algum nesta vida. E que ele apenas me adiantava parte de uma mensagem fundamental para o futuro.

Vitória, ES, 21 de setembro de 2017.

HOMENAGEM AOS ASSOCIADOS FALECIDOS EM 2015 E 2016

*Paulo Stuck Moraes**

Em função das comemorações do Centenário do Instituto, ocorridas no ano de 2016, deixaram de ser lembrados os associados que faleceram durante o ano de 2015, o que agora se corrige. Também iremos lembrar de uma associada falecida em 2014, que, por não termos tido notícia de seu falecimento, não lhe foi prestada a devida homenagem, no ano de 2015. Assim sendo, serão agora lembrados os 09 associados do nosso Instituto, falecidos nos últimos anos, a saber:

CELI DA ROCHA NEVES

Nascida em Bom Jardim (RJ), em 20.05.1938 e falecida em Vitória (ES), em 20.08.2014.

Tomou posse no Instituto em 12.06.1984. Era professora, graduada em Geografia, com Mestrado em Educação e exerceu a profissão no Centro de Educação da UFES. Escreveu, entre outros: *Avaliação proposta para melhoria do Ensino* (1979).

JOAQUIM BEATO

Nascido em Alegre (ES), em 06.10.1924 e falecido em Vitória (ES), em 28.07.2015.

Tomou posse no Instituto em 14.06.1994. Professor da Universidade Federal do Espírito Santo. Foi Secretário Estadual de Bem-Estar Social entre 1983 e 1986 e Secretário Estadual de Educação em 1987. Também Secretário Municipal de Cultura em Vitória em períodos esparsos entre 1993 e 1996. Foi senador entre outubro de

* Historiador, pesquisador e genealogista. Vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Membro do Colégio Brasileiro de Genealogia.

1994 e janeiro de 1995. Secretário Municipal de Cidadania em Vitória, em 1998. Entre 2004 e 2010 trabalhou como assessor especial da Casa Civil e da Secretaria de Estado da Agricultura. Membro da Igreja Presbiteriana Unida (IPU), de Vitória, com destacada atuação.

WILLIAN COUTO GONÇALVES

Nascido em Bom Jesus do Itabapoana (RJ), em 27.05.1948 e falecido em São Paulo (SP), em 31.08.2015.

Tomou posse no Instituto em 11.06.1997. Iniciou na magistratura em 1983, atingindo o posto de desembargador do Tribunal de Justiça do Espírito Santo em 2010. Era doutor em Direito, pós-doutor em Filosofia do Direito e doutor Notório Saber em Filosofia do Direito. Couto Gonçalves também lecionou em várias faculdades do estado. Publicou artigos em diversas revistas nacionais, sobre temas jurídicos. Detentor da Medalha do Mérito Cultural prof. Renato Pacheco.

FERDINAND BERREDO DE MENEZES

Nascido em Caxias (MA), em 30.04.1929 e falecido em Vitória (ES), em 04.09.2015.

Tomou posse no Instituto em 09.06.1993. Prefeito de Vitória entre 1984 e 1985, além de ter sido vereador por dois mandatos. Advogado criminalista bem conceituado, também atuou na área trabalhista com sucesso. Ocupava a Cadeira nº 1, da Academia Espírito-santense de Letras (patrono: Marcelino Pinto Ribeiro Duarte), Como escritor, foi premiado mais de 20 vezes no Brasil e uma vez em Salzburg, na Áustria. Em 1997 conquista o Prêmio Nacional de Poesia Helena Kolody, do governo do Paraná, com seu livro *Usina do silêncio*. Escreveu, ainda, entre outros: *Além dos sonhos* (1997), *Vento no bambuzal* (1997), *Flauta do azul* (1999) e *Inventor de assombros* (2001), todos publicados pelo IHGES. Pertenceu, também, a Associação Espírito-santense de Imprensa (AEI).

REGINALDO BARBOSA SALES

Nascido em Vitória (ES), em 05.07.1923 e falecido na Serra (ES), em 13.11.2015.

Tomou posse no Instituto em 12.06.2002. Folclorista de renome, foi o segundo mestre da Banda de Congo Amores da Lua, ao lado de sua esposa Maria de Lourdes de Azevedo Sales, falecida em 2012. Em 2011 recebeu a Comenda Maurício de Oliveira, maior título honorífico da capital capixaba, destinada a personalidades que contribuíram de maneira intensa com a cultura local. Membro da Comissão Espírito-santense de Folclore. Detentor da Medalha do Mérito Cultural prof. Renato Pacheco.

WALTER FERNANDO PIAZZA

Nascido em Nova Trento (SC), em 06.11.1925 e falecido em Florianópolis (SC), em 10.02.2016.

Tomou posse no Instituto em 12.11.1981. Professor universitário e historiador de renome. Membro de diversas instituições culturais do Brasil e do Exterior. Destacou-se na pesquisa histórica do estado de Santa Catarina. Autor de várias obras referentes à história de seu estado natal. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Colégio Brasileiro de Genealogia.

IZABEL LACERDA SALVIANO DA COSTA

Nascida em 11.04.1932 e falecida em Cachoeiro de Itapemirim (ES), em 20.05.2016.

Tomou posse no Instituto em 14.06.1995. Advogada e historiadora. Atuante na área da Cultura e da Saúde, em sua cidade. Fundou, com seu esposo Marinho Salviano da Costa, em 1958, o Hospital Evangélico de Cachoeiro de Itapemirim. Pertenceu a Academia Cachoeirense de Letras e ao Rotary Clube de Cachoeiro de Itapemirim. Escreveu, entre outros: *Cachoeiro, suas pedras, sua his-*

tória (1991), *Um século de história da Igreja Presbiteriana no Espírito Santo* (2003).

NORTON DE SOUZA PIMENTA

Nascido em Caravelas (BA), em 07.04.1929 e falecido em Vila Velha (ES), em 24.08.2016.

Tomou posse no Instituto em 20.12.2006. Exerceu a magistratura em várias comarcas do estado. Inclusive Cachoeiro de Itapemirim e Linhares. Atingiu o posto de desembargador. Detentor da Medalha do Mérito Cultural prof. Renato Pacheco.

WALNE CASSIANO BOTELHO

Nascido em 13.08.1932 e falecido em Vila Velha (ES), em 20.10.2016.

Tomou posse no Instituto em 12.06.1981. Professor universitário. Geógrafo e pesquisador, atuando várias vezes em campo, pelo estado, em parceria com o consócio Celso Perota.

DISCURSOS
E
PRONUNCIAMENTOS

DISCURSO DE POSSE*

José Roberto Santos Neves

Ilustríssimo Senhor Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo,
Autoridades presentes,
Caros consócios,
Senhoras e senhores,

“Compositor de destinos, tambor de todos os ritmos”, conforme versejou o compositor Caetano Veloso na canção “Oração ao Tempo”, o tempo é o senhor da razão e o norte que o homem persegue desde a criação da humanidade. Arvorando-se como uma espécie de Chronos, o deus do tempo na mitologia grega, o homem se dedica através dos séculos à inglória tarefa de tentar capturar o tempo, como se pudesse controlá-lo, segurá-lo nas mãos. Trata-se de uma obsessão compreensível: a exemplo dos antigos gregos, pode-se afirmar que Chronos provoca temor no homem contemporâneo, uma vez que é impossível fugir da sua ação; mais cedo ou mais tarde todos nós seremos devorados por ele.

Mas, se o tempo nos impõe medo, ao mesmo passo se revela sedutor para o homem. Em alguns casos, sua captura se torna possível. Na fotografia, por exemplo. Mais do que imagem, a fotografia é o registro de quando o homem se apropria do tempo. Aos biógrafos — ofício ao qual humildemente dedico-me com afincio e rigor de pesquisador —, muito mais difícil do que reconstruir os fatos de uma época é transportar o leitor para sua atmosfera emocional, conforme nos ensinou o escritor austríaco Stefan Zweig.

* Discurso de posse dos novos membros do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo proferido na Dezembrada em 9 de dezembro de 2015.

Ah, o Tempo! Este substantivo masculino é a matéria-prima que conduz as atividades do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, a mais longeva instituição cultural do Estado, fundada há quase 100 anos, a 12 de junho de 1916. Sua missão consiste no estudo da história, da geografia e das ciências afins do Estado do Espírito Santo, contribuindo, assim, para a divulgação da memória do nosso Estado, dos seus ícones e das suas identidades, a partir da intensa pesquisa de seus notáveis membros que atuam nas mais diversas áreas do conhecimento — são historiadores, geógrafos, magistrados, economistas, juristas, cientistas, engenheiros, sociólogos, antropólogos, escritores e jornalistas, como é o caso deste orador. Trabalha-se, portanto, com a perspectiva da difusão do conhecimento e da democratização do acesso à cultura como elemento fundamental para a transformação da sociedade espírito-santense, contemplando valores caros e intangíveis à formação do seu povo, como a autoestima, o orgulho, a sensação de pertencimento. Um povo só poderá ter orgulho de si se tiver conhecimento da sua própria história. Como afirma o compositor Paulinho da Viola no samba “Dança da solidão”: “Meu pai sempre me dizia, meu filho tome cuidado/Quando eu penso no futuro, não esqueço o meu passado”.

Ao longo de quase um século de atuação, o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo consolidou-se como um dos principais repositórios de livros, estudos e documentos sobre a história do Espírito Santo, bem como acolheu em seus quadros intelectuais cujas pesquisas colaboraram para desvendar e compreender a riqueza cultural capixaba e as diversas etnias que compõem a população do Estado. Neste momento faz-se necessário citar nomes que construíram a trajetória desta instituição, a começar por seus idealizadores Antonio Francisco Athayde, Archimino de Mattos e Carlos Xavier Paes Barreto; além de Elmo Elton, Heráclito Amâncio Pereira, Ceciliano Abel de Almeida, Nelson Abel de Almeida, Renato

José Costa Pacheco, Guilherme Santos Neves, Miguel Deppes Tallon e Marien Calixte, entre tantos outros ilustres membros do Instituto que poderiam ser aqui lembrados por sua nobre contribuição para o registro das tradições do Espírito Santo. Estado amado por todos nós e que, em nossa visão, representa uma síntese do “Brasil mestiço”, onde as diferentes tradições e manifestações oriundas dos povos indígenas, dos negros e dos imigrantes europeus convivem em perfeita harmonia, compondo um mosaico cultural repleto de especificidades que devem ser objeto constante de documentação por parte dos membros desta instituição.

Enquanto entidade cultural sem fins lucrativos, compreendo o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo como uma fonte segura de informações e de conhecimento com qualificação para cooperar com o poder público na elaboração de políticas sociais, culturais e educacionais, e como instrumento de resistência à cultura do descartável que predomina na sociedade atual. Uma situação presenciada pelo orador há cerca de dez anos ilustra a indiferença de uma parcela de cidadãos capixabas em relação à memória do Estado. Certa vez, encontrava-me na biblioteca de uma empresa de comunicação quando um leitor adentrou o recinto, perguntando aos funcionários se naquele local havia textos e fotos do compositor e violonista Maurício de Oliveira. Imediatamente, uma bibliotecária respondeu: “Não sei, não é do meu tempo”. Essa resposta, acompanhada de um misto de desinteresse e ingenuidade, infelizmente, tornou-se comum nas mídias digitais conhecidas como redes sociais e, também, na vida real, como se o simples fato de um artista, uma obra ou um acontecimento pertencer a um tempo histórico diferente daquele que estamos vivendo representasse, por si só, uma justificativa para nossa ignorância acerca do tema em questão. Em outras palavras, seria nosso álibi. Imaginemos diálogos semelhantes:

- Conhece Augusto dos Anjos?
- Não, não é do meu tempo.
- Castro Alves?
- Não é do meu tempo.
- Machado de Assis?
- Não é do meu tempo.

E o que dizer, então, dos autores pioneiros da gloriosa literatura produzida no Espírito Santo? Haidée Nicolussi, Mendes Fradique, Elmo Elton? Diríamos, simplesmente: não é do meu tempo, e dormiríamos com a consciência tranquila, porém, sobrecarregada com a overdose de informações — muitas delas supérfluas — que circulam nas mídias digitais nessa segunda década do século XXI.

No entanto, determinados núcleos sociais mantêm um foco de resistência ao império da efemeridade que caracteriza a sociedade brasileira contemporânea, e essa resistência passa, inevitavelmente, pelo trabalho árduo e apaixonado de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Árduo porque todo trabalho de pesquisa, levantamento de dados e registro da história exige dedicação e entrega por parte de seu autor. E apaixonado porque todo estudo que visa à construção de uma sociedade melhor pressupõe, acima de tudo, amor e generosidade. Preservar a história e a memória, e torná-la acessível aos cidadãos — desta ou das futuras gerações — representa uma missão que exige profunda consciência de interesse público e coletivo.

Para o orador, integrar esta prestigiosa instituição, além de uma honra, constitui-se em uma tarefa de grande responsabilidade. Pretendo reiterar aos presentes que minha relação com a pesquisa histórica do Espírito Santo se desenvolve através do jornalismo, por meio de duas décadas de atuação no jornal *A Gazeta*, onde exerci as funções de repórter, crítico de música, editor do Caderno Dois, e criador e editor do Caderno Pensar. Do meu currículo consta, ain-

da, a autoria de livros sobre música, a exemplo da biografia *Maysa*, da cantora homônima, publicada em 2005, inicialmente na Coleção Grandes Nomes do Espírito Santo, com reedição do autor em 2008; o livro *A MPB de Conversa em Conversa – 40 entrevistas com grandes nomes da música popular brasileira*, publicado em 2007; *Rockrise – A história de uma geração que fez barulho no Espírito Santo*, de 2012; e *Crônicas Musicais e Recortes de Jornal*, de 2015. Em comum, esses quatro títulos possuem um conceito que visa relacionar a música com as transformações sociais, políticas, econômicas e comportamentais ocorridas no Brasil no último século, e, mais precisamente, no Estado do Espírito Santo. A música é um poderoso elemento da identidade nacional, papel este assumido pelo gênero do samba, e por meio dela é possível se contar a história do Brasil no século XX, do advento do choro aos movimentos contemporâneos, passando pela Bossa Nova, a Jovem Guarda, o Tropicalismo e as canções de protesto. Em 2014, tive a honra de ser eleito para a Academia Espírito-Santense de Letras, para ocupar a cadeira de número 26, que antes pertencia ao doce imortal Marien Calixte, seguramente um dos maiores intelectuais do Espírito Santo no século XX. Das páginas dos jornais e dos livros, migrei para a gestão pública, ao exercer o cargo de subsecretário de Cultura de Vila Velha, nos anos de 2013 e 2014, passando em 2015 a ocupar a função de subsecretário de Estado da Cultura. Compartilho a crença inabalável de que a cultura, com as suas dimensões simbólica, cidadã e econômica, representa um caminho fértil para a construção de uma sociedade mais justa, mais humana e mais desenvolvida, onde, para além dos indicadores econômicos, torne-se uma prioridade a discussão dos índices de felicidade de uma nação.

Caros senhores, cumprindo o rito dessa solenidade, inicio a apresentação dos ilustres acadêmicos Manoel Goes, Luiz Carlos Appel e Rogério Costa dos Reis, que ora tomam posse, juntamente

com o orador, no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Tenho a certeza de que cada um dos novos membros fez por merecer tamanha responsabilidade.

Luiz Carlos Seara Appel nasceu em Criciúma, Santa Catarina, morou e estudou em Porto Alegre, profissionalizou-se e trabalhou no Rio de Janeiro e Manaus. Atualmente reside em Vitória, Espírito Santo, onde exerce as funções de editor, designer e produtor gráfico. Trabalhou para grandes corporações e instituições, como Centro do Comércio do Café do Rio de Janeiro, O Globo, Banco Nacional, entre outras. Em Vitória, produziu o design gráfico de livros para escritores como Pedro J. Nunes, Álvaro José Silva, Marilena Soneghet, Getúlio Neves, Luiz Guilherme Santos Neves, Reinaldo Santos Neves, Romulo Salles de Sá e Ivan Borgo. Em 2015, produziu a reforma do desenho gráfico e a produção da revista da Escola Lacaniana de Psicanálise de Vitória. No mesmo ano, publicou o livro *Leituras – Crônicas do Prazer de Ler*, que traz a sua visão sobre literatura estrangeira, nacional e a literatura produzida no Espírito Santo.

Manoel Goes da Silva Neto é bacharel em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Espírito Santo (1981). Possui sólida experiência em mercado de artes, como marchand e curador, no Rio de Janeiro, onde atuou como sócio-gerente do Complexo de Loja e Atelier de Cursos de Pintura e Arte, o Bureau do Artista, na Barra da Tijuca. Desde 2012 é membro voluntário do Instituto Histórico e Geográfico de Vila Velha-Casa da Memória, onde responde pela curadoria e produção cultural da agenda de exposições e eventos desta instituição, que desenvolve importante trabalho de preservação da memória e difusão das tradições do município de Vila Velha. Publica regularmente resenhas e crônicas nos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna*, e na *Revista Cachoeiro Cult*.

Rogério Costa dos Reis é Mestre em Gestão Integrada do Território pela Universidade do Vale do Rio Doce (Univale), possui Pós-

Graduação *Latu-sensu* em Ensino Superior e Desenvolvimento Regional pela mesma Universidade, e Graduação em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Colatina. É professor de História do Direito e Metodologia Científica no curso de Direito e Prática, e de História Moderna no curso de Licenciatura em História. Desenvolve pesquisas nas áreas de História, História do Direito, Filosofia e Sociologia. Entre 2011 e 2012 coordenou o projeto de Iniciação Científica *As concepções de morte no período Viking*, com alunos do sexto período do curso de Licenciatura em História, da Faculdade Castelo Branco. Em 2013 publicou, pela editora Multifoco, o livro *Território Sagrado, Exílio, Diáspora e Reconquista indígena no Vale do Rio Doce*. Tem artigos publicados na revista *Castelo Branco Científica*, *Revista Cátedra*, no site *Boletim Goiano de Geografia* e no jornal *O Liberal*, de Resplendor (Minas Gerais).

Prezados senhores, uma vez concluídas as considerações sobre os ilustres novos membros que tomam posse nesta cerimônia, encaminhamo-nos para o final deste discurso com uma menção aos estudos de mestre Guilherme Santos Neves (1906-1989) — para os que não sabem, meu avô — sobre a música do Espírito Santo, em uma feliz correlação com o universo que compõe minha linha de atuação.

Em seu discurso de posse para o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, publicado originalmente na *Revista do Instituto*, número 18, de 1958, e disponível na *Coletânea de Estudos e Registros do Folclore Capixaba - 1944-1982 - Volume 2*, de 2008, o notável pesquisador da cultura popular do Espírito Santo e fundador da Comissão Espírito-Santense de Folclore esclarece a origem da *casaca*, instrumento idiófono utilizado nas bandas de congos e que se configura como um dos símbolos da identidade cultural capixaba.

Conta-nos Mestre Guilherme que a mais remota referência a este instrumento, em terras do Espírito Santo, data de 1862, colhida

no livro do viajante francês François Board — intitulado, em português, *Dois anos no Brasil* —, onde há menção expressa ao velho instrumento musical, usado, então, pelos índios de Santa Cruz e registrado pelo pesquisador durante sua passagem pelo Estado em 1858.

Outra referência seminal ao mesmo instrumento, segundo o folclorista, dar-se-á no livro *Esboço histórico dos costumes do povo espírito-santense*, de autoria do Padre Antunes de Sequeira, e datado de 1893. Na referida obra, o religioso descreve um episódio por ele vivenciado quarenta anos antes, quando testemunhou a utilização de um instrumento com a descrição da casaca por um conjunto musical primitivo integrado por índios mutuns, que então habitavam as margens do Rio Doce.

Esses dois registros do século XIX, reunidos por Mestre Guilherme, colaboraram para ratificar a origem indígena da casaca, instrumento musical cuja característica principal – “que a torna sem símile no Brasil – é a cabeça esculpida a canivete ou facão, à semelhança de ex-votos.” “Como se vê, a casaca é instrumento musical, mas, ao mesmo passo, objeto de arte popular”, afirma o mestre. É símbolo do caldeirão de sons do Espírito Santo e peça fundamental de sua identidade cultural. Não a única, mas, certamente, uma das mais representativas e motivo de orgulho para um Estado cuja história pode ser contada a partir do batuque dos tambores, dos cânticos populares e das notas musicais.

Muito obrigado!

DISCURSO DE POSSE*

Rogério Borges de Oliveira

Boa noite a todos.
Senhoras e senhores.

É com muita honra que, na condição de secretário de Cultura da Universidade Federal do Espírito Santo, participo desta sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Peço licença para transmitir as congratulações do Magnífico Reitor da Universidade, professor Reinaldo Centoducatte, a todos os membros do Instituto e, em especial, ao presidente Dr Getúlio Neves, que neste ato é reconduzido ao cargo, e aos novos integrantes desta importante instituição.

Quero dizer que ao participar desta sessão, representando a Universidade, acredito que simbolicamente consolidamos ainda mais os laços que unem a nossa instituição de ensino a este centenário instituto.

Porque esta casa — reconhecida como depositária e protetora de tudo aquilo que compõe a nossa trajetória histórica e geográfica — é igualmente uma referência elementar para a pesquisa e um pilar representativo da nossa sociedade.

Assim como a Universidade pública é fundamental para a sociedade na produção do conhecimento e na formação de cidadãos e de profissionais qualificados, o instituto é essencial para a conservação e reprodução da história regional no campo das artes, das letras e da pesquisa historiográfica.

O Instituto Histórico e Geográfico é a casa do saber onde se reúnem pessoas talentosas, de formação intelectual diversa e de pen-

* Discurso de posse dos novos membros do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo proferido na Sessão Solene em 12 de junho de 2017.

samento crítico e múltiplo, o que constitui um essencial e criativo movimento transformador.

E a Universidade Federal do Espírito Santo se orgulha de estar permanentemente associada a este instituto em diferentes ações, seja nos estudos sobre o nosso patrimônio cultural, seja na preservação da nossa memória, seja na pesquisa e na educação, seja na popularização da ciência.

A Secretaria de Cultura da Universidade, particularmente, tem o pensamento de atuar buscando a valorização, a preservação, a produção e a difusão da cultura capixaba, com uma política que também norteia o posicionamento deste Instituto.

Entendo que devemos nos lançar no movimento de superação dos desafios que o nosso tempo nos apresenta.

Nesse momento particularmente complexo da vida nacional, no âmbito da política e da economia, quando a ética e a responsabilidade de agentes públicos se mostram contaminadas por interesses privados, a sociedade e suas instituições devem prontamente responder aos desmandos e defender a democracia.

Por isso mesmo, compreendo que devemos defender as instituições democráticas, como a Universidade pública e o Instituto Histórico e Geográfico, porque elas carregam a saudável energia que é necessária para que a nossa sociedade evolua, para que as condições de vida e trabalho avancem, e para que a nossa democracia elimine as ameaças e se aprimore.

Devemos estar alinhados na direção da construção e da criação de novos instrumentos que nos permita real e produtiva interação com a sociedade.

Acredito que coletivamente devemos sempre recorrer às nossas potencialidades na busca da necessária sintonia com a sociedade, com a promoção da educação e da cultura — alicerces de uma sociedade que se pretende democrática e plural, que busque o desenvolvimento humano, e onde prevaleça a ética e a justiça.

Em um país como o Brasil e em um Estado como o Espírito Santo, sabemos que são agigantados os desafios, notadamente no campo da educação e da cultura.

Creio que a Universidade e o Instituto Histórico e Geográfico possuem uma propositiva agenda de realizações a ser desenvolvida, que certamente nos motivará a ampliar as nossas parcerias e a estabelecer novos patamares na direção do futuro.

Muito obrigado.

Esta revista foi composta com a fonte Minion Pro corpo 11/16 no texto e 13/16 nos títulos. As legendas foram compostas na fonte ScalaSans corpo 9/11. A impressão do miolo foi feita sobre papel Offset 90g/m², e a impressão da capa sobre papel Cartão Triplex 250g/m².

Impresso na Grafitusa, Vitória-ES, em Dezembro de 2017.

Tiragem: 200 exemplares.